



PAULO HENRIQUE SILVA

**GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO NA
SERRA DO ESPINHAÇO: AÇÕES LOCAIS PARA
TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS NA MICRORREGIÃO DE
PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG**

LAVRAS – MG

2018

PAULO HENRIQUE SILVA

**GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO NA SERRA DO
ESPINHAÇO: AÇÕES LOCAIS PARA TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS NA
MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Orientador

LAVRAS – MG

2018

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo próprio autor.**

Silva, Paulo Henrique .

Gestão Cultural Integrada do Território na Serra do Espinhaço :
Ações locais para transformações globais na microrregião de
Presidente Kubitschek/MG / Paulo Henrique Silva. - 2018.

94 p.

Orientador(a): José de Arimatéia Dias Valadão.

.
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Gestão Cultural Integrada
de Território. 3. Território. I. Dias Valadão, José de Arimatéia. . II.
Título.

PAULO HENRIQUE SILVA

**GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO NA SERRA DO
ESPINHAÇO: AÇÕES LOCAIS PARA TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS NA
MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHKEK/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 17 de Julho de 2018

DR. José de Arimatéia Dias Valadão UFLA

DR. Gustavo Costa de Sousa UFLA

DR. Osmar Siena UNIR

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão
Orientador

**LAVRAS – MG
2018**

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade.

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio ao trabalho.

À Deus por iluminar meus caminhos!

Ao meu orientador José de Arimatéia Dias Valadão, mais que um orientador, um amigo que vou levar pela vida toda.

Aos meus pais (Márcia Leite e José Vicente) e irmãos (Andreza Cristina e Kaiky Leite Silva) pelo apoio incondicional de sempre, amo vocês!

A minha família por sempre me incentivar a ir mais longe!

A minha sogra (Luzia Aparecida Mattioli) e meu sogro (Emilio Sarmiento Coello) pelo incentivo e estadias em Lavras.

E não menos importante, a minha namorada Christiany Mattioli Sarmiento. Amor, você teve papel fundamental, porque você me incentivou, me apoiou, me ergueu, ficou ao meu lado nos momentos que tive que abrir mão do nosso lazer e me proporcionou um amor capaz de suavizar toda essa transição até a defesa, TE AMO.

Amo todos vocês!

RESUMO

O debate sobre Desenvolvimento Sustentável a nível internacional, nacional e mais recente a nível local vem ocorrendo desde o período de 1960, de forma mais intensa, mas foi a partir de 2012 que as novas compreensões sobre o tema ganharam maior complexidade. Estas novas compreensões partem da necessidade de uma maior sensibilidade com os vários grupos e atores, principalmente a nível local, onde as pessoas por meio de suas relações (muitas vezes conflituosas), práticas e sinônimos de pertencimento com o território, ou seja, por meio de suas culturas, acabam por definir os percursos econômicos, ambientais e sociais a serem seguidos ao longo do tempo. Partindo desta lógica, novas abordagens se fazem necessárias para proporcionar uma leitura da realidade (conhecimentos e logísticas), e conseqüentemente do tripé sustentável, por meio da variável cultura que abarca toda a complexidade dos grupos e atores com o território. Neste sentido, o estudo insere a literatura de Gestão Cultural Integrada de Território que propõem uma nova compreensão da realidade, a partir dos territórios, e busca por meio de quatro conceitos (Matriz Territorial, Formação, Interlocação Institucional e Observatórios Territoriais) fazer uma leitura da realidade plasmada no elemento cultura. Para tanto, o estudo foi delineado sobre a forma de três trabalhos, onde no primeiro trabalho, de cunho mais teórico, foi construída uma discussão teórica da literatura de GCIT, de forma a situa-la a luz do debate de Desenvolvimento Sustentável. O segundo trabalho, de cunho empírico, buscou assentar as bases da literatura de GCIT em um território e subsidiar uma leitura da realidade, trazendo para o debate toda a sua complexidade cultural, social, econômica e ambiental. E um terceiro trabalho, de cunho mais tecnológico, que buscou analisar o caso empírico anterior à luz da discussão teórico do primeiro trabalho, e traçar os limites e possibilidades da literatura de GCIT, e as possíveis alternativas metodológicas para novas intervenções nos territórios. Depreende-se do estudo, a relevância da literatura de GCIT para novas abordagens com vista a propostas de Desenvolvimento Sustentável, sobre a ótica dos territórios, e logicamente de suas culturas identitárias e do patrimônio cultural. Esta nova abordagem contribuiu para identificar dilemas e suaviza-los, por meio de uma nova didática local (Figura 2 – Fluxo Processual de GCIT), e conseqüentemente de novas possibilidades logísticas. Por fim o estudo caminha para um potencial em efetivar as novas plataformas internacionais, como as dos ODS, de forma indivisível, interconectada e integrada.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável. Gestão Cultural Integrada de Território. Território. Cultura.

ABSTRACT

The debate on sustainable development at the international, national and more recent level at the local level has been taking place more intensively since the 1960s, but it was from 2012 onwards that new understandings on the subject became more complex. These new understandings stem from the need for greater sensitivity to the various groups and actors, especially at the local level, where people through their relationships (often conflictual), practices and synonyms of belonging to the territory, ie through of their cultures, end up defining the economic, environmental and social paths to be followed over time. Starting from this logic, new approaches are necessary to provide a reading of the reality (knowledge and logistics), and consequently of the sustainable tripod, through the variable culture that embraces all the complexity of the groups and actors with the territory. In this sense, the study inserts the literature of Integrated Cultural Territory Management that proposes a new understanding of reality, from the territories, and searches through four concepts (Territorial Matrix, Training, Institutional Interlocution and Territorial Observatories) to make a reading of the reality embodied in the culture element. In order to do so, the study was outlined in the form of three papers, where in the first work, more theoretical, a theoretical discussion of the GCIT literature was constructed, in order to situate it in the light of the Sustainable Development debate. The second empirical study sought to build the foundations of GCIT literature in a territory and to subsidize a reading of reality, bringing to the debate all its cultural, social, economic and environmental complexity. And a third, more technological work that sought to analyze the previous empirical case in the light of the theoretical discussion of the first work, and to outline the limits and possibilities of the GCIT literature, and the possible methodological alternatives for new interventions in the territories. From the study, the relevance of the GCIT literature to new approaches to Sustainable Development proposals, the perspective of the territories, and logically of their identity cultures and cultural patrimony. This new approach has contributed to identify dilemmas and soften them, through a new local didactic (Figure 2 - Process Flow of GCIT), and consequently new logistical possibilities. Finally, the study is headed towards the potential to make new international platforms, such as ODS, indivisible, interconnected and integrated.

Keywords: Sustainable Development. Territory. Culture. Integrated Cultural Management of Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Etapa Exploratória - construção do roteiro da pesquisa | 52 |
| Figura 2 – Fluxo processual para novas possibilidades de GCIT na microrregião de Presidente Kubistchek | 88 |
| Quadro 1. 1 - Linha Histórica da Gestão Cultural Integrada do Território | 22 |
| Quadro 1. 2 - Evidências de GCIT na Conferência das Nações Unidas em 1972 | 26 |
| Quadro 1. 3 - Evidências de GCIT a partir do Relatório Brundtland e Rio 92 | 28 |
| Quadro 1. 4 - Evidências de GCIT na RIO+10 e Declaração dos ODM em 2000 | 31 |
| Quadro 1. 5 - Evidências de GCIT na Declaração sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 | 32 |
| Quadro 1. 6 - Evidências de GCIT na Conferência das Nações Unidas em 2012 | 34 |
| Quadro 1. 7 - Evidências de GCIT nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável | 35 |
| Quadro 2. 1 - Principais grupos identificados na etapa Exploratória | 52 |
| Quadro 2. 2 – Quadro dos Grupos focais | 53 |
| Quadro 2. 3 - Quadro de entrevistas | 54 |
| Quadro 2. 4 - Matriz Territorial: primeiros povoados e de 1980 a 2000 | 61 |
| Quadro 2. 5 - Formação e Interlocação Institucional: compreensões dos atores territoriais ... | 64 |
| Quadro 2. 6 - Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica | 66 |
| Quadro 3. 1 – Quadro: Gestão Cultural Integrada de Território | 77 |
| Quadro 3. 2 - Matriz Territorial: Fluxo de espaço, tempo e causalidade dos primeiros povoados e de 1980 a 2000 | 81 |
| Quadro 3. 3 – Conhecimentos e logísticas - Formação e Interlocação Institucional: Compreensões dos atores territoriais | 82 |
| Quadro 3. 4 - Novas compreensões locais (soluções logísticas/prospectivas) sobre a Gestão Hídrica | 84 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CIPSH | Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas |
| COBRAMAB | Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera |
| CODEMA | Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente |
| CODEMIG | Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais |
| COP21 | 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima |
| COPASA | Companhia de Saneamento de Minas Gerais |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EPAMIG | Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais |
| GCIT | Gestão Cultural Integrada de Território |
| GIP | Gestão Integrada da Paisagem |
| GIPMR | Gestão Integrada da Paisagem no Meio Rural |
| GIT | Gestão Integrada de Território |
| ICSU | Conselho Internacional de Ciências |
| IE | Instituto Espinhaço |
| ISSC | Conselho Internacional das Ciências Sociais |
| MAB | Man and the Biosphere |
| ODM | Objetivos do Milênio |
| ODS | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| ONG | Organizações não Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| UFLA | Universidade Federal de Lavras |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------|---|
| PRIMEIRA PARTE | |
| | INTRODUÇÃO GERAL 10 |
| SEGUNDA PARTE - ARTIGOS | |
| | GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16 |
| 1 | Introdução 16 |
| 2 | Referencial Teórico 19 |
| 3 | Procedimentos Metodológicos 23 |
| 4 | Apresentação e Discussão dos Resultados 25 |
| 5 | Considerações Finais 36 |
| | REFERÊNCIAS 38 |
| | GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: O CASO DA GESTÃO DE ÁGUAS NA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG 41 |
| 1 | Introdução 41 |
| 2 | Construindo pontes entre a visão global e local por meio dos Territórios 45 |
| 2.1 | Cultura como elemento da Matriz Território 46 |
| 2.2 | Matriz Territorial e a Didática dos Dilemas 49 |
| 2.3 | Formação transdisciplinar para uma Interlocação Institucional 50 |
| 3 | Procedimentos metodológicos 51 |
| 4 | A região do médio Espinhaço e a questão hídrica 55 |
| 4.1 | A diversidade cultural no Médio Espinhaço 57 |
| 4.2 | Formação e Interlocação Institucional para novas potencialidades nos territórios 61 |
| 4.3 | Plantando o Futuro com Gestão Cultural Integrada de Território: Possibilidades de médio e longo prazo para o Entendimento Global a partir de Ações Locais 65 |
| 5 | Conclusão 67 |
| | REFERÊNCIAS 68 |
| | LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DE TERRITÓRIO..... 70 |
| 1 | Introdução 70 |
| 2 | Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável 72 |
| 2.1 | Construindo pontes entre a visão global e local de Desenvolvimento Sustentável por meio da GCIT 74 |
| 3 | Procedimentos metodológicos 78 |
| 4 | Projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço 79 |
| 4.1 | Diagnóstico da Microrregião de Presidente Kubistchek e suas potencialidades de médio e longo prazo 80 |
| 4.2 | A construção da Agenda Comum de Desenvolvimento 84 |
| 4.3 | Alternativas para empoderamento dos atores por meio de abordagens transdisciplinares de GCIT 86 |
| 5 | Conclusão 89 |
| | REFERÊNCIAS 90 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS 92 |

1 INTRODUÇÃO GERAL

A discussão sobre desenvolvimento sustentável data ainda da primeira metade do século XX, mas têm ganhado novos contornos a partir, principalmente, da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, em 2012. Nessa conferência, constatou-se que os Objetivos do Milênio (ODM) não foram alcançados conforme expectativas da Rio 92. Apesar dos avanços formais/institucionais, nenhum objetivo, contudo, foi alcançado em plenitude, pelo contrário, o mundo estava em 2012 com indicadores piores do que aqueles registrados duas décadas anteriores. A compreensão que se chegou é que os ODM foram construídos de modo a subsidiar avanços até 2015 quanto à erradicação da pobreza, porém, as bases conceituais das ações dos ODM não vislumbravam as contradições e dilemas existentes na sociedade, ou seja, as cisões entre global e local persistiam (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Ao eleger a pobreza como principal questão da sustentabilidade, e ao mudar o foco das metas para os meios institucionais de alcance dos novos objetivos estabelecidos, grupos vinculados à ONU começam a discutir novas alternativas por meio de um novo marco conceitual chamada Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT).

Neste sentido, a partir de 2012, a visão de ações que integrem de forma transdisciplinar, conectando de forma resiliente as compreensões da realidade, foram base para construção de novas formas de desenvolvimento sustentável. Em 2015, derivado deste debate, foi construída a Agenda 2030, onde foram estruturados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados até 2030, assim como 169 metas vinculadas a cada um dos objetivos com o intuito de promover ações indivisíveis, conectadas e integradas.

Para tanto, novas abordagens teóricas se vislumbraram necessárias com vista a subsidiar uma leitura da realidade e das contradições e dilemas existentes na sociedade derivados da diversidade cultural existente do global ao local. As novas abordagens, de acordo com as novas compressões, devem focar no médio e longo prazo, na conexão do global e local para compreensão da diversidade cultural e os dilemas derivados dessa diversidade. Além disso, Oosterbeek (2016) chama atenção para a necessidade de leitura da realidade por meio de abordagens transdisciplinares, onde a divisão sociocultural e natural seja revista para formas conectadas. E que as políticas públicas e decisões cotidianas sejam construídas de forma *bottom-up*, superando cisões científicas com outros conhecimentos derivados da sociedade (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Neste sentido, a literatura de GCIT surge dessas novas compreensões onde a didática dos dilemas, entendida como uma negociação sociotécnica, derivada da diversidade de

interesses, percepções, percursos e narrativas, se torna elemento fundamental para o entendimento da realidade. Para tanto, por meio de uma compreensão do tempo e espaço, ou seja, da correlação história/cultura com a natureza e de como a sociedade se posicionou e se posiciona nas suas inter-relações com estes meios, é que se pode compreender e traçar cenários possíveis de governança. De acordo com as novas compreensões, este quadro favorece a construção de ações de médio e longo prazo que se alinhem a propostas de desenvolvimento sustentável e que não gerem novas rupturas socioculturais na sociedade (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Para tanto, a discussão de GCIT perpassa por quatro eixos fundamentais, sendo o primeiro, a necessidade de construir uma matriz territorial resiliente, onde a leitura da realidade por meio da compreensão do espaço e tempo passam a ser pontos fundamentais para se caracterizar um território e seus dilemas, contribuindo para a construção de cenários possíveis por meio dos conhecimentos transdisciplinares e territoriais. Outro eixo trabalhado pela GCIT é a interlocução institucional, pois somente é possível vislumbrar cenários possíveis a partir de quando a sociedade participa de forma a contribuir para uma compreensão do local ao global. Um terceiro eixo trabalhado é a questão da educação e formação, pois para construir cenários possíveis de governança e matrizes territoriais resilientes, a GCIT discute a necessidade das pessoas estarem com o domínio dos conhecimentos territoriais e científicos (o segundo subsidiando o primeiro), das tecnologias apropriadas, por meio da comunicação entre os atores, para que estes possam contribuir com a construção de políticas públicas adequadas a suas realidades. E um último eixo, onde as políticas públicas construídas sejam avaliadas e monitoradas por meio de observatórios territoriais, com a contribuição da cartografia, de sistemas de informações geográficos que subsidiem a geração de dados e informações sobre o progresso das ações. Porém, o uso destes instrumentos para subsidiar a coleta de dados e geração de informações nos observatórios territoriais, de acordo com as novas compreensões, não devem se limitar a ciências duras, mas sim de como correlacionar estas informações a antropologia, as demais ciências humanas, de forma transdisciplinar, para novas compreensões da realidade (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Diante de um cenário internacional, nacional e local de grande diversidade de perspectivas, narrativas e compreensões da realidade, a discussão de GCIT busca suavizar as cisões existentes entre global e local, não por meio de um método pré-estabelecido, mas através de elementos fundamentais que auxiliam na leitura da realidade. Neste sentido, compreender as

bases conceituais dos eixos trabalhados na abordagem de GCIT em uma perspectiva internacional e local, pode contribuir para uma leitura da realidade em contextos distintos.

Neste contexto geral, o estudo busca compreender até que ponto a Gestão Cultural Integrada do Território pode subsidiar uma leitura da realidade para contribuir com o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para responder à questão geral do estudo, inicialmente foi construído um artigo de forma a delinear todo o contexto histórico de formação da discussão sobre desenvolvimento sustentável, por meio das declarações, planos e relatórios das principais conferências internacionais e dos grupos formados pela ONU para avaliar o progresso dos planos construídos nas conferências passadas. Para subsidiar a análise foram usados os quatro eixos de Gestão Cultural Integrado do Território (matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios territoriais) de forma a construir as aproximações da discussão de desenvolvimento sustentável com a GCIT. Por meio das aproximações, os pesquisadores buscaram mostrar como a gestão cultural integrada do território pode potencializar integrações e interconexões para efetivar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a Agenda 2030 da ONU.

O uso desta lente teórica no estudo deriva do debate que o professor Luiz Oosterbeeck (Secretário Geral do CIPSH), vem realizando no Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), por meio das experiências empíricas de Mação em Portugal e no Brasil em diversas regiões, principalmente em Minas Gerais. Sendo que a própria concepção teórica da GCIT acompanha as novas compressões, integrações e interconexões com que a discussão sobre desenvolvimento sustentável foi ganhando ao longo dos debates internacionais, como se observa na análise dos resultados do artigo.

Para tanto, a análise começou a ser feita a partir da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1972, contextualizando o debate e mostrando as principais discussões ao longo do tempo até chegar em 2012, onde tem-se uma virada no debate internacional com a necessidade de integração das ações, de aproximar o debate global e local, da necessidade de abordagens transdisciplinares e da necessidade de políticas públicas que reflitam as realidades territoriais. Os debates da Rio+20 foram base para as novas compreensões, integrações e interconexões que culminaram no lançamento da Agenda 2030 em 2015.

Os resultados do artigo mostram o quão importante, e o potencial que a discussão de GCIT tem para a efetivação dos ODM e ODS, pois os eixos de GCIT estão diretamente conectados à discussão de ações integradas, interconectadas e resilientes, que valorizem os

territórios e seus contextos históricos/culturais, de forma a proporcionar interlocuções institucionais por meio da formação, conectando ações locais a entendimentos globais.

Para contribuir com a discussão e subsidiar a resposta da questão geral do estudo, o próximo artigo foi construído de forma a analisar um caso empírico e fundamentar o artigo anterior, mostrando o potencial da GCIT para efetivação dos ODS em um microterritório em Minas Gerais, Brasil.

Para tanto, o estudo foi realizado na Serra do Espinhaço, Minas Gerais, que em 2005 foi reconhecida como uma Reserva da Biosfera, estas reservas são consideradas pela UNESCO como áreas com um grande potencial para construção de iniciativas que harmonizem desenvolvimento econômico, a equidade social e proteção ambiental. Neste sentido, a princípio foi definido um microterritório (Presidente Kubistchek) na região da Serra do Espinhaço, que engloba 6 municípios interligados por uma formação histórica/cultural, assim como de características ambientais (principalmente hídricas), sociais e econômicas de grande relevância para o estudo.

A escolha dos municípios deriva de um projeto piloto que o governo do Estado de Minas Gerais vem realizando em parceria com o Instituto Espinhaço e a Universidade Federal de Lavras, denominado Plantando Futuro com Gestão Integrada do Território. Este projeto visa o plantio de árvores e revitalização de nascentes, porém, conjuntamente, realizando estudos prospectivos de GCIT com o intuito de aproximar a iniciativa às comunidades locais. Neste sentido, o estudo tenta compreender como vem ocorrendo a gestão da água nos municípios da microrregião de Presidente Kubistchek que compõem a Serra do Espinhaço/MG, tendo por base o modelo de Gestão Cultural Integrada do Território.

Teoricamente foi construído um referencial teórico com os eixos matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios territoriais.

Metodologicamente foram feitas observações participantes de grupos focais realizados por pesquisadores da UFLA e entrevistas com os principais atores dos territórios, o que proporcionou uma visão da formação histórica/cultural da região, dentro de uma lógica de espaço e tempo, levando a compreensão das dinâmicas locais que acarretaram a escassez hídrica na região.

Os resultados do trabalho, por meio da perspectiva dos atores, mostraram os impactos da economia sobre o meio ambiente, principalmente sobre a água da região, derivado da complexidade com que a sociedade foi tomando ao longo do tempo e das dinâmicas construídas por meio das relações dos atores com o meio onde viviam.

A partir das reflexões sobre suas realidades, os atores locais colocaram que este momento foi importante para que eles pudessem pensar possíveis caminhos, que muitas vezes já estão dados na realidade. Neste sentido, este momento passa a ser entendido como um espaço de formação, de troca de saberes para uma nova percepção da realidade, plasmada em uma transdisciplinaridade (HISSA, 2011; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

A partir dos resultados do segundo trabalho, derivados das observações participantes e entrevistas realizadas na região, e por meio das informações geradas, foi elaborado um terceiro trabalho de cunho tecnológico que buscou analisar quais os limites e possibilidades para uma GCIT na microrregião de Presidente Kubistchek? E propor alternativas metodológicas para novas intervenções de GCIT. Para tanto, o terceiro trabalho foi estruturado com base no referencial construído no primeiro trabalho. E os resultados foram construídos a partir da análise metodológica e dos resultados gerados no segundo trabalho, conjuntamente a uma observação participante de um momento mais propositivo, onde foi construída uma Agenda Comum de Desenvolvimento da Microrregião de Presidente Kubistchek. As ações geradas neste momento propositivo, foram materializadas em uma matriz “Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica”, onde foi discutido como dinamizar as temáticas propostas. Depreende-se dos resultados, a importância dos atores refletirem sobre suas realidades com o intuito de construir novos caminhos logísticos, porém, a partir das constatações negativas que a literatura de GCIT tenta superar, é possível visualizar na microrregião uma visão de curto prazo dos atores, derivado da formação utilitarista universalizada no Brasil e uma visão de políticas públicas *top-down*. Estas constatações acabaram por refletir sobre o progresso das iniciativas traçadas pelos atores no planejamento de GCIT na microrregião. Para tanto, o estudo trouxe como alternativa, a necessidade de um momento de formação nas fases iniciais dos diagnósticos, de forma a empoderar e construir novos conceitos (conhecimentos) transdisciplinares para que em momentos posteriores, os atores se sintam aptos a participar, com domínio técnico, para a construção de novas soluções logísticas. Ainda como alternativa, com o propósito de avançar nas ações de valorização das identidades com o território, proposto pelos atores em um primeiro momento da agenda, o estudo coloca a importância de uma valorização do patrimônio cultural de forma a suavizar as diferentes posições dos atores. Para tanto, o debate em torno de Centros de Recurso passa a ter relevância, pois por meio desses espaços de reflexão mais propositivos, que alinham conhecimento científico a valorização do patrimônio cultural, objetivasse um debate entre gerações com o propósito de afirmar as identidades territoriais, suavizar dilemas entre atores e grupos e traçar ações prospectivas por meio de uma visão cultural identitária.

Estes estudos em conjunto foram base para responder à questão geral do estudo geral de **até que ponto a Gestão Cultural Integrada do Território pode subsidiar uma leitura da realidade para contribuir com o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?** As conclusões gerais podem ser vistas nas considerações finais do trabalho.

GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resumo

O estudo busca mostrar como o debate sobre desenvolvimento sustentável foi se delineando desde a segunda metade do século XX até a formulação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Recentemente, várias correntes teóricas emergiram em virtude do debate internacional sobre desenvolvimento sustentável e de pesquisas acadêmicas e experiências empíricas sobre Gestão Integrada do Território (GIT) e principalmente Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT). Neste sentido, o estudo discute em uma concepção mais teórica, até que ponto a gestão integrada, mais precisamente a Gestão Cultural Integrada do Território, pode potencializar integrações e interconexões para efetivar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a Agenda 2030 da ONU. Para compreender o questionamento, foi construído um referencial teórico sobre GCIT, por meio dos principais debates de Gestão Integrada atualmente existente na literatura. Metodologicamente foi feita uma pesquisa documental, onde as principais declarações e relatórios debatidos no período de 1972 a 2015, no âmbito da ONU, foram analisados. Os resultados mostram como a discussão de Desenvolvimento Sustentável foi ganhando complexidade, passando de um entendimento da harmonização da relação entre homem e natureza e proteção ambiental, para ações que se vinculassem mais diretamente aos pressupostos de ações integradas territorialmente. Neste sentido, o estudo constata que a discussão de GCIT contribui para construção de cenários possíveis dentro da Agenda 2030 visando o alcance dos ODS, delineando uma matriz territorial resiliente, conectada às ações de governança e subsidiadas por uma educação e formação que valorize o território e suas territorialidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT); Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); Agenda 2030.

1 Introdução

As discussões sobre novas formas de desenvolvimento que considere meio ambiente, economia e sociedade de maneira integrada vêm sendo debatidas de forma mais aprofundada e com repercussões internacionais desde a década de 1970. Neste período, o debate derivado do relatório do Clube de Roma (1972), que delineou os impactos sociais e ambientais provocados pelo crescimento econômico, foi tema relevante para os questionamentos da relação homem e natureza (CAVALCANTI, 2001; SACHS, 2007; DIAS, 2011). Em decorrência desse cenário, a ONU, no ano de 1984, formou uma comissão com o propósito de estudar o cenário internacional nos aspectos econômico, ambiental e social, de forma a compreender o contexto da época e subsidiar, por meio de um relatório, a próxima convenção que viria a ocorrer em 1992 (DIEGUES, 1989; VEIGA, 2008). O Relatório Brundtland, como ficou conhecido, foi

entregue pela comissão em 1987, e colocou no debate internacional a necessidade de se pensar em formas de desenvolvimento que envolvessem ações ambientais, sociais e econômicas (DIEGUES, 1989; MEBRATU, 1998; HABERL et al, 2009). Esse relatório, e os debates gerados oriundos de sua elaboração, foram base para a Conferência das Nações Unidas de 1992 (SACHS, 2007; VEIGA, 2008).

Na conferência de 1992, os debates derivados do relatório Brundtland mostram que as formas de desenvolvimento nos países não poderiam ser pensadas de forma separadas, mas sim, de forma interligada. Neste sentido, vários avanços e incorporações foram feitas na proposta de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia das Nações Unidas, principalmente no sentido de normatizações para proteção ambiental, valorização dos entes subnacionais e formalização da Agenda 21, que traçava novas formas de alinhar desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental (DIEGUES, 1989; CAVALCANTI, 2001; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Na sequência, com destaque para o ano de 1997, foi formada uma comissão para avaliar as ações traçadas em 1992, e dessa comissão foi produzido um relatório que mostrava os poucos avanços em relação a efetivação da Agenda 21 e a interligação dos temas sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, novas incorporações foram feitas às ações a serem realizadas para a efetivação das proposições de 1992, assim como, evidenciando que a erradicação da pobreza era o tema fundamental a ser tratado nestas novas proposições intergeracionais (CAVALCANTI, 2001; ONU, 1997). Esse relatório teve reflexos na construção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000), a partir do qual, por meio de 8 objetivos, os países se comprometeram a avançar quanto à Erradicação da Pobreza até o ano de 2015.

Já em 2002, após 10 anos desde a última grande conferência, foi realizada uma nova Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta conferência, foram reafirmadas as iniciativas da Rio 1992, a necessidade de avançar quanto ao desenvolvimento sustentável, assim como foram incorporados novos entendimentos sobre a necessidade de integrar os grupos vulneráveis às novas formas de governança, valorizando os entendimentos tradicionais dos territórios e o diálogo entre as gerações (CAVALCANTI, 2001; ONU, 2002). Estes aprendizados e incorporações de novas compreensões tiveram reflexos sobre a Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada em 2012, conhecida como Rio+20 e que culminou na construção da Agenda 2030 da ONU e no documento contendo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que tiveram início em 2016. Derivado das novas conclusões da Rio+20, o debate que se coloca nessa Agenda é, principalmente, a

necessidade de se integrar perspectivas locais a entendimentos globais, por meio de ações integradas e interconectadas, que valorizem os saberes, tecnologias e entendimentos locais.

Um desses debates no âmbito da ONU e UNESCO surge principalmente a partir do Conselho Internacional de Ciências (ICSU), do Conselho Internacional das Ciências Sociais (ISSC) e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), onde foi instituído o ano de 2016 como Ano Internacional para o Entendimento Global com o slogan de “construir pontes entre os pensamentos globais e ações locais”, coordenado pelos Professores Benno Werlen (Diretor Executivo), Luiz Oosterbeek (Secretário Geral do Conselho de CIPSH), Ingelore Scheunemann (representante do Brasil), Vladimir Kolosov (representante da Rússia), Yukio Himiyama (representante do Japão) e Ron Abler (representante dos EUA). Além do Conselho, duas instituições que se vinculam diretamente a esse novo quadro de ações internacionais é o Instituto Terra e Memória e o Instituto Politécnico de Tomar, ambos de Portugal. Esses institutos agregam ao debate, por meio de grupos de trabalhos vinculados a outras instituições mundiais, como é o caso do Conselho de Ciências Sociais na China e da Universidade de Jena, na Alemanha, uma nova concepção de desenvolvimento global a partir de ações locais, por meio do que tem sido conhecido como Gestão Integrada do Território (GIT), mais recentemente reformulado como Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT) no intuito de destacar a dimensão da diversidade cultural no processo de integração territorial (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

A GCIT surge principalmente do debate sobre a necessidade de se construir uma matriz territorial resiliente que coloque todas as potencialidades locais de um território em debate e proporcione alternativas integradas e interconectadas. Para tanto, esta metodologia visa estar sensível a uma interlocução institucional que proporcione novas formas de governança entre os atores. Nestes novos entendimentos, a GCIT pressupõe a necessidade de formação e educação dos atores locais por meio da socialização de conhecimentos (principalmente dos saberes locais) e a necessidade de avaliar todas as iniciativas construídas de forma integrada nos territórios (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

No Brasil, esta proposição específica de desenvolvimento tem sido discutida em diversos contextos, como é o caso do Porto Açu, no Rio de Janeiro, Morro do Pilar, em Minas, dentre outros (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012). Mas, em uma concepção mais teórica, como a Gestão Cultural Integrada do Território pode potencializar integrações e interconexões para efetivar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a Agenda 2030 da ONU? Para responder esta questão, o estudo analisou como os quatro eixos

trabalhados na metodologia de Gestão Cultural Integrada do Território pode contribuir para efetivação dos ODS. Para tanto, em uma primeira fase, foi construído um referencial teórico abordando os quatro eixos trabalhados pela GCIT (Matriz Territorial, Interlocução Institucional, Formação e Observatórios Territoriais), com o intuito de subsidiar a resposta do questionamento do estudo. Em seguida, foi realizado um levantamento de dados, por meio das principais declarações e relatórios produzidos desde o período de 1972 até os ODS em 2015. E, por fim, foi relacionado a literatura GCIT com todos os debates, incorporações e novas compreensões sobre Desenvolvimento Sustentável, visando uma compreensão sobre como essa literatura se situa na Agenda 2030 visando os ODS.

2 Referencial Teórico

A discussão sobre gestão integrada não é nova. Desde a década de 1980 que a América Latina e o Brasil vêm se destacando sobre a temática da gestão integrada do território, principalmente no âmbito rural. Englobando diversos temas, como produção agrícola, conservação do ecossistema, subsistência humana e planejamento e coordenação institucional (ESTRADA; CARMONA et al, 2014), a gestão integrada tem sido vista como mecanismo potencial para alcançar desenvolvimento rural sustentável. O foco da gestão, tendo as questões ambientais e principalmente territoriais como elementos integradores, tornou-se, nas últimas décadas, o ponto de partida para ações em diversos campos, seja para mitigação da degradação ambiental, seja para resolução dos déficits sociais e econômicos, e até mesmo para dinamização de tecnologias sociais visando desenvolvimento regional (QUINTA; FERREIRA et al, 2012).

Em decorrência, na década de 1990, os debates sobre sustentabilidade e a preocupação ambiental, com destaque para a Cúpula da Terra em 1992, colocou a gestão integrada em destaque nessa área, sendo produzidos muitos trabalhos sobre gestão ambiental integrada. A centralidade das ações de gestão passa a ser o meio ambiente, tendo a localidade, seus contextos e atores, papéis fundamentais nos delineamentos das ações estratégicas e de planejamento do território (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Mais especificamente nos últimos anos, principalmente no âmbito da ONU e UNESCO, a gestão integrada do território tem ganhado força, sendo considerado um mecanismo fundamental para alcançar os novos objetivos definidos para o Desenvolvimento Sustentável, que entraram em vigor a partir de 2015, em complementação aos Objetivos do Milênio (IPEA, 2010).

O pressuposto da Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT) é que, conforme disse Oosterbeek (2013, p. 14035), “não é possível construir ilhas de sustentabilidade, pois sendo a

economia global a sustentabilidade só pode ser assegurada em grandes escalas, que articulem planejamento socioeconômico e estratégias ecológicas”. A constatação é que

A GIT supera estéreis debates sobre as opções entre crescimento e desenvolvimento [...] e constrói um quadro de discussão em que a didática dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro coletivo. [...] Neste processo, mais do que ambiente é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação [...] serão certamente realidades (OOSTERBEEK, 2013, p.14035).

O papel da GCIT surge em decorrência, principalmente, da constatação de três fatores principais (OOSTERBEEK, 2012). Primeiro da lógica punitiva aos cidadãos, gerada principalmente pelas relações de produção e consumo com que se estabeleceu a humanidade, mesmo a partir das definições de desenvolvimento sustentável da Cúpula da Terra e da Rio +20. “Uma lógica injusta na visão dos indivíduos, na medida em que choca com as suas liberdades individuais sem lhes garantir meios igualmente individuais de atuação” (OOSTERBEEK, 2013, p. 14029, grifos do autor). Segundo, pelo fato das políticas públicas recentes não terem garantido equidade social e sustentabilidade ambiental, baseando-se em premissas equivocadas de crescimento econômico e distribuição de renda, o que penalizou em igual maneira o meio ambiente e as comunidades locais. Por fim, “[...] as estratégias desenhadas duas décadas atrás se apoiam sobre uma concepção abstrata de entidades (economia, sociedade, ambiente), esvaziadas de contradições (culturais, sociais ou outras), ou seja, fora da realidade” (OOSTERBEEK, 2013, p. 14030). Para Oosterbeek (2013, p. 14030-14031),

Isso é bem claro no principal instrumento organizador da sociedade e do território para o desenvolvimento sustentável: a Agenda 21. Ainda que esta preveja a valorização dos grupos sociais minoritários, a sua concepção de base é a de que existem sobretudo problemas a enfrentar que são de interesse comum, não vislumbrando as contradições e os dilemas que, de fato, se colocam às políticas públicas: os interesses de uns colidem com os de outros. [...] Partiu-se assim de uma lógica incompleta na construção do modelo de desenvolvimento sustentável. [...] Se torna necessário retomar o percurso sistêmico, introduzindo no “tripé da sustentabilidade” uma variável antes não considerada (as culturas e suas percepções) e uma interrogação distinta (focada não em problemas a resolver, mas em dilemas a dirimir). Fazer a didática social dos dilemas será cada vez mais o maior desafio do século XXI, pois sem a sua compreensão as sociedades não farão as escolhas que a economia mundial hoje impõe (ou não o farão em democracia).

Nas novas concepções de desenvolvimento a serem estabelecidas em busca da superação das deficiências das ações e programas transnacionais anteriores, a necessidade atual é buscar integrações regionais, que proporcionem entendimentos globais sobre a sustentabilidade do planeta. A noção de território, como definiu Milton Santos (1998), sendo um espaço para além de suas características físicas, torna-se estratégico para dinamizar novas formas de gestão, integrando as identidades e necessidades locais, com as demandas globais de transformações éticas, políticas, tecnológicas, econômicas, sociais, ambientais e culturais. Para Dallabrida (2016), o território passou a ser entendido como espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifeste a expressão de relação de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais, assim como, pode ser considerado espaço onde se expressam as desigualdades entre níveis territoriais, do local ao global.

Para Oosterbeek (2012), o território somente pode ser entendido em toda a sua complexidade e conexões, por meio de uma matriz territorial que garanta uma construção conjunta com a população (espaços de memórias, centro de recursos, projetos consorciados), aliados a uma formação que garanta a valorização do capital humano, pois são os atores que forjam a cultura local, por meio da compreensão social da realidade (conhecimentos tradicionais, transdisciplinares, conjuntamente a tecnologias e comunicação). Essa matriz territorial e formação local podem gerar uma interlocução institucional, por meio de socialização dos conhecimentos, proporcionando possibilidades de governança garantidas por uma didática dos dilemas (negociação sociotécnica) (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2016). E todo este quadro pode ser constantemente avaliado por meio de observatórios territoriais que mostrem, por meio de pesquisas, as transformações de forma integrada e interconectada dos territórios (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

No quadro 1 foi construída uma linha histórica das principais discussões sobre Gestão Integrada em três perspectivas, Gestão Integrada da Paisagem no meio Rural (GIPMR) (período de 1990), Gestão Integrada da Paisagem (GIP) (2000), Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT) (2010), para mostrar como o território ganha nuclearidade, abarcando o ambiente, economia e sociedade por meio da cultura e como estes elementos foram se transformando e incorporando novas compreensões (OOSTERBEEK, 2012, QUINTA; FERREIRA et all, 2012; FURST et all, 2013; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; ESTRADA; CARMONA et all, 2014; SHIKI; SHIKI, 2014).

Quadro 1. 1 - Linha Histórica da Gestão Cultural Integrada do Território

| Construtos | Gestão Integrada da Paisagem no meio Rural (1990) | Gestão Integrada da Paisagem (2000) | Gestão Cultural Integrada do Território (2010) |
|---|---|---|--|
| Matriz territorial | <ul style="list-style-type: none"> Integração por meio do social e econômico na década de 1990; Construção do conhecimento, por meio das especificidades locais; Uso de práticas características locais; Uso da terra por meio de uma análise de espaço e tempo onde os ecossistemas, fauna e flora sejam considerados; Manejo Integrado do uso da terra; Recentemente a gestão integrada no meio rural se liga muito a conservação dos ecossistemas; | <ul style="list-style-type: none"> Falta de conhecimento do cenário global por parte das pessoas nas comunidades locais, provocando certa passividade; Escolhas e ações somente podem ser entendidas por meio do tempo, do uso de tecnologias no espaço para poder compreender suas conseqüentes causas; Desintegração das estruturas tradicionais de socialização; Diminuição da resiliência social; Grupos e suas identidades constantemente se recombinando; Nível central: mesclar capacidades analíticas com tomadas de decisão, por meio de centros de conhecimento, apoio de universidades, autoridades, corporações e ONGs; Nível local: estruturas de memórias para recuperar conhecimentos tradicionais e promover o intercâmbio econômicos das identidades culturais; Suavização das barreiras disciplinares e negociação das agendas entre os atores; Dilemas e didáticas dos dilemas; | <ul style="list-style-type: none"> Meio ambiente, economia e sociedade estão girando em uma orbita que as interpreta que é a cultura; Conhecimento e consciência dos dilemas; A palavra ambiente perde nuclearidade e a palavras território passa a ser decisiva para se fazer a didática dos dilemas; Territorialidade: conjunto de relações, espaço de referência, conjunto de práticas, sinônimo de pertencimento, relações de poder, relações sociais. Sociotécnica usada para negociação e formação de agendas; Soluções logísticas (articulação de necessidades e recursos no espaço (escala) e tempo (processos)); Tecnologia para o controle da matéria e do físico por parte do indivíduo, por meio da valorização das tradições culturais (tradições adaptadas ao ambiente por meio das técnicas) Envolvimento da população (centros de recursos, espaços de memória, projetos consorciados) |
| Interlocução Institucional (Governança) | <ul style="list-style-type: none"> O planejamento e coordenação institucional (capacidades humana, institucional e de multi-objetivos) são os mais relevantes, pois neste quadro tem uma maior propensão a uma governança. | <ul style="list-style-type: none"> Governança surge da valorização do capital humano e de uma matriz territorial de comunidades (apoiada por uma constante formação e educação); Comunicação: necessidade de uma comunicação como fator fundamental para transmitir informações, visando a disseminação de bases comuns de compreensão; | <ul style="list-style-type: none"> Cidadãos conscientes participantes (conhecimento científico e senso comum, tendo o aporte do primeiro ao segundo) e preparados (com domínio da tecnologia) que se poderá vislumbrar cenários de governança; Capital humano orientado para a Gestão Integrada do Território (GCIT); Comunicação como elemento fundamental para socializar os conhecimentos e formar os atores no território; |
| Formação | <ul style="list-style-type: none"> Não foram encontrados elementos sobre o construto. | <ul style="list-style-type: none"> Formação básica e técnica, proporcionando às pessoas uma visão compartilhada de necessidades, interesses e agendas de outras pessoas. Esta formação contribui para que as pessoas percebam que seus contextos são diferentes, gerando adaptações tecnológicas complementares, mas muitas vezes contraditórias (dilemas), caracterizando as diferenças culturais. Neste sentido, a formação e educação são fundamentais para valorizar o capital humano de um território (prospectiva). | <ul style="list-style-type: none"> Articulação estratégicas de formação e educação para juízo crítico; Fortalecimento do capital humano para identificar novos recursos, e tecnologias adequadas; Combinação de contextos ambientais de capital humano e tecnologias apoiadas na cultura; Socialização dos conhecimentos para se poder ter uma compreensão do território e seus recursos, tecnologias e capital humano; |

| | | | |
|--------------------------|---|--|--|
| Observatório Territorial | <ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados elementos sobre esse construto. | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de se trabalhar as perspectivas dos diferentes atores, conjuntamente à criação de um banco de dados, por meio das tecnologias de informação disponíveis. Este banco de dados deve refletir todas as características, ambientais, econômicas, sociais e culturais de uso do solo da região, com vistas a subsidiar futuras políticas integradas. • Os conhecimentos fornecidos por estas informações podem ser incluídos para moldar os planejamentos a nível local e regional. E, por fim, poder analisar cenários futuros possíveis de acordo com a realidade local. • Isso garante aos atores informações necessárias para planejamentos integrados, assim como uma maior sensibilidade a complementação de informações por outros atores na construção de cenários possíveis. A avaliação constante dos dados e indicadores ajudam na interpretação da realidade e o próprio cruzamento de dados para potencializar as ações. | <ul style="list-style-type: none"> • Uso de sistemas de informação geográfica, da cartografia e das ciências humanas para análise do território; • Importância destes estudos para avaliação, mas levando em consideração as especificidades locais na montagem da metodologia de coleta de dados, assim como, características geográficas, climáticas, ecológicas, históricas e principalmente da consciência social entendida a partir de vários entendimentos culturais existentes nos respectivos territórios (transdisciplinaridade). |
|--------------------------|---|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do quadro 1 podemos observar como o debate sobre gestão integrada veio acompanhando o debate internacional sobre desenvolvimento sustentável. Neste sentido, quando se observa a centralidade da discussão no período de 1990 sobre o meio ambiente e a criação de normas de proteção ambiental e conciliação entre este elemento, a economia e a sociedade no debate sobre sustentabilidade, a Gestão Integrada da Paisagem no Meio Rural dentro de seu aporte teórico faz uso do mesmo debate para propor sua metodologia de análise. O mesmo ocorre na discussão sobre Gestão Integrada da Paisagem no período de 2000, que incorpora novas compreensões e passa a ter nuclearidade não somente no meio ambiente, mas na integração entre sociedade, meio ambiente e economia tendo como elemento central a cultura local. Já na discussão de Gestão Cultural Integrada do Território, toda essa discussão de Gestão Integrada da Paisagem é incorporada na GCIT, porém, sobre novos entendimentos, onde o território passa a ser espaço de novas compreensões, integrações e interconexões sobre matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios territoriais.

3 Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, o estudo foi realizado a partir da análise dos documentos produzidos nas principais declarações produzidas nos períodos de 1972, 1992, 2002 e 2012 e os principais relatórios derivados de comissões avaliativas formadas pela ONU, sendo estas as de 1987 e 1997 e das duas principais conferências que deram origem aos ODM e ODS, em 2000 e 2015, respectivamente. Para Gil (2002), a análise documental é um instrumento que pode

dar novo tratamento analítico a um documento de acordo com os objetivos da pesquisa. Este tipo de análise proporciona fonte de dados ricas e estáveis historicamente, e pode gerar novas visões sobre um problema ou conduzir a novas compreensões por outros meios utilizados (GIL, 2002). Cabe dizer também que, no caso específico deste estudo, documentos correlatos e historicamente encadeados foram utilizados a fim de se analisar a evolução das ideias ao longo de um período determinado. Logo, não se trata aqui de dar novo tratamento analítico a *um* documento, mas de dar tratamento analítico a uma série de documentos correlacionados, a fim de se compreender a transformação da compreensão em que se encerram.

Os critérios de seleção dos documentos se basearam naqueles que derivassem das principais conferências e comissões avaliativas da ONU, assim como pela sua importância dentro do debate científico, mas principalmente político internacional. Para analisar os dados, foi empregado o método de análise de conteúdo, que possibilita a descrição de um conteúdo derivado de um grande volume de materiais produzidos (GIL, 2002). A análise foi realizada de forma qualitativa, fazendo uso de uma estratégia interativa, onde a análise dos documentos produziu uma explicação lógica derivada das inter-relações das unidades de sentido e as categorias de análise (Matriz Territorial, Interlocação Institucional, Formação e Observatório) onde foram reunidas. Assim, os dados foram vinculados ao modelo teórico com o objetivo de compará-los para produzir novas compreensões e proposições. Esta análise subdividiu-se em 5 passos.

Em um primeiro momento foram delimitados os documentos que seriam analisados e todos os dados levantados nas declarações e relatórios foram colocados em tabelas, divididos pelos seus respectivos documentos de origem. Em um segundo momento, os dados foram analisados por meio da inserção de comentários em cada tema tratado (mostrando suas relações e vinculado aos eixos de GCIT) nos documentos. No terceiro passo, os dados foram emparelhados em tabelas específicas de cada documento para organizar as informações de cada ano nos eixos (categorias) de GCIT. No quarto passo, já nos resultados, foram montadas matrizes mostrando as incorporações das discussões de desenvolvimento sustentável e como estas discussões ao longo do tempo começaram a ser compreendidas de forma integrada e interconectada, dentro dos quatro eixos da GCIT. E, por último, foi feita uma correlação do referencial teórico com os documentos para subsidiar a resolução da questão-problema do estudo nas considerações finais.

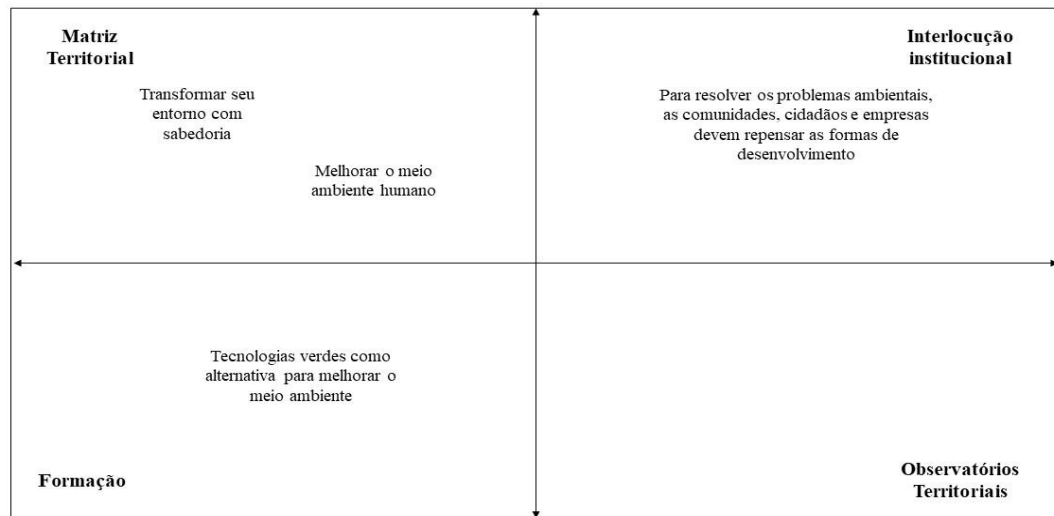
4 Apresentação e Discussão dos Resultados

A formação do Clube de Roma, na década de 1960, foi um marco na discussão internacional relacionada à política, economia internacional e meio ambiente, pois os integrantes desse grupo passaram a questionar a forma como vinha sendo conduzido o desenvolvimento internacional. Neste sentido, em 1972, foi produzido um relatório pelos membros do Clube que apontava, por meio de projeções, a escassez de recursos naturais nos próximos 100 anos e os impactos sobre a economia e sociedade. Este estudo intensificou vários questionamentos e debates internacionais e que foram canalizados na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano também no ano de 1972 (DIEGUES, 1989; MEADOWS et al, 1992; ONU, 1972).

No debate da conferência de 1972, foi produzida a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que colocou nas discussões internacionais questões importantes para se repensar as formas de desenvolvimento até então vigentes. Tais questionamentos derivam da relação homem e natureza, principalmente das produções tecnológicas intensificadas nas Revoluções Industriais e que, neste período, passam a ser questionadas internacionalmente devido aos impactos gerados pelas atividades econômicas sobre o meio ambiente e a sociedade. Ainda dentro deste contexto, a própria produção de conhecimento passa a ser questionada, devido a estas produções estarem a favor de tecnologias que agridem o meio ambiente, desde sua construção até sua operacionalização (ONU, 1972).

Neste sentido, os caminhos que começam a ser traçados a partir desta declaração giram em torno de transformar, com mais sabedoria, a realidade das pessoas, garantindo melhoria dos níveis sociais e ambientais, principalmente nos países subdesenvolvidos, além de uma proteção ambiental, derivada de um crescimento econômico e social, mais harmônico com o meio natural, assim como, uma maior responsabilização dos atores econômicos e sociais sobre suas ações em relação ao meio ambiente. Porém, mesmo com avanços dentro das pautas internacionais sobre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, estas discussões tinham poucas ligações e integrações dentro do debate, muito devido à necessidade de amadurecimento da discussão, como podemos observar no quadro 2 (OOSTERBEEK, 2012).

Quadro 1. 2 - Evidências de GCIT na Conferência das Nações Unidas em 1972.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes questionamentos e encaminhamentos derivados da declaração de 1972, evidenciam a necessidade dos países em inter-relacionarem desenvolvimento e proteção ambiental. Para tanto, a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1984, cria uma comissão para avaliar as formas de desenvolvimento até então vigentes nas dimensões econômicas, sociais e ambientais e assim, produzir um relatório que pudesse reorientar as ações humanas (ONU, 1987).

O relatório *Nosso Futuro Comum* (popularizado como Relatório Brundtland) produzido pela comissão em 1987, resultou em uma proposta de reorientação das políticas internacionais e nacionais para formas de desenvolvimento sustentável, devido: ao reconhecimento dos problemas ambientais e das formas de desenvolvimento vigentes; ao reconhecimento de que as questões ambientais transcendem as fronteiras institucionais e a necessidade de uma abordagem de inter-relação do meio ambiente e desenvolvimento; à necessidade de novas abordagens para o desenvolvimento econômico que proporcione a erradicação da pobreza e o melhor uso dos recursos naturais (ONU, 1987; QUINTA; FERREIRA et al, 2012; FURST et al, 2013).

Este relatório propiciou novos debates políticos em âmbito internacional, pois ele delineou o conceito de desenvolvimento sustentável, ampliando o entendimento dos eixos da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) e o que estes eixos abarcam em um nível mais amplo de complexidade. Tal complexidade, perpassa por entender que o desenvolvimento sustentável somente pode ser alcançado via políticas internacionais, nacionais e locais que

integrem instituições, setor privado, sociedade civil organizada e não organizada de forma a mobilizá-los para novas formas de produção e consumo, assim como de erradicação da pobreza, garantindo um meio ambiente natural adequado (ONU, 1987; CAVALCANTI, 2001; QUINTA; FERREIRA et all, 2012; FURST et all, 2013).

O relatório também traz para o debate, a importância dos níveis subnacionais para efetivação do desenvolvimento sustentável, além de incorporar temas importantes como mobilização dos atores para novas formas de produção e consumo e erradicação da pobreza. Estas incorporações ao debate internacional, porém, ainda careciam de real proximidade com os entes subnacionais e os potenciais existentes nos territórios. No quadro 3, em cor cinza, podem ser observados os avanços em termos de debate e que foram subsídios para os debates da conferência seguinte realizada em 1992. Porém, existia ainda a necessidade de maior amadurecimento da discussão para a valorização dos entes subnacionais como sendo propícios para construção de matrizes territoriais, interlocuções institucionais, formação e centros de observação das iniciativas para sustentabilidade (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Este debate e ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável teve grandes reflexos sobre Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, pois nesta conferência, todas estas novas incorporações foram colocadas em debate, assim como, as formas de ação necessárias para atingir o desenvolvimento sustentável proposto no relatório. Neste sentido, na Rio 92, os principais entendimentos ficaram sobre a necessidade de reduzir a pobreza e o consumo devido aos estresses causados ao meio ambiente e a necessidade de estratégias internacionais e nacionais para responsabilização das atividades econômicas. Dessa discussão, originou o plano de ação da Agenda 21, os princípios orientadores para se criar normas internacionais e nacionais de proteção do meio ambiente e erradicação da pobreza (por meio da valorização da mulher, das comunidades tradicionais e povos indígenas, dentre outras ações), formas de cooperação técnica e de financiamento entre os países (ONU, 1992).

Quadro 1. 3 - Evidências de GCIT a partir do Relatório Brundtland e Rio 92.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A centralidade da erradicação da pobreza no debate da Rio 92 foi fundamental para uma nova visão de interligações das ações, como podemos observar no quadro 3, em cor preta, onde a valorização dos entes subnacionais tem caráter chave, principalmente nos aspectos de interlocução institucional, por meio do incentivo à participação dos atores em instituições democráticas, da garantia à justiça para todos e normas ambientais de acordo com a realidade, evidenciando a importância do local (QUINTA; FERREIRA et al, 2012; FURST et al, 2013). Tais entendimentos não se limitaram somente aos aspectos institucionais, mas também à valorização de uma matriz territorial no nível local, com a valorização dos grupos tradicionais e indígenas, de suas culturas e a própria valorização da mulher como ator fundamental para efetivar formas de desenvolvimento sustentável (QUINTA; FERREIRA et al, 2012; FURST et al, 2013). Essa interlocução institucional, por meio de instituições democráticas e a valorização da matriz territorial local (grupos tradicionais e indígenas por meio de suas culturas) coadunam com o debate de Gestão Integrada da Paisagem no meio rural da década de 1990 que abarcam essas temáticas, além da questão de proteção ambiental por meio de normas e regulamentações. Mas não se limitando a estes temas, a própria formação também é outro fator que avança nesta conferência, pois o debate em torno da construção do conhecimento por meio dos valores e modos de vida de uma região, passa a ser também considerado, para a construção

de uma educação inclusiva e valorativa (QUINTA; FERREIRA et all, 2012; FURST et all, 2013; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014).

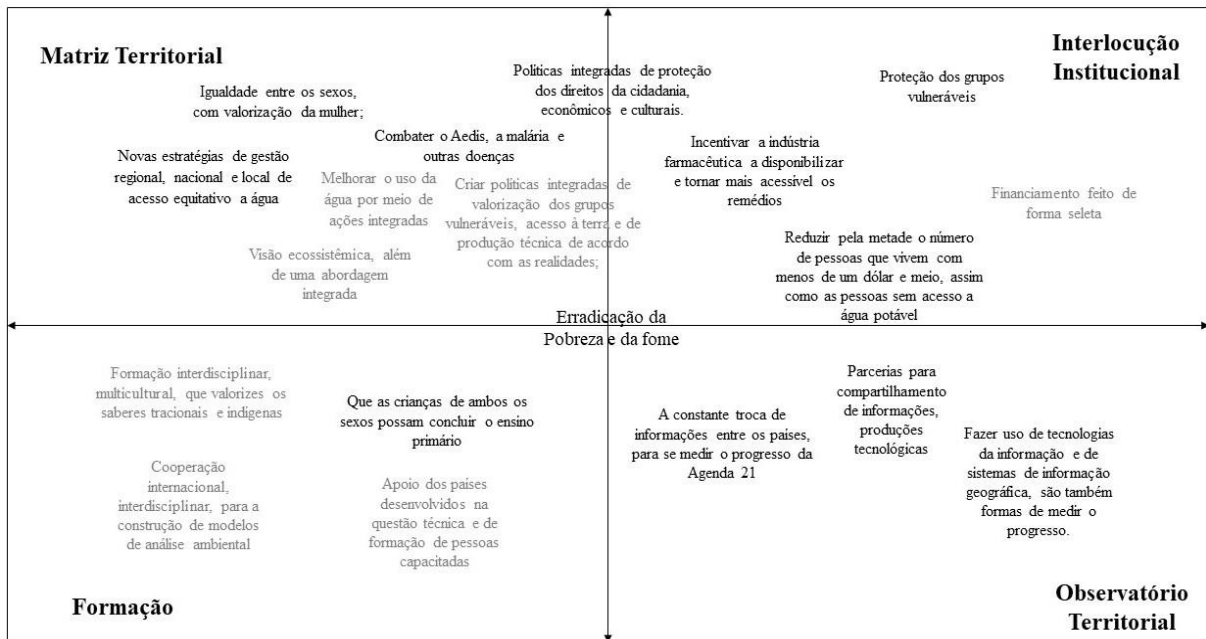
Passados cinco anos, após a afirmação das diretrizes e às ações a serem seguidas na Rio 92, foi realizada uma Assembleia Geral, conhecida como Rio + 5, em 1997, com o objetivo de reafirmar os compromissos da Rio 92 e avaliar os avanços da Agenda 21. Os resultados obtidos mostraram: que o fosso econômico entre os países foi intensificado, o que gerou a falta de emprego, de qualidade e de acesso a serviços básicos; a existência de avanços institucionais, da participação de novos grupos sociais e privados, voltados para ações que visem a diminuir a poluição e a degradação ambiental; a existência, porém, de uma tendência geral de degradação ambiental; o progresso marginal na questão de produção e consumo; problemas ainda com a pobreza que intensificam a degradação ambiental e a desertificação; o abastecimento de água inadequado e inseguro, causando problemas de saúde e insegurança alimentar, sobretudo para às populações mais pobres; a degradação de ecossistemas e a diminuição da diversidade biológica; além da exploração ambiental acima da capacidade de regeneração dos ecossistemas. Existiu certo nível de progresso quanto à discussão por parte de vários grupos de interesse (sindicatos, comunidades tradicionais, indígenas, empresas), tanto em nível internacional, quanto nacional e subnacional, como pode ser constatado com o avanço das Agendas 21 locais. Esse quadro situacional mostra uma tendência para formação e construção de consenso sobre as formas de desenvolvimento até então vigentes. Porém, existia ainda a necessidade de maior inserção das questões culturais, relacionadas com a diversidade de interesses, percepções, percursos e narrativas de gênero e o fortalecimento das ações não efetivadas (ONU, 1997).

Tendo esse panorama geral, o relatório tentou encaminhar ações principalmente no sentido de matrizes territoriais, por meio de políticas sociais integradas, de valorização da mulher, de acesso à terra por grupos vulneráveis, de financiamento, acesso a tecnologias e produção técnica de acordo com as realidades. Além disso, houve a valorização das comunidades tradicionais como fator chave para efetivação das propostas e uma abordagem ecossistêmica integrada. O relatório também avança em aspectos de formação, no sentido de financiamento de pesquisas científicas, cooperação técnica interdisciplinar e tecnológica, assim como, de formação técnica interdisciplinar e multicultural que valorize as comunidades tradicionais e seus saberes locais. Outro avanço no presente relatório, foi a necessidade de observatórios que visem analisar o progresso das ações, por meio de trocas de informações entre os países, formação de centros de avaliação dos indicadores nacionais e uso de geotecnologias para monitorar os avanços (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). A matriz 4,

com os principais temas em cor cinza, mostra esses principais encaminhamentos. Esses encaminhamentos também estão presentes no próprio entendimento que a Gestão Integrada da Paisagem passa a ter no período de 2000, pois o nível local passa a ser valorizado como espaço de recuperação de conhecimentos e de intercâmbios econômicos e de identidades culturais. Assim como de suavização de barreiras disciplinares e de negociações de agendas por meio da didática dos dilemas (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Tendo esse panorama do relatório da Rio +5, foi proposto no ano 2000 a Declaração do Milênio, por meio da Cúpula do Milênio, como ficou conhecida. Nesta cúpula, os dirigentes políticos e atores de interesse chegaram ao consenso de que dentre os vários desafios (pobreza, proteção da biodiversidade, saúde, educação, segurança alimentar, acesso água doce, saneamento básico, assentamentos humanos) que a humanidade deveria enfrentar e que acabaram sendo intensificados, mesmo com as ações da Agenda 21, a Erradicação da Pobreza era o fator chave para que todos estes desafios começassem a ser superados. Neste sentido, nesta declaração, foram acordados os oito Objetivos de Desenvolvimento Milênio (ODM) e que deveriam ser atingidos até 2015 para que se conseguisse avançar quanto à Erradicação da Pobreza. Os ODM foram construídos tendo por base todo o panorama de declarações e relatórios produzidos nos debates acumulados ao longo de 28 anos sobre desenvolvimento sustentável, sendo a Erradicação da Pobreza um grande elemento de ligação para as ações, pois este tema abrange quase todas as frentes de trabalho propostas pelas declarações e planos de ações. Neste sentido, acabar com a fome e a miséria, oferecer educação básica de qualidade para todos, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a Aids, a Malária e outras doenças, garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e estabelecer parcerias para o desenvolvimento, foram pontos importantes a serem considerados para Erradicação da Pobreza, derivados das experiências produzidas pelos últimos debates (ODM BRASIL, 2017). Assim, os principais avanços se deram nos aspectos da interlocução institucional, matriz territorial e observatórios territoriais, como pode se observar no quadro 4 em cor preta.

Quadro 1. 4 - Evidências de GCIT na RIO+10 e Declaração dos ODM em 2000



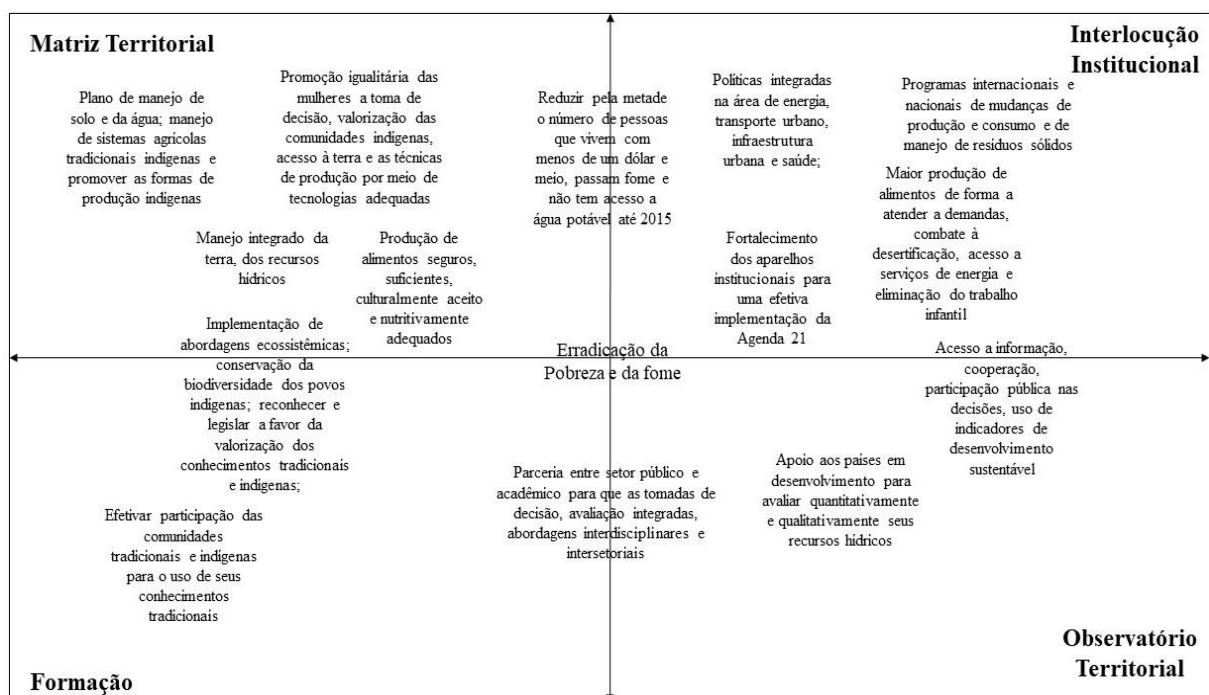
Fonte: Elaborado pelos autores.

Após 10 anos da realização da última grande conferência em 1992, foi realizado no ano de 2002 outra Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, onde foram reafirmados os compromissos da Cúpula de 1992 e colocada a necessidade de implementação total da Agenda 21, além do comprometimento com os ODM e os novos compromissos advindos das experiências progressas. Neste sentido, foram introduzidos no debate internacional: a necessidade de abordagens que integrassem o tripé economia-sociedade-meio ambiente para efetivar a Agenda 21 e os ODM; a continuidade das ações para a Erradicação da Pobreza e da mudança dos padrões de produção e consumo; a boa governança abrangendo todos os atores; a promoção de ambientes econômicos dinâmicos e integrados ao meio ambiente e à sociedade.

Os principais encaminhamentos da conferência perpassaram pela necessidade de integração da interlocação institucional para efetivação da Agenda 21, do fortalecimento de ações de infraestrutura urbana, energia, manejo de áreas agricultáveis para o equilíbrio de produção e consumo. Outro eixo trabalhado na conferência, foi a matriz territorial integrada, onde foi colocada a necessidade de integração dos vários equipamentos públicos, sociais e ambientais para a efetiva valorização dos territórios e suas territorialidades. No aspecto formação houve avanços no debate de abordagens ecossistêmicas, juntamente à valorização dos conhecimentos tradicionais, à necessidade de legislar a favor deste tema de modo a fortalecer

estes conhecimentos e proporcionando a repartição de tais conhecimentos. Ainda neste debate, houve avanços nas formas de avaliação das ações, por meio de iniciativas de cooperação técnica, avaliações integradas, abordagens interdisciplinares e intersetoriais. Neste sentido, em 2002, a palavra território ganha novos contornos, pois o entendimento é que, o território somente pode ser compreendido de forma integrada, quando o elemento cultura passa a ser núcleo de compreensão da relação entre meio ambiente, sociedade e economia (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). O quadro 5 destaca esses avanços.

Quadro 1. 5 - Evidências de GCIT na Declaração sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002



Fonte: Elaborado pelos autores.

Este debate teve reflexos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, a Rio+20, onde a Erradicação da Pobreza é reafirmada como maior objetivo para efetivação do desenvolvimento sustentável. Porém, erradicar a pobreza, de acordo com os novos debates, perpassa pelo fortalecimento de ações como agricultura sustentável, trabalho produtivo e emprego descente para todos, estratégias globais para geração de emprego para jovens, implementação das convenções sobre o clima para efetivar os ODM, integração das pessoas aos ecossistemas nos seus respectivos territórios de modo a compatibilizar o emprego descente e suficiente, igualdade de direitos e oportunidades para os jovens,

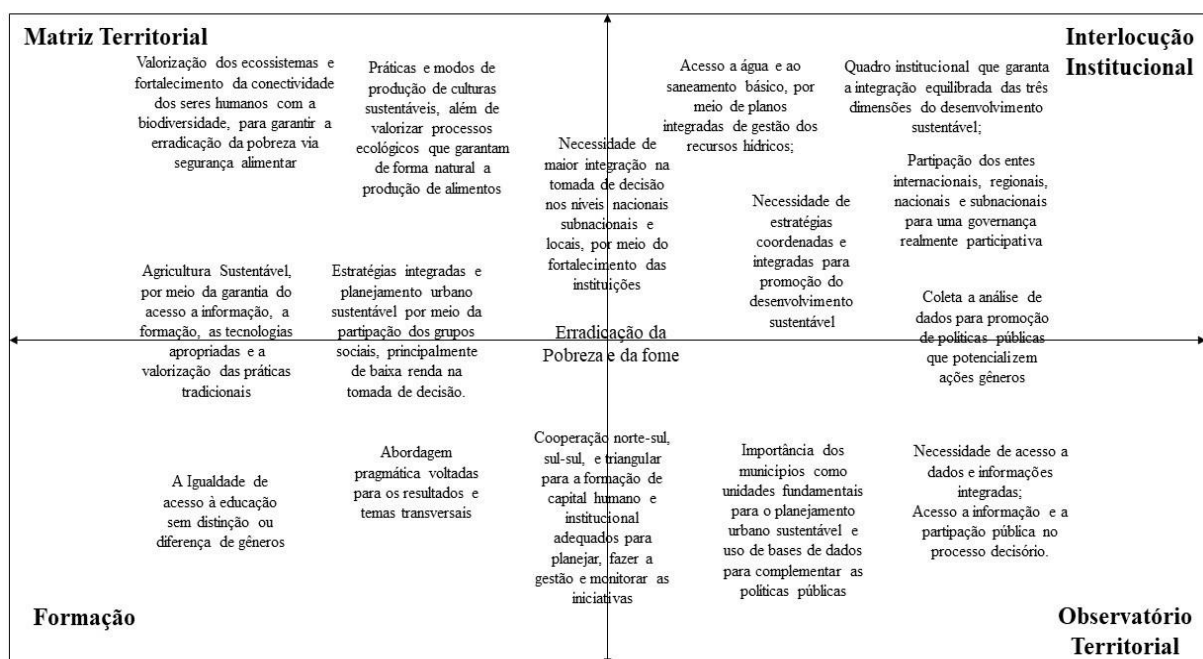
principalmente as mulheres, decisões econômicas fundamentadas em informações completas, abordagem integrada para uma vida em harmonia com a natureza, diversidade cultural como fator chave para a sustentabilidade, reconhecimento da importância dos entes subnacionais e locais para construção de políticas sustentáveis, pois são os entes mais próximos dos cidadãos. Estes debates mostram uma valorização da matriz territorial, por meio do território, onde a cultura se torna elemento de integração de ecossistemas e pessoas em seus territórios (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Outros debates da conferência trataram de temas como: a efetivação da participação do cidadão por meio das tecnologias da informação, diminuindo o fosso digital; diálogo entre as gerações; metodologias novas e inovadoras para diagnosticar potenciais de economia verde e incentivos dos governos para inovação, ciência e tecnologias apropriadas, valorizando a economia verde (ONU, 2012). Este quadro de resultados mostram a importância da interlocução institucional, por meio da efetiva participação do cidadão, porém, de forma consciente e preparada, com o domínio das novas tecnologias. Esse domínio técnico e físico perpassa pela discussão da matriz territorial, onde a valorização de tradições e culturas podem produzir técnicas adaptadas ao ambiente (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Os encaminhamentos da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, derivados dos resultados abordados anteriormente, perpassa pela valorização dos entes subnacionais, de suas matrizes territoriais, por meio da garantia do acesso à informação, a formação, as tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável, a valorização dos ecossistemas por meio da conectividade das pessoas ao meio ambiente e integração na tomada de decisão. Além disso, aparece como objetivo, a interlocução institucional, com vista a proporcionar modos de governança e potencializar planos integrados de recursos hídricos e gerar ações por meio de indicadores confiáveis para tomadas de decisão melhor fundamentadas. A formação como processo educativo e que potencializa novas formas de tecnologias, por meio de abordagens pragmáticas e transversais, fortalecendo o planejamento urbano integrado. E a necessidade de sempre estar avaliando as iniciativas de forma fazer os ajustes e incrementos necessários, por meio de coleta e análise de dados, produção de informações integradas, potencializando ações nos níveis subnacionais.

Neste sentido, o quadro 6 mostra a importância das ações nos níveis subnacionais, enfatizando o local, mas principalmente da necessidade de ações integradas que valorizem as territorialidades, onde as novas abordagens integrem e interliguem interdisciplinar e multiculturalmente o debate de uma matriz territorial, de caráter sociotécnico, formando

agendas partilhadas. A governança local e os processos educativos apropriados se tornam elementos fundamentais, pois garantem uma valorização do capital humano por meio da participação consciente (socialização de conhecimentos) e assim garantido tecnologias apoiadas na cultura; e que todo este quadro seja observado e acompanhado de perto nos territórios para poder avaliar os avanços das ações (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK 2013; SHIKI; SHIKI, 2014).

Quadro 1. 6 - Evidências de GCIT na Conferência das Nações Unidas em 2012



Fonte: Elaborado pelos autores

As experiências acumuladas da Cúpula Rio+20, assim como das declarações e relatórios de outras conferências e comissões avaliativas, foram base para a construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável entre os períodos de 2013 e 2015. A agenda “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, foi construída por meio de todas estas experiências ao longo dos últimos anos, mas a principal experiência destes longos anos de debate sobre a sustentabilidade é que os objetivos e metas estão integrados de forma indivisível. Ou seja, o principal objetivo desta integração, indivisibilidade e interconexão é o equilíbrio dos três eixos da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) (OOSTERBEEK, 2012; ONU, 2015).

Neste sentido, a figura 7 mostra os avanços da Agenda 2030 e as novas abordagens integradas e interconectadas. Analisando as informações geradas dos debates da formação da

agenda nos quadrantes matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios territoriais, as novas abordagens mostram que as ações trazem em seu bojo de concepção, as interconexões derivadas de gestão integrada de recursos hídricos, de assentamento humanos, de políticas sociais, econômicas e ambientais. Além disso, há a interconexão com formas educativas que valorizem a diversidade cultural, de gêneros, de produção de tecnologias apropriadas, por meio de ações integradas e resilientes. Do mesmo modo, a matriz territorial e a formação estão interconectadas a uma interlocução institucional que propicie políticas inclusivas, participação de grupos vulneráveis, proporcionando formas de governança. Porém, estes três eixos podem não ter efetividade se não existir observatórios territoriais que propiciem dados e informações integradas. Neste sentido, a agenda é sensível à geração de bancos de dados robustos, porém, de fácil acesso, que garantam informações nacionais e subnacionais de grupos vulneráveis, comunidades tradicionais, povos indígenas, centros urbanos, assim como do progresso dos objetivos e metas da sustentabilidade de forma conectada.

Quadro 1. 7 - Evidências de GCIT nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste contexto, a nova agenda é visivelmente sensível à questão territorial, pois somente a partir do entendimento do território e das territorialidades que levam aos dilemas existentes a nível local é que se pode vislumbrar negociações sociotécnicas e formação de agendas comuns. Para subsidiar esta integração e indivisibilidade das ações, a agenda enfatiza a necessidade de

interconexões. Neste sentido, a participação dos grupos vulneráveis de forma consciente, valorizando o capital humano do território, por meio da socialização de conhecimentos, é aspecto importante para fundamentar novas compressões territoriais e tecnológicas que garantam uma governança local. Para avaliar as integrações e interconexões, a agenda também é sensível ao uso de sistemas de informação geográfica, onde estes sistemas sejam sensíveis aos vários entendimentos culturais existentes nos territórios (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2016).

Todo este debate que ocorreu ao longo do último meio século mostra a evolução das discussões sobre desenvolvimento sustentável, a complexidade e amplitude com que tomaram formas as agendas nestes períodos e que foram base para a construção da Agenda 21, os ODM e os ODS. Dentro deste debate histórico, a valorização dos entes subnacionais ganham grande relevância para se alcançar formas de desenvolvimento sustentável, porém, a proximidade do local com os atores no território, traz no seu bojo a necessidade de abordagens integradas e interconectadas que precisam ser analisadas para a construção de matrizes territoriais, interlocuções institucionais, formas de educação e geração de dados para os observatórios territoriais que sejam realmente relevantes e efetivos para se atingir o Desenvolvimento Sustentável que a humanidade espera e necessita.

5 Considerações Finais

Por meio do debate internacional, iniciado na década de 1960, sobre as formas de desenvolvimento vigentes da época, a comunidade internacional começa a refletir sobre como aliar desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental. Neste quadro situacional, o Relatório Brundtland teve papel fundamental para propor formas de desenvolvimento que ligassem os três eixos do tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), que acabaram sendo a base de discussão e fundamentação da Cúpula de 1992. Nesta cúpula, várias incorporações foram acrescentadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente a valorização do nível local, dos grupos tradicionais e seus saberes por meio da Agenda 21 e de diretrizes para a construção de normas.

Neste sentido, a própria discussão de Gestão Integrada da Paisagem no meio Rural acaba refletindo esse debate, pois além de valorizar os saberes locais e a necessidade de valorizar os entes subnacionais, essa metodologia de gestão também coloca a necessidade de alinhar o manejo da terra à proteção da fauna e flora local (com ênfase a proteção ambiental). Porém,

assim como a governança no debate internacional da época teve ênfase nas instituições, a própria Gestão da Paisagem refletiu esta compreensão e avançou somente em proposições de governança institucionalizada, sem a necessidade de formação dos grupos de interesse e de avaliações das iniciativas por meio de observatórios.

Este quadro situacional recebeu duras críticas nas avaliações feitas pela comissão formada pela ONU em 1997, pois pouco se avançou na efetivação da Agenda 21, muito devido à falta de interligação das ações. Neste sentido, os principais avanços foram nas questões de integração das ações e atores, uso da terra de forma integrada, conjuntamente com o apoio de novas formas tecnológicas, mas principalmente por meio de uma formação técnica interdisciplinar e multicultural.

Outro avanço está na questão da necessidade de se avaliar as ações por meio do uso de sistemas de informação, indicadores e sistemas de informação geográfica para subsidiar e fundamentar os ajustes das ações. Estas observações acabaram sendo inseridas na discussão dos ODM, assim como a necessidade de usar as recomendações para efetivar a Erradicação da Pobreza, pois no debate sobre ODM este elemento foi considerado transversal e fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Esse quadro situacional também se reflete sobre as novas compreensões de Gestão Integrada da Paisagem do período de 2000, pois o elemento ambiente perde a nuclearidade e o elemento cultura passa a ser elemento de ligação do tripé sustentável. Neste sentido, meio ambiente, sociedade e economia somente podem ser entendidos de forma integrada por meio da cultura, que é o elemento que molda cada um destes elementos em suas respectivas realidades.

Este debate de necessidade de integrar as iniciativas da Agenda 21 e dos ODM, acabam tendo grandes reflexos na Conferência de 2002. Neste sentido, as novas compreensões advindas das experiências e debates internacionais perpassam pela necessidade de ações integradas, que valorizem os saberes locais e integrem as ações de manejo da terra, proteção dos ecossistemas e produção de alimentos (Matriz Territorial). Conjuntamente, há uma valorização dos conhecimentos tradicionais para novos modos de formação e uma valorização das instituições para atingir os ODM e a Agenda 21 (Interlocação Institucional). Outras incorporações foram no sentido de avaliar constantemente por meio de indicadores nacionais e internacionais as iniciativas propostas.

Todo este debate internacional, as novas compreensões e a necessidade de ações integradas, acabam tendo reflexos na Conferência de 2012 e conseqüentemente nos ODS em 2015. Neste sentido, todo o aprendizado derivado das declarações e relatórios levaram a novos

entendimentos de que somente ações integradas e conectadas podem levar à efetivação dos ODM e ODS. Para tanto, existe a necessidade do tripé sustentável ser pensado de forma a integrar a matriz territorial, juntando saberes tradicionais a tecnologias resilientes, com vista a uma nova proposição que valorize esses saberes por meio da formação dos atores de acordo com suas realidades. Além do constante uso de tecnologias de informação geográfica para monitorar o progresso nos territórios.

Dentro deste contexto, observa-se que a proximidade com os entes subnacionais é fundamental para efetivação dos ODM e ODS. Para tanto, é necessário entender o tripé sustentável por meio das culturas que moldam a relação e integração da sociedade (didática dos dilemas), com o meio ambiente e a economia a partir dos territórios. Neste sentido, fica claro na formação da Agenda 2030, que analisar os eixos matriz territorial, interlocução institucional, formação e observatórios pode propiciar análises integradas e interconectadas a partir dos territórios. Além de ser subsídios para propostas de desenvolvimento territorial que realmente possam efetivar os ODM, ODS e suas metas, por meio de ações locais conectadas a compreensões globais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **RIO + 10 – O PLANO DE AÇÃO DE JOANESBURGO**. 2002. Disponível em: <[Http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivospdf/pdf/207993.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivospdf/pdf/207993.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- CAVALCANTI, C. et al. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DALLABRIDA, V. R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. **São Paulo: LiberArs**, 2016.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. SP: Atlas, 2011.
- DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos Fundap**, v. 9, n. 16, jun, 1989. pp. 33-45.
- ESTRADA-CARMONA, N. et al. Integrated landscape management for agriculture, rural livelihoods, and ecosystem conservation: an assessment of experience from Latin America and the Caribbean. **Landscape and Urban Planning**, v. 129, p. 1-11, 2014.
- FURST, C. et al. Integrated land use and regional resource management: a cross-disciplinary dialogue on future perspectives for a sustainable development of regional resources. **Journal of environmental management**, v. 127, 2013. pp. S1-S5.
- Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- HABERL, H. et al. A socio-metabolic transition towards sustainability? Challenges for another great transformation. **Sustainable Development**, v. 19, n. 01, 2009. pp. 1-14.
- MEADOWS, D. H. et al. **Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future**. Vermont: Chelsea Green Publishing Company, 1992.

- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev**, n. 18, 1998. pp. 493-520.
- MUSCHETT, F. D. **Principles of sustainable development**. Florida: St. Lucie Press, 1997.
- IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. 174 p.
- ODM BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acessado em: 22 mar. 2017.
- OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I.; SANTOS, L. Water resources and human behaviour: an integrated landscape management perspective. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, 2013. pp. 227-244.
- OOSTERBEEK, L. **Our common future... 25 years later**: 10 questions and answers moving from anxiety into the praxis of landscape management. In: SCHEUNEMANN, I. e OOSTERBEEK, I. (Coord.). *A New Paradigm of Sustainability, Theory and Praxis of Integrated Landscape Management*. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica. 2012.
- OOSTERBEEK, L. Koios and Phoibe: knowledge through sociocultural matrices, in the framework of cultural integrated landscape management and sustainability science. In: OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sociocultural matrices**: transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management. Mação: Arkeos, 2017. pp.45-64.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. (Estocolmo). 1972. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/unchedec.htm>>. Acessado em: 21 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Report of the World Commission on Environment and Development**. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)**. 1992. Brasil. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). Resolution adopted by the General Assembly: Programme for the Further Implementation of Agenda 21. 1997. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/774/73/PDF/N9777473.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): O FUTURO QUE QUEREMOS**. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- QUINTA-FERREIRA, M. et all. **Para desenvolver a Terra**: memórias e notícias de Geociências no espaço lusófono. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *Território Globalização e Fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998b. pp. 15-20.

SHIKI, S. F. N. de; SHIKI, S. **Gestão Integrada no espaço relativo do desenvolvimento**, 2014. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 20 março 2016.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: O CASO DA GESTÃO DE ÁGUAS NA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHKEK/MG

Resumo

O estudo parte de uma iniciativa na região da Serra do Espinhaço, que por ser reconhecida como Reserva da Biosfera, apresenta potenciais para estudo prospectivos que alinhem desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental, por meio do elemento cultura que os desvela e os une ao mesmo tempo. Para tanto, o Instituto Espinhaço, CODEMIG e Universidade Federal de Lavras, realizaram uma iniciativa denominada Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território. Esta iniciativa busca alinhar um projeto de plantio (Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço), a novas propostas prospectivas de desenvolvimento para a região. Para tanto, um amplo diagnóstico foi realizado, e por meio desta iniciativa, o estudo busca compreender “Como vem ocorrendo a gestão da água nos municípios da microrregião de Presidente Kubitschkek que compõem a Serra do Espinhaço/MG, tendo por base o modelo de Gestão Cultural Integrada do Território?”. A base teórica, principal, usada no estudo, foi a literatura de Gestão Cultural Integrada de Território, esta literatura coloca que a cultura é elemento fundamental para compreender um território e os percursos que as comunidades assumem ao longo do tempo. Metodologicamente, foram usadas entrevistas e observação participante de grupos focais, com o intuito de levantar os dados necessários a resposta da questão. Como resultado, os atores trouxeram todo um panorama histórico de formação da microrregião, e como, por meio do elemento cultura, os percursos foram trilhados, resultando na escassez hídrica da região. Esses problemas hídricos têm relação direta com as atividades econômicas, devido à complexidade com que as sociedades foram tomando ao longo do tempo, gerando dilemas no território. E a necessidade de trabalhar estes dilemas por meio de uma nova didática que alinhem possibilidades de médio e longo prazo, por meio de uma gestão cultural integrada do território.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável. Reservas da Biosfera. Gestão Cultural Integrada de Território. Transdisciplinares.

1 Introdução

A discussões sobre as formas de desenvolvimento econômico, principalmente a partir da década de 1960, foram relevantes para se repensar as formas de interação entre homem e meio ambiente (MEADOWS, 1992; SACHS, 2007; VEIGA, 2008). Neste quadro, em 1968, na Conferência sobre a Biosfera em Paris, ocorreram debates sobre como alinhar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Como consequência, em 1971, foi criado o Programa Homem e Biosfera (MaB–*Man and the Biosphere*) que tinha como principal objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas sobre como promover uma boa relação entre a sociedade e o planeta (UNESCO, 2016).

Segundo a UNESCO (2016), as áreas consideradas Reservas da Biosfera tem papel fundamental, pois são unidades onde se tem um alto grau de biodiversidade e com um grande potencial para relacionar meio ambiente e sociedade, com vista à promoção de formas de desenvolvimento sustentável. Sendo assim, nestes locais são realizados vários estudos e experimentações com o intuito de demonstrar estas práticas, e conseqüentemente, realizar a conservação de patrimônios naturais e culturais, alinhados ao desenvolvimento sustentável.

O Brasil aderiu a esse programa em 1974, pelo Decreto 74.685 de 14 de outubro de 1974, onde foi formada a Comissão Brasileira do Programa Homem da Biosfera (COBRAMAB). Esta comissão tinha o intuito de promover o Programa Homem e Biosfera no Brasil com a finalidade de implantar as Reservas da Biosfera nacionais, bem como, a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera (UNESCO, 2016).

Em torno do ano de 2000, a cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizou várias articulações a nível local, estadual, nacional e junto a UNESCO, para inserir a Região da Serra do Espinhaço no Programa Homem e Biosfera. Neste sentido, em 2003 foi enviado uma proposta para UNESCO, mostrando os potenciais da Serra e o enquadramento da região dentro das Propostas de Reservas da Biosfera.

Neste contexto, a Serra do Espinhaço foi considerada um Patrimônio da Biosfera em 27 de junho de 2005 (UNESCO, 2016), por ser uma área de importante divisão de águas no Brasil, além de ter uma diversidade de fauna e flora relevantes para a biodiversidade do país. A área da Serra do Espinhaço abarca uma extensão de mais ou menos três milhões de hectares, abrangendo geopoliticamente 53 municípios (PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015).

Neste sentido, devido a sua extensão territorial, a Serra do Espinhaço tem relevância na questão hídrica nacional, pois em sua área existem três grandes bacias hidrográficas brasileiras: Rio Doce, Jequitinhonha e Rio São Francisco (PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015). Para tanto, a gestão das bacias hidrográficas é fundamental, pois na medida em que são espaços de interações biológicas (fauna e flora), físicas (solo, recursos hídricos), econômicos (atividades produtivas) e sociais (habitação, saúde, educação), tornam-se relevantes no planejamento das potencialidades de uso destes recursos, com vista a atender as demandas locais de forma sustentável (GODECKE; MAURICIO, 2015).

Diante dos potenciais de iniciativas prospectivas das Reservas da Biosfera, uma iniciativa vem ocorrendo no Estado de Minas Gerais, denominado projeto Plantando o Futuro. O objetivo deste projeto é plantar 30 milhões de árvores e revitalizar 40 mil nascentes. Este

projeto foi proposto pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21), em Paris, como uma proposta de gestão sustentável. Por meio deste novo projeto, o Instituto Espinhaço, ONG criada em 2009, com o propósito de construir cenários inovadores entre a humanidade e o planeta, na Serra do Espinhaço (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016), por meio de um Termo de Colaboração com a CODEMIG, vem realizando um projeto conhecido como Plantando o Futuro Semeando Florestas, Colhendo Água na Serra do Espinhaço. O objetivo deste projeto é plantar 3 milhões de mudas de árvores características da Mata Atlântica, integrando esta iniciativa a ações de educação ambiental.

Conjuntamente a estas iniciativas, e objetivando potencializar as ações no sentido de propostas de desenvolvimento local, o Instituto Espinhaço, por meio do Projeto Plantando Futuro na Serra do Espinhaço, propôs uma iniciativa que correlacionasse um amplo diagnóstico microrregional, sendo ao mesmo tempo um modo de educação ambiental, para proporcionar uma visão ampliada dos atores sobre o território e de seus potenciais. Como base teórica, e buscando uma compreensão transdisciplinar do território, a iniciativa ocorreu com base na discussão de Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT), literatura esta com várias iniciativas na região, tais como em Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.

A escolha da literatura de Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT) foi proposta pelo Instituto Espinhaço, devido à sensibilidade com os atores locais que a GCIT tem em sua concepção teórica, pois na medida em que existem uma diversidade histórica e cultural (perspectivas, narrativas, percursos) dentro de um território, estes fatores podem influenciar diretamente a forma de desenvolvimento local e conseqüentemente das políticas públicas (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

A literatura de GCIT parte do pressuposto que a economia, meio ambiente e sociedade estão inter-relacionadas pelo elo cultural. Neste sentido, o elemento cultura passa a ter centralidade e contribui para caracterizar as relações da sociedade e para entendê-la a partir dos contextos territoriais (espaço, tempo, causalidade) (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK, 2012).

A diversidade cultural, debatida na literatura de GCIT, construída a partir do entendimento das pessoas sobre realidade, sejam estes derivados do senso comum ou científico (ambos conhecimentos), e pelas práticas de busca de atendimento de suas necessidades via recursos tecnológicos (logística), distinto de cada realidade, contribui para uma compreensão

da Matriz Territorial local (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Esta compreensão da realidade, de acordo com a GCIT, pode potencializar ações onde as pessoas possam realmente coexistir dentro de um espaço de discussão sem restrições, conceituado como Interlocação Institucional, por meio da comunicação (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Neste sentido, o elemento cultura na GCIT pode contribuir para unir e equilibrar o tripé sustentável ou para promover desequilíbrios, o que caracteriza os dilemas existentes nos territórios e onde a literatura coloca a importância da didática dos dilemas. Essa didática dos dilemas, de acordo com a GCIT, perpassa pela compreensão da Matriz Territorial e de como as pessoas podem debater o futuro por meio de um pensamento crítico da realidade, o que leva ao conceito de formação. O conceito de formação de acordo a literatura, passa a ser entendido como uma forma de subsidiar as pessoas por meio de saberes locais e científicos, a planejar as potencialidades e anseios de uma comunidade, dentro de uma real perspectiva de governança (PORTUGAL; MARQUES, 2007; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Sendo assim, o projeto Plantando Futuro na Serra do Espinhaço se insere às propostas internacionais, como das Reservas da Biosfera e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que dizem respeito à conservação dos ecossistemas (fauna, flora), do ar e água, conjuntamente a ações de cunho social que integrem e conecte populações locais a ações globais, formando economias verdes com vista à melhoria da qualidade de vida das populações (PLANTANDO O FUTURO, 2016). Para tanto, foi proposto pelos colaboradores do projeto, dividir a mesorregião da Serra do Espinhaço em cinco grandes núcleos que englobam cidades inter-relacionadas social, econômica e ambientalmente. Nestes núcleos, foram elencadas cidades “polos” que concentrariam algumas atividades, como a implantação de um viveiro para produzir as mudas de árvores do projeto. Sendo que, no ano de 2016, a cidade de Gouveia/Minas Gerais, que representa o núcleo da região central, concentrou o início das atividades do projeto.

A região de Gouveia abrange 14 municípios, a princípio conectados ambientalmente, economicamente e socialmente, pois possuem um território integrado e banhado por importantes bacias hidrográficas e grande biodiversidade de fauna e flora (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016). Neste sentido, dentro destas iniciativas de reflorestamento, revitalização de nascentes e demais objetivos do projeto, o trabalho com a comunidade e a construção de todas as iniciativas tendo por base os conhecimentos e dinâmicas (logísticas) tradicionais da região, foi visto como elementos relevantes de desenvolvimento local.

Para tanto, foi proposto a realização de um projeto piloto conhecido como Plantando o Futuro com Gestão Integrada do Território, com vista a aproximar esta política de plantio de árvores e revitalização de nascentes às comunidades locais.

Em 2016 ocorreu a primeira iniciativa para plantio de árvores na microrregião de Presidente Kubistchek (núcleo Gouveia). Além disso, o Instituto Espinhaço, por meio da discussão de GCIT, realizou uma parceria com a Universidade Federal de Lavras com o objetivo de diagnosticar a formação histórica/cultural destes municípios em uma perspectiva ambiental, social e econômica, vinculando a discussão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Dentro deste contexto, o presente trabalho buscou compreender a seguinte questão: Como vem ocorrendo a gestão da água nos municípios da microrregião de Presidente Kubistchek que compõem a Serra do Espinhaço/MG, tendo por base o modelo de Gestão Cultural Integrada do Território? Para discutir essa questão, além dessa introdução, o trabalho foi dividido em seções que tratam da visão global e local em torno do debate de Desenvolvimento Sustentável e a importância dada aos territórios; a cultura como elemento para compreender a matriz territorial local; a importância da matriz territorial para compreender os dilemas e as possibilidades de uma didática dos dilemas e; a formação transdisciplinar para uma interlocução institucional. Posteriormente foi elaborada uma seção com os procedimentos metodológicos da pesquisa, na sequência, por meio dos métodos de análise de dados e da literatura do referencial, foram construídos os resultados, e por fim, foi elaborada uma conclusão a fim de responder à questão inicial do trabalho.

2 Construindo pontes entre a visão global e local por meio dos Territórios

O debate sobre Desenvolvimento Sustentável data desde o período de 1960 (MEADOWS, 1992; SACHS, 2007; VEIGA, 2008). Porém, foi a partir do relatório Nosso Futuro Comum (1987), principalmente da conferência de 1992 (RIO 92), subsidiada por este relatório, que novos elementos passam a ter grande relevância no debate internacional, sendo a Erradicação da Pobreza, um elemento central devido a sua transversalidade (ONU, 1987; ONU, 1992; ONU, 1997). O lançamento dos ODM, em 2000, por exemplo, foi um dos esforços em avançar nesse sentido.

Porém, passados 15 anos, as constatações são que as cisões entre visões globais e locais persistem (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). As intervenções a nível nacional e

local, tendo por base visões interdisciplinares, não projetaram ações de médio e longo prazo e as políticas públicas acabaram se concentrando nos níveis estratégicos dos governos, não vislumbrando a diversidade de percursos e suas implicações no tempo, derivadas das narrativas e perspectivas que podem existir a nível local (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Os resultados colhidos mostraram que vários indicadores se encontram piores que a 15 anos atrás, porém, novas compreensões surgiram neste período, como por exemplo, entender que a economia, meio ambiente e sociedade perpassam por um elemento central que é a cultura (OOSTERBEEK, 2011). Outra constatação seria que as mudanças somente poderiam ser efetivas a nível local, por meio de uma gestão integrada, fazendo uso de abordagens transdisciplinares que projetassem o médio e longo prazo e abrangessem debates para construção de políticas públicas com características e peculiaridades locais (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Estas compreensões trouxeram também como elementos fundamentais, a proximidade com os entes subnacionais, principalmente do nível local, devido a ser o ente onde as pessoas se concentram e se inter-relacionam. Neste sentido, o território é visto como centro de compreensão da realidade, onde as pessoas suprem suas necessidades básicas, como acesso a água, a produção de alimentos e constroem suas concepções de mundo (SANTOS, 2001; DALLABRIDA, 2016). Essa construção das concepções das pessoas nos territórios ocorre a partir de um conjunto de relações, espaço de referência, conjunto de práticas, sinônimo de pertencimento, relações de poder, relações sociais, econômicas e consequentemente ambientais, a que se dá o nome de Matriz Territorial (DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Neste sentido, estas novas compreensões fazem com que o território seja a melhor forma de dimensionar os interesses das comunidades de forma integrada (PORTUGAL; MARQUES, 2007).

2.1 Cultura como elemento da Matriz Territorial

Para Santos e Marques (2002), o conceito de território está diretamente ligado às pessoas que o habitam e o modificam constantemente. Sendo que a parte física seria um conjunto de objetos que o estruturam de forma concreta, porém, estas estruturas derivam das relações entre as pessoas que ali se localizam e que acabam por modificar a paisagem deste território (SANTOS; MARQUES, 2002). Neste sentido, os territórios podem ser compreendidos por meio das alterações históricas, culturais, econômicas e políticas dos

diversos atores que ali se encontram e que modificam a realidade ao longo da história local (SANTOS; MARQUES, 2002).

A importância de se entender tais dinâmicas e diversidades dentro de uma sociedade, segundo Oosterbeek (2011, p. 14032), reside em

Quanto mais complexa for uma sociedade, isto é, quanto mais memórias e diversidade contiver, mais necessidades terá, e mais ações e energia irá requerer. As relações e ações assim geradas, e que conectam não apenas os indivíduos entre si, mas também com o entorno ambiental, são o que designamos por economia (a dinâmica de busca de um equilíbrio entre as necessidades individuais e de cada grupo humano, com as necessidades de perduração no tempo das demais materialidades, vivas ou inertes – ou seja, a dinâmica de equilíbrio sistêmica entre todas as variáveis ambientais, de que os humanos e as suas sociedades são parte).

Pode-se observar que na perspectiva dos territórios, as questões econômicas somente podem ser entendidas se levar em consideração a teia de relações entre indivíduos e grupos. Estas relações derivam do fato destes grupos satisfazerem suas necessidades e de como essa relação com o meio onde vivem caracterizam a cultura local, e conseqüentemente, a Matriz Territorial (OOSTERBEEK, 2013). A compreensão da Matriz Territorial local passa a ter novo papel para entendimento da realidade. Na visão de Oosterbeek (2011, p. 14032),

A quantidade de energia de que carecem os nossos corpos, as funções de habitar, alimentar, transportar, armazenar ou reproduzir, são essencialmente idênticas para grupos humanos de dimensão similar em ambientes equiparáveis; mas os vários grupos não agirão da mesma forma, pois as respectivas memórias, historicamente geradas, lhes conferem comportamentos distintos, aprendidos no processo de crescimento extraterino. São as culturas, e é nesse sentido que somos todos culturais. De alguma forma se pode dizer que as culturas são as relações econômicas mediadas pelas memórias socialmente partilhadas.

Neste sentido, a palavra meio ambiente perde nuclearidade na compreensão local e a palavra território passa a ser fundamental para compreender a relação da sociedade com o espaço onde vive, caracterizando as dinâmicas locais (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013, OOSTERBEEK, 2012). E sendo o território espaço de relações entre os atores, relações estas, sociais, ambientais e econômicas de forma conectada, para Oosterbeek, Cura e Lopes Bastos (2011),

Em sociedade, os indivíduos estabelecem entre si relações de intercâmbio, para satisfação das suas necessidades, a que se dá a designação de economia, que se regulam através de sistemas de comunicação, mediação e

representação, a que damos o nome de cultura. A cultura e a economia são, assim, indissociáveis. Na verdade, existem especialidades técnicas, científicas e artísticas, mas a cultura é o conjunto dos mecanismos comportamentais que regulam as relações dos indivíduos entre eles e com tudo o que os cerca. Não se trata, por isso, de facultar o acesso à cultura, mas antes o de promover a construção de conhecimento, plasmada na construção de novas noções e conceitos, que por sua vez só se conseguem forjar num quadro de articulação global, econômica, das relações sociais.

Neste sentido, segundo as novas compreensões da GCIT, não se pode analisar as questões sociais, ambientais e econômicas, sem ter a cultura como base, pois o tripé da sustentabilidade está interligado pelo elo cultural em todas as relações humanas (OOSTERBEEK, 2011).

Entender a cultura perpassa por uma análise temporal, mais precisamente, entender a história do território, suas dinâmicas, e como a sociedade percebe estes espaços de referência (paisagens percebidas), que é onde desencadeiam as relações humanas e que acabam por modificar fisicamente os territórios (SANTOS; MARQUES, 2002, OOSTERBEEK 2011). Esta análise espaço/temporal contribui para caracterizar o território pelas relações, vínculos e práticas dos atores, ou seja, pela compreensão de toda a Matriz Territorial local. Para Oosterbeek (2011, p. 14031),

Se torna necessário retomar o percurso sistêmico, introduzindo no “tripé da sustentabilidade” uma variável antes não considerada (as culturas e suas percepções) e uma interrogação distinta (focada não em problemas a resolver, mas em dilemas a dirimir). Fazer a didática social dos dilemas será cada vez mais o maior desafio do século XXI, pois sem a sua compreensão as sociedades não farão as escolhas que a economia mundial hoje impõe (ou não o farão em democracia).

Compreender que a sociedade é marcada por diversidades culturais é fundamental. Essa diversidade deriva das interpretações dos atores sobre suas realidades, suas narrativas, suas percepções, e como consequência, levam aos percursos escolhidos (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Estes percursos derivam de interesses segmentados e muitas vezes contraditórios, o que Oosterbeek denomina como Dilemas (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013). Mas de acordo com as novas compreensões da GCIT, é neste ponto que reside a multiplicidade de caminhos possíveis, pois na medida em que se tem várias percepções e entendimentos da realidade, pelos vários grupos que compõem a sociedade, mesmo que levando a situações divergentes e conflitantes, este emaranhado de posições e visões se tornam oportunidade para uma visão crítica da realidade e

de projeções de médio e longo prazo, denominado aqui como Didática dos Dilemas (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

2.2 Matriz Territorial e a Didática dos Dilemas

A compreensão dos Dilemas de acordo com a GCIT, perpassa por conhecer os territórios e suas matrizes territoriais. Matrizes estas entendidas como espaços de relações econômicas, derivadas da necessidade das populações em atenderem suas demandas básicas de acesso a água, energia, alimentação, moradia, e que acabam intervindo, por meio das técnicas transmitidas entre gerações, no meio onde vivem (SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para tanto, de acordo com a literatura de GCIT, devido a economia estar conectada às relações sociais, derivadas das percepções e narrativas transmitidas no espaço e tempo pelas gerações, compreender estes fenômenos de forma indivisível é fundamental, pois ajudam a entender as interferências humanas no meio físico em que estão inseridos e como consequência, gerando os dilemas derivados destas intervenções (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013). Diante deste cenário, fica clara a complexidade existente nos territórios, devido a pluralidade de lentes dos atores, e a necessidade de uma transdisciplinaridade das abordagens.

Neste sentido, a diversidade cultural, e consequentemente de percepções da sociedade sobre suas realidades, caracterizam as pluralidades nos territórios e a necessidade de uma construção de estratégias que integrem, de forma crítica, estas percepções nos percursos adotados a nível local, entendida como Didática dos Dilemas (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Para tanto, a literatura de GCIT debate a importância da Didática dos Dilemas por meio de um elemento fundamental que é formação transdisciplinar (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Formação esta, entendida como uma permeabilidade de saberes locais/culturais e científicos nas dinâmicas locais, e como resultado, proporcionar as pessoas um domínio crítico de suas realidades (OOSTERBEEK, 2011). E por meio destas novas compreensões da realidade pelos atores locais, traçar cenários possíveis de governança. O que se busca com esta abordagem é a construção de uma nova compreensão da realidade, plasmada na construção de novos conceitos, por meio da articulação crítica dos atores (OOSTERBEEK; CURA; LOPES BASTOS, 2011)

2.3 Formação transdisciplinar para uma Interlocação Institucional

A necessidade de educação e formação das pessoas sobre os problemas locais, assim como de suas possíveis soluções, vem sendo debatidas em vários campos do conhecimento. Este debate se faz necessário de forma a introduzir os diversos atores dentro das temáticas em questão, propiciando um espaço de interação entre especialistas e comunidade local, objetivando a construção de técnicas adaptadas ao ambiente para a resolução dos problemas (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014). Neste sentido, o debate em torno da comunicação tem ganhado relevante papel, pois por meio do diálogo e da troca de saberes locais e científicos, as possibilidades para negociações sociotécnicas acabam sendo ampliadas (SHIKI; SHIKI, 2014). Neste quadro situacional, os centros de recursos e as memórias locais tem importância estratégica, com vista a produção de cenários possíveis de médio e longo prazo, por meio da produção de novos conceitos transdisciplinares (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Para Oosterbeek (2011, p. 14035),

A tecnologia tem, nesse processo reflexivo, um papel determinante: é ela que permite ao indivíduo controlar o processo material, físico. Ora, para a construção eficiente de soluções equilibradas, importa, sobretudo, o conhecimento e consciência dos dilemas que atravessam os territórios, o que possibilita a construção informada de cenários de futuro, que podem nortear a atuação de todos e de cada um. E será sobre a base de cidadãos conscientes (participantes) e preparados (com domínio da tecnologia) que se tornará possível construir soluções novas de governança.

O debate entorno dos territórios e a necessidade de que os conhecimentos científicos sejam compartilhados com a comunidade, subsidiando as pessoas a enxergar seus próprios problemas e potencialidades, passa a ter relevância nas novas compreensões, derivadas das experiências pregressas sobre desenvolvimento sustentável (ONU, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para tanto, os conhecimentos, as tecnologias, passam a ser subsídio para as soluções socialmente construídas e compartilhadas por todos (QUINTA; FERREIRA et al, 2012).

Neste sentido, o debate em torno da necessidade de compreender a matriz territorial através da cultura; de delinear novos caminhos por meio da educação e formação, subsidiados pela comunicação entre os atores; e a valorização das técnicas como meio de integrar e fazer a didática dos dilemas, é que se insere a literatura de Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT). O debate de GCIT tem como órbita a cultura e a valorização dos territórios, por meio

de suas matrizes territoriais, da educação e formação como forma de valorizar os saberes locais e científicos, fazendo uso da comunicação com o intuito de projetar cenários de médio e longo prazo por meio da governança local (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

A literatura de GCIT também aponta que uso da tecnologia tem papel preponderante, pois é ela que possibilita aos atores compreender suas realidades, valorizando o capital humano, de forma a lhes proporcionar cenários possíveis de interlocução institucional (governança) (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). A tecnologia no debate de GCIT também tem papel importante no monitoramento dos territórios, entendida na literatura como Observatórios Territoriais, pois ela possibilita visualizar os territórios por meio de dados, porém, sendo estes dados atualizados e subsidiados por uma cartografia territorial, trazendo toda a complexidade social, ambiental e econômica (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Neste sentido, o que se propõem com esta nova literatura (GCIT), não são novas proposições que direcionem a soluções de curto e médio prazo, mas sim, caminhar para novas compreensões e ações prospectivas de médio e longo prazo, por meio da diversidade cultural e conseqüentemente dos múltiplos caminhos possíveis que as comunidades podem tomar nos territórios, de acordo com suas realidades, proporcionando ações locais conectadas a compreensões globais (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

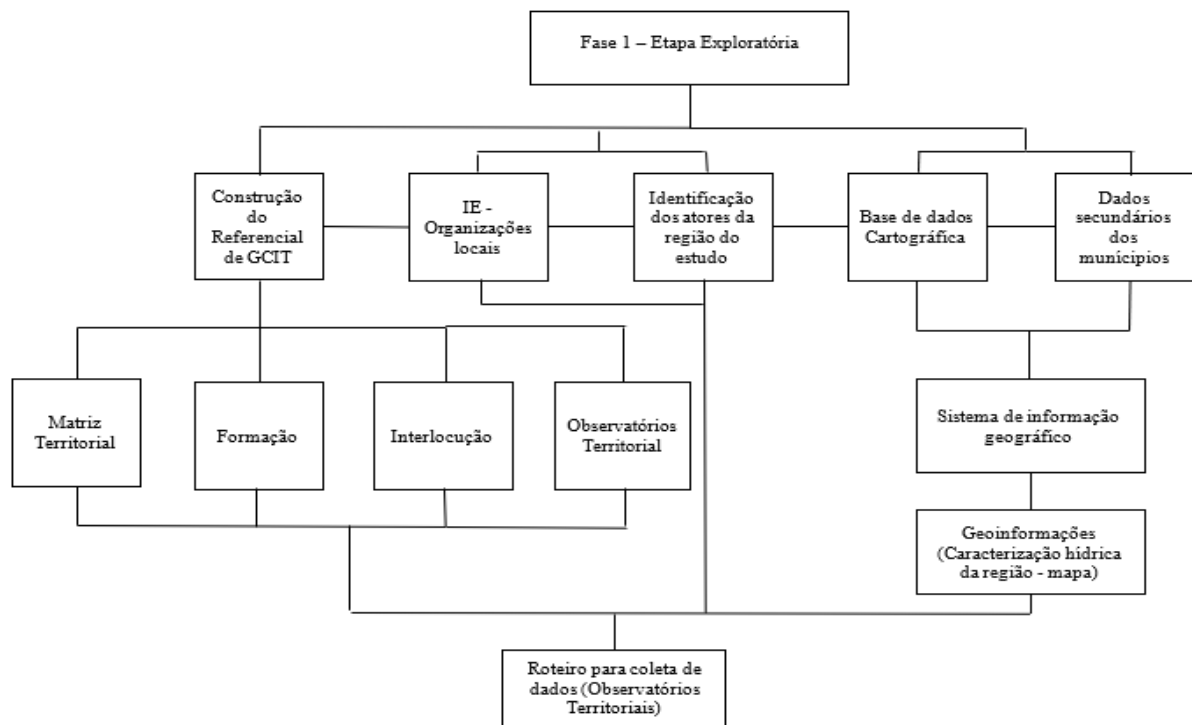
3 Procedimentos metodológico

Inicialmente, de maneira descritiva (GIL, 2002), o trabalho visou caracterizar as comunidades do microterritório objeto do estudo, principalmente nos aspectos das suas estruturas sociais, ambientais, econômicas, culturais e institucionais de modo a ressaltar as interações entre esses aspectos e os principais dilemas nos territórios. Para tanto, foi definido que os estudos iniciariam no núcleo central, devido aos trabalhos do Projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço se concentrarem, inicialmente, neste núcleo. Neste sentido, a fase de levantamento de dados ocorreu em duas etapas, posteriormente com os dados em mãos, estes foram analisados sobre a ótica de GCIT, resultando em uma caracterização do núcleo.

Os trabalhos da primeira fase concentraram, inicialmente, em uma etapa exploratória, onde foram levantados dados com o intuito de compreender os fatores que vem contribuindo para a ocorrência da situação objeto do trabalho (escassez da água). Estes dados iniciais, derivados principalmente do Instituto Espinhaço (IE), e de documentos produzidos na região,

geraram alguns apontamentos feitos sobre os impactos negativos das atividades econômicas (natureza e tipo de conflito) do passado sobre os problemas de escassez de água que a região vem enfrentando. Além destes apontamentos, fatores como a estrutura social, principalmente a respeito dos principais grupos, suas inter-relações, foram levantadas para subsidiar a próxima etapa do estudo.

Figura 1 – Etapa Exploratória - construção do roteiro da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2. 1 - Principais grupos identificados na etapa Exploratória

| CIDADES | SETORES | ENTIDADE/REPRESENTAÇÕES |
|---|----------------------------------|---|
| Cidades presentes - Gouveia, Datas, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, Serro e Congonhas do Norte | Poder Público Local | Secretarias Municipais, Prefeitura, Câmara Municipal |
| | Área Urbana | Cooperativas Populares, Associações de Bairro, Associações de Município |
| | Setor Rural | Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Trabalhadores Rurais, Associação de Trabalhadores Rurais |
| | Setor Empresarial | Associação Comercial, Grandes Empresas, Sindicato Comercial, Associação Industrial |
| | Assistência Técnica | Emater e Epamig |
| | Instituições | Instituições de Educação Básica, Instituições de Ensino Superior |
| | Governo | Ministério Público, Agencias Governamentais |
| | Organizações Sem Fins Lucrativos | ONG's, OSCIP's, |

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a coleta de dados da segunda etapa, definidas as entidades que poderiam contribuir para a compressão da microrregião de Presidente Kubistchek, por meio do Instituto Espinhaço, estes atores foram localizados e mobilizados para dois dias de eventos. O evento, em um primeiro momento, foi usado para explicar o projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço, e posteriormente, foi realizado o diagnóstico da região, pela equipe de pesquisadores da UFLA e onde os autores do estudo, por meio do método de Observação Participante, fizeram a primeira coleta de dados empírica.

A segunda etapa da fase 1, momento dedicado ao diagnóstico da equipe UFLA, consistiu em conhecer a percepção dos grupos, por meio da observação participante dos autores deste trabalho que estavam presentes no diagnóstico. Para tanto, os técnicos da UFLA forneceram algumas informações para que as pessoas pudessem se situar dentro do assunto abordado e assim, ser possível a realização da coleta de dados, tanto por parte dos pesquisadores UFLA, como pelos autores do presente trabalho. Para tanto, foi construído pela equipe UFLA um roteiro com questões norteadoras do debate, fazendo uso de grupos focais (GF) e entrevistas (E) para a realização da coleta dos dados. Conjuntamente às atividades, os autores do estudo fizeram uso do método Observação participante, de modo a possibilitar a compreensão genuína dos fatos por meio dos contextos históricos, socioculturais e das representações sociais dos atores da região (MÓNICO et al, 2017). Este cenário possibilitou que os atores locais trouxessem as suas experiências, o que contribuiu para elaboração de uma construção histórica de formação da região. Os grupos focais foram divididos de forma heterogênea, tanto no aspecto das representações presentes, como pela representação das cidades, de forma a proporcionar várias perspectivas diferentes e complementares da formação da região. E o método de Observação Participante contribuiu para entender as aproximações e a complementaridades das compreensões dos atores sobre o território.

Quadro 2. 2 – Quadro dos Grupos focais

| PRIMEIRO ENCONTRO | | | |
|--------------------------|--|-------------------------|--------------|
| <i>CÓDIGO</i> | <i>ENTREVISTADOS</i> | <i>MEDIADOR</i> | <i>TEMPO</i> |
| GF1 | Aposentado, Agricultor, Estudante, Produtora Rural e Artesã | Aluno de Graduação UFLA | 59m26s |
| GF2 | Representante da Comunidade Quilombola, Diretor Administrativo do IE, Estudante UFLA, Presidente Sind. Trab. Rurais, Funcionária Sec. Agricultura, Secretária do Meio Ambiente, Funcionário do Sind. Trab. Rurais. | Professor Doutor UFLA | 1h56m |

| | | | |
|------------|--|----------------------------------|-------|
| GF3 | Secretário de Agricultura, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Social, Vereador, Agente de Crédito Instituto Nordeste e Cidadania, Secretária de Meio Ambiente de Serro, Diretor Financeiro do IE, Agricultor | Aluno de pós-graduação UFLA | 1h58m |
| GF4 | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Congonhas do Norte, Produtor Rural, Representante da CODEMIG, Representante da comunidade Quilombola, Agricultor | Membro do núcleo de estudos UFLA | 1h22m |
| GF5 | Servidor público, Secretário da Saúde, Produtores rurais, Artesãos, Funcionário da Secretaria do Meio Ambiente | Aluno de graduação da UFLA | 1h47m |
| GF6 | Produtores rural, artesãos, servidores públicos, funcionários dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais | Aluno de graduação da UFLA | 1h39m |

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 2. 3 - Quadro de entrevistas

| CÓDIGO | ENTREVISTADO | ENTREVISTADOR | TEMPO |
|---------------|---|-----------------------------|--------------|
| E1 | Diretor Financeiro do Instituto Espinhaço | Aluno de pós-graduação UFLA | 38m52s |
| E2 | Presidente do Instituto Espinhaço | Aluno de pós-graduação UFLA | 56m11s |
| E3 | Diretor Administrativo do Instituto Espinhaço | Aluno de graduação UFLA | 29m11s |
| E4 | Membro da CODEMIG | Aluno de Graduação UFLA | 12m08s |

Fonte: Elaborado pelos autores

A fase 2, da etapa 1, consistiu na realização de outro evento pela equipe de pesquisadores da UFLA, no mesmo formato do anterior, porém, com a formulação de grupos focais que iriam debater o relatório derivado do primeiro evento, produzido pelos pesquisadores UFLA. O relatório construído, baseado nas principais compreensões do território, foi subsídio para nortear possíveis encaminhamentos futuros para a microrregião. Esta etapa foi acompanhada pelos autores do trabalho, que por meio do método Observação Participante, fizeram uma nova coleta de dados para complementar a coleta de dados no primeiro evento, organizado pela equipe UFLA.

Na etapa 2, da fase 2, foi realizada uma plenária para validar as principais compreensões dos atores. Neste sentido, por meio do método de Observação Participante, os autores do estudo, fazendo uso das categorias de análise, participaram dos dois momentos do evento de modo a materializar as percepções dos atores sobre as possibilidades nos territórios, gerando um quadro com as principais compreensões dos atores sobre o território.

Para fazer análise dados coletados nas fases 1 e 2, foram feitos usos das categorias de análise com o intuito de selecionar os dados e simplifica-los, porém, não restringindo ao conteúdo explícito, mas também ao conteúdo que está latente, ou implícito nos dados, de forma a evidenciar principalmente as contradições (dilemas) entre os atores em relação a temática água (GIL, 2002). A categorização, segundo Gil (2002), contribui para organização dos dados de forma a se tomar decisões e tirar conclusões sobre eles. Por meio das categorias de análise, o material coletado foi dividido em quadrantes, dentro de um quadro de GCIT, porém, sem perder a relação entre os demais elementos coletados que foram inseridos nos quadrantes (GIL, 2002).

Para interpretar os dados foram construídos quadros, por meio das categorias, onde os elementos componentes dos dados coletados foram alocados dentro de quadrantes, contidos nas categorias, de forma a compreender as configurações e fluxos de causas e efeitos sobre a gestão hídrica na região (GIL, 2002). E o quadro produzido na fase 2 mostra as principais interpretações dos atores sobre o território, principalmente sobre a gestão hídrica local.

Por fim, foi feita uma interpretação das informações geradas, por meio do referencial teórico e das categorias de análise, com o intuito de responder à questão problema do estudo.

4 A região do médio Espinhaço e a questão hídrica

A Serra do Espinhaço é a única Cordilheira existente no Brasil, possuindo uma extensão aproximada de 1000 km, abrangendo os estados de Minas Gerais, na região centro/norte e adentrando o estado da Bahia, em um total de 53 municípios sobre sua influência direta (CHAVES, 1997). A região do Espinhaço envolve montanhas, serras, montes e vales, além de estar sobre a influência de bacias hidrográficas importantes, como o Rio Doce, Jequitinhonha e Rio São Francisco. Sua hidrografia envolve rios, lagos, cachoeiras, cânions e pequenos riachos que abastecem cerca de 50 milhões de pessoas no território brasileiro (IMAGINOSFERA, 2016).

Porém, a Serra do Espinhaço vem sofrendo com a escassez hídrica nos últimos anos, devido aos impactos negativos sobre o meio ambiente, como consequência, afetando diretamente a vida das pessoas da região. Neste sentido, o Instituto Espinhaço, entidade representativa da região, por meio de um Termo de Colaboração com a CODEMIG, vem executando um projeto denominado Planto Futuro: Semeando Florestas Colhendo Águas na Serra do Espinhaço que visa o plantio de três milhões de mudas nativas (Mata Atlântica e

Cerrado) (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016). No projeto, a região da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, fora dividida em cinco regiões, onde foram agrupados municípios que tivessem uma correlação cultural, ambiental, social e econômica (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016).

O projeto Planto Futuro: Semeando Florestas Colhendo Águas na Serra do Espinhaço é um desmembramento do Projeto Plantando Futuro. O Plantando o Futuro é um amplo projeto do Estado de Minas Gerais que objetiva o plantio de 30 milhões de mudas nativas e revitalização de 40 mil nascentes em todo o Estado.

Uma das principais justificativas de propor o projeto Planto Futuro: Semeando Florestas Colhendo Águas na Serra do Espinhaço é que o projeto visa, além do plantio de mudas originário do projeto Plantando Futuro, a construção de propostas demonstrativas de desenvolvimento sustentável por meio de aspectos socioculturais e ecológicos, com o propósito de delinear novas logísticas (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016). Neste sentido, visando avançar nos aspectos de desenvolvimento sustentável e construção de novas logísticas, foi proposto pelo Instituto Espinhaço um diagnóstico da realidade da região e suas potencialidades, conjuntamente ao projeto de plantio. Para tanto, foi realizada uma parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), para realização de um amplo diagnóstico dos municípios da região e construir, por meio dos envolvimento dos atores nos territórios, um panorama de relações sociais, ambientais e econômicas. Este diagnóstico teve como base teórica a discussão de GCIT, onde a primeira iniciativa ficou denominada Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: propostas para o entendimento global a partir de ações locais visando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O objetivo desta iniciativa piloto era fazer o diagnóstico das cidades da região, levantando suas peculiaridades, derivadas de seus contextos, e consequentemente suavizar cisões globais e locais e afirmar uma plataforma voltada para os ODS.

Como ponto de partida do projeto no Espinhaço, o Instituto e a CODEMIG definiram que os trabalhos iniciais ocorreriam na Região Central, municípios de Gouveia, Datas, Santo Hipólito, Monjolos, Serro, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Materlândia, Sabinópolis, Alvorada de Minas, Presidente Kubitschek (cidade que sediou a iniciativa), Presidente Juscelino, Congonhas do Norte e Dom Joaquim. Conjuntamente às ações de plantio, o Instituto, por meio de parceria com a UFLA, iniciaria os trabalhos de diagnósticos dessa região.

4.1 A diversidade cultural no Médio Espinhaço

Para identificar a Matriz Territorial da microrregião de Presidente Kubitschek, inicialmente foi realizado um levantamento de dados em bases secundárias para identificar os aspectos sociais, ambientais e econômicos da região (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Esta análise inicial, contribuiu para identificar as possíveis ligações entre os municípios e por meio das características geográficas e cartográficas, inicialmente, foi identificado o elemento escassez hídrica como central. Esta compreensão inicial do territorial, por meio dos observatórios territoriais existentes, proporcionou uma visão inicial da microrregião, porém, segundo as novas compreensões, ela deve ser permeada pelos vários entendimentos culturais dos territórios (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

No ano de 2016, por meio da iniciativa do projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço, foi realizado na cidade de Presidente Kubitschek um evento denominado Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: propostas para o entendimento global a partir de ações locais visando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nesse evento foi apresentado o projeto de plantio de mudas a ser realizado na região e como seria a participação dos atores locais. E conjuntamente a iniciativa, foi realizado o primeiro diagnóstico da região em suas vertentes sociais, ambientais e econômicas pela equipe de pesquisadores da UFLA. O evento ocorreu entre os dias 26 e 27 de agosto de 2016, onde foi realizada uma retomada histórica da formação da região na visão dos atores locais.

Por meio do pré-diagnóstico, realizado pela equipe UFLA, foram convidados para o evento representações de vários seguimentos da sociedade, tais como poderes executivos municipais, legislativos, judiciários, associações comunitárias, entidades representativas, agricultores e sociedade civil em geral, onde estiveram presentes representações das cidades de Gouveia, Datas e Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, Serro e Congonhas do Norte. Estes atores possibilitariam avançar sobre o entendimento dos territórios, levantado no pré-diagnóstico, e possibilitariam uma permeabilidade dos dados e informações derivados dos observatórios sobre a região (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Neste sentido, através do método Observação Participante, os autores do trabalho observaram que os atores locais destacaram que os primeiros povoados da região foram formados por meio da atividade econômica do garimpo, devido à grande disponibilidade de

extração de ouro que os bandeirantes identificaram na região. Neste período, vários escravos fugidos das grandes fazendas da região também foram para estas localidades, e se instalaram, formando os primeiros povoados locais (André Quicé e dos Coletores de Flores (Capim Dourado)). Mas não se limitando a estes grupos, existiam também produtores rurais, principalmente criadores de gado, que faziam uso do garimpo como alternativa produtiva. Sendo assim, foi destacado que antigamente não se tinha um cuidado com a água, pois se achava que esta era abundante e inesgotável, muito devido à grande quantidade de chuvas da época. Assim como as formas de desmatamento por meio do garimpo, das atividades agropecuárias e artesanais (coletores de flores), não acarretavam em prejuízos para o ser humano e impactos ambientais consideráveis. Para os atores, estas atividades com características de subsistência não impactavam o meio ambiente, por não serem realizadas em larga escala.

Porém, no período da década 1980, começam a surgir novos empreendimentos, como a extração de Carvão Vegetal, devido ao crescimento da siderurgia na época, que juntamente às atividades de garimpo em maior escala, acabam por intensificar a degradação de matas e nascentes. Os atores relatam que neste período, os empresários que atuavam com “carvoarias” passaram para os produtores rurais locais o potencial de exploração de matas que existiam nas suas respectivas fazendas, fazendo com que os detentores de terras vendessem suas glebas ou passassem a explorar este tipo de empreendimento. Estas situações para os atores causaram não somente problemas de degradação ambiental de flora e fauna, mas também de perda de identidade dos moradores com a região. A fala de um dos atores (GF3) ilustra a situação:

Meu avô anteriormente trabalhava com pecuária, com gado, e eles chegaram pra ele e falaram: o senhor tem muita árvore, o senhor tem uma mina de ouro na mão e não sabe. Então ao invés de chegar e orientar, eles induziram (empresário do ramo de carvão) meu avô a desmatar. [...] Então eu acho que isso prejudicou muito né e foi justamente nessa época né, década de 1980. E todo mundo sabe aqui que foi nessa época que começou a siderurgia no país.

O que se observa no período de 1980, segundo os relatos, é que as assimetrias de narrativas a favor de interesses econômicos impactaram diretamente o meio ambiente, pois os desmatamentos para produção de carvão tiveram crescimento exponencial e impactaram a flora e fauna da região. Neste sentido, as relações de intercâmbio entre os indivíduos para satisfazer suas necessidades, designadas por econômica, definiram os percursos escolhidos pelas comunidades. Esta situação deriva, de acordo com os relatos, dos sistemas de comunicação, mediação e representações entre os atores e o meio onde vivem e que acabaram por levar as escolhas e suas conseqüentes causas na região (OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011).

No período da década de 1980 para 1990, ocorreram intensos desmatamentos na região, além do surgimento de novas formas irregulares de exploração hídrica que causaram impactos sobre meio ambiente da região. Já no período de 1990 a 2000, além das formas de exploração via garimpos e carvoarias, surgem outras formas de exploração de características mais intensivas, como o plantio de eucalipto, além do fortalecimento da agropecuária de larga escala de produção e da extração de areia. Estas formas de exploração intensificaram o desmate na região para o plantio de eucalipto, assim como formação de pastagens para o gado e a extração de areia, gerando intensos impactos sobre as matas e principalmente sobre a água e sua qualidade. Para um dos participantes (GF3), os plantios irregulares de eucalipto, perto de nascentes e represamento dos cursos d'água, também contribuíram para a escassez de água neste período.

Por meio dos relatos, os atores colocam que existia uma identidade com o território, principalmente com as fontes hídricas locais, onde as pessoas faziam uso dos cursos d'água para lazer e para o consumo de subsistência. Porém, com estas novas formas de produção da década 1990 e 2000 e devido a visão das pessoas da época de que a água era abundante e inesgotável, acarretaram sua escassez, como pode-se observar na fala de um dos atores (GF3):

[...]então assim, a gente ficava era semanas dentro de casa, sem ir no terreiro, porque não dava pra sair de casa de tanto que chovia, era muita chuva mesmo, muito frio né. A gente hoje ainda brincou que hoje estava frio, mas que antigamente era mais. E tinha muita abundância de água mesmo. E lá (Serro) tem um córrego, um rio, que abasteci a cidade lá que é o Rio do Peixe. Eu lembro que eu e meu pai íamos fazer piquenique na beira do rio, onde é a COPASA, onde é a estação de captação e tratamento da água. Então assim, o pessoal pulava da ponte e era extremamente alto, quase um poste assim de altura e hoje você atravessa ele com água quase na cintura. Então eu lembro disso de trinta anos pra cá né.

Esta compreensão do território evidencia a identidade das pessoas com a questão da água, mas também mostra a diversidade cultural na região. Diversidade esta, entendida como um emaranhado de interesses, perspectivas e narrativas, derivadas das relações entre os atores para atender suas demandas primárias de produção de alimentos, acesso a água, moradia e produção de outros bens, e que definiram os percursos assumidos na região (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Ao mesmo tempo, fica claro que alguns dilemas surgiram no território. Estes dilemas surgem derivados das diversidades de interesses, percepções e narrativas assimétricas dos atores em suas relações, e conseqüentemente, das técnicas usadas para intervir no território, como foi observado nos casos do carvão, do eucalipto, da agropecuária e da extração de areia e que geraram grandes impactos sobre a flora e água da

região (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Ainda no período de 2000, outras formas econômicas acabam por interferir no meio ambiente, como os empreendimentos minerários de grande escala. Estes empreendimentos são geradores de emprego, mas ao mesmo tempo, causam grandes impactos ambientais. Para os atores locais, os empreendimentos não trazem um retorno considerável e sim um desordenamento territorial, além dos impactos sobre a água derivada das atividades industriais. O ator representante da comunidade de raiz (GF2), traz este contexto, “[...] Pra você vê como a mineradora lá onde tá recebendo gente, o pessoal não tá levando minério, eles estão levando o nosso bem, eles estão levando a nossa água[...]”.

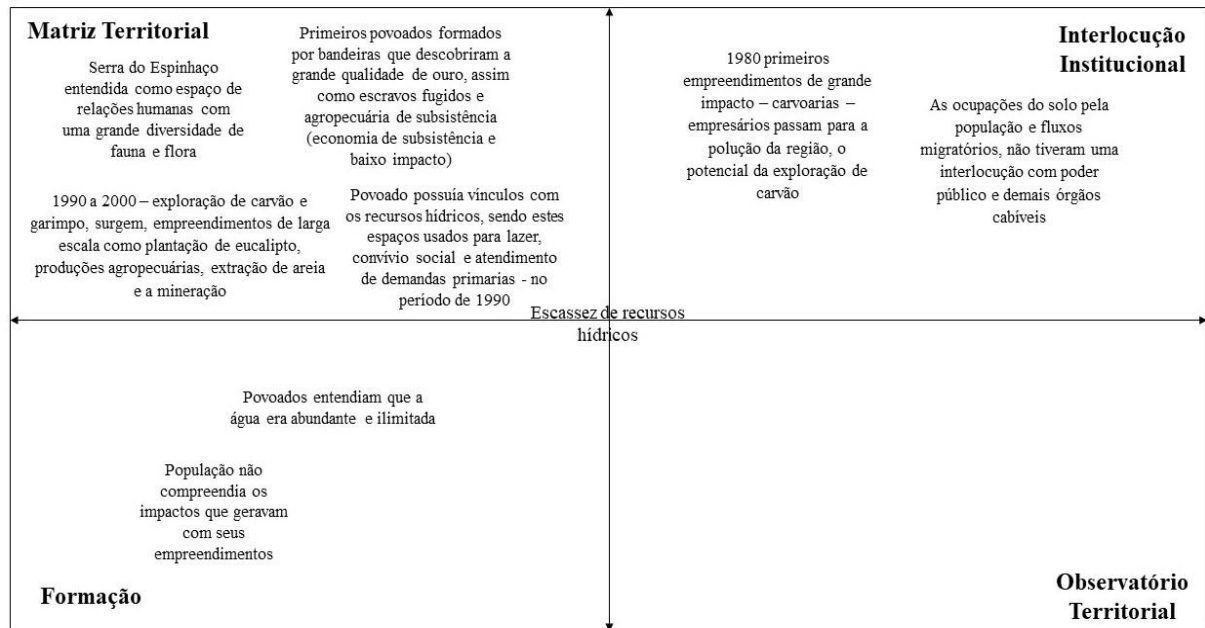
As relações econômicas entre os atores que ocasionaram as intervenções nos territórios, na percepção da comunidade, causaram problemas de ordenamento do solo. Para eles, as pessoas, conjuntamente a uma falta de apoio do poder público (Poder Executivo) e demais órgãos responsáveis, acabaram por intensificar os problemas hídricos locais, pois as pessoas construía em lugares e de forma irregular, causando impactos como assoreamento de córregos e nascentes, além da contaminação da água devido à falta de Saneamento Básico. Para os atores locais, estas formas desordenadas de ocupação do território fizeram com que nascentes desaparecessem e matas fossem derrubadas. As palavras de um dos atores (GF3) ajudam a compreender estes cenários:

[...] culturalmente, a água era considerada abundante, então hoje as pessoas não consegue entender que a água é finita e a qualidade da água é outra, então o que foi acontecendo, a qualidade da água foi diminuindo gradativamente com o crescimento urbano, desordenado ou não, devido a forma incorreta de destinação da água e do esgoto, a mistura entre elas, e como nós somos todos entrelaçados. O que nós fizemos, não pensamos no vizinho. Quando o vizinho aqui, que tem dez nascentes começa a jogar o esgoto dele na mesma água que ta indo para o próximo, a gente não pensou articuladamente, se tivéssemos pensado articuladamente, talvez nós teríamos nascentes abundantes, uma melhor qualidade de água e teríamos uma tranquilidade para falar de água.

Os dilemas na área urbana, derivadas das diversidades de interesses, percepções e narrativas assimétricas dos atores, também caracterizam os desordenamentos territoriais (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Neste sentido, esse cenário é materializado no quadro 1.

Quadro 2. 4 - Matriz Territorial: primeiros povoados e de 1980 a 2000



Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Diante da Matriz Territorial, da análise da formação da região por meio dos observatórios, dos relatos dos atores e do uso das tecnologias no espaço, foram subsídios que contribuíram para que os atores pudessem refletir sobre as consequências, no caso, a crise hídrica na região (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Neste sentido, o conhecimento das territorialidades, entendida como conjunto de relações, espaço de referência, conjunto de práticas, sinônimo de pertencimento, relações de poder e relações sociais, contribuíram para que os atores compreendessem os dilemas no território e que levaram a escassez de água e a necessidade de se repensar suas relações com o meio ambiente (SANTOS; MARQUES, 2002; PORTUGAL; MARQUES, 2007; DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

4.2 Formação e Interlocação Institucional para novas potencialidades nos territórios

Depreende-se do processo histórico da microrregião de Presidente Kubistchek, que os percursos que os povoados foram assumindo ao longo do tempo, por meio dos interesses, das perspectivas, das narrativas, dos conjuntos de relações e práticas, na busca pelo atendimento das demandas primárias da população, em um primeiro momento, e posteriormente com as produções em larga escala em um segundo momento, ocasionaram a crise hídrica local. Para os

atores, parte da situação negativa se encontrava na falta de socialização dos conhecimentos científicos com a comunidade e de uma interlocução com órgãos públicos, grupos de interesse privado e associações representativas.

A percepção da comunidade sobre estes problemas hídricos ocorre com a escassez de água no período de 2000, para eles, os impactos ambientais do período de 1990 e em 2000 tiveram relevância para a ocorrência deste cenário. E de acordo com o entrevistado (E2), a água é um pilar e concentra parte do potencial ecológico da região, tendo reflexos sobre a economia e principalmente sobre a vida das pessoas no território. A partir deste quadro situacional, os atores colocam que diversas formas de mobilização e de logísticas começam a surgir a partir deste momento de crise hídrica, principalmente sobre as formas de articulações entre os atores sociais. Para eles, este momento é crucial para que as pessoas assumam responsabilidades, subsidiadas por uma compreensão do território. Compreensão plasmada na percepção dos atores sobre suas realidades e com domínio de saberes locais e científicos que subsidiem novas soluções logísticas, por meio de um cenário de governança (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Neste sentido, os atores destacam a forma como Serro vem realizando a gestão de novos empreendimentos que desejam se instalar na cidade. Para eles, antigamente não existia estudos que realmente mostrassem a viabilidade do empreendimento e os benefícios gerados para a comunidade, mas que hoje os empreendimentos que se instalam precisam mostrar a relevância e ter o aval de vários órgãos (Prefeitura, EMATER, CODEMA e demais) com vista a se adequarem ao contexto local.

Outro caso importante que mostra a necessidade de interação dos atores com vista a melhoria das condições de vida, foram os trabalhos integrados para fortalecer a tradição do artesanato do Capim Dourado em Presidente Kubistchek. No ano de 2005, os moradores da Comunidade de Raiz e dos Coletores de Flores (Capim Dourado) conjuntamente a prefeitura, SEBRAE e universidades, buscaram formas de potencializar esta cultura, por meio de novas técnicas de produção de sementes (evitando a colheita no campo), de cultivo, de colheita do insumo e de produção do artesanato, que teve como resultado uma maior produção e venda dos produtos, sem ameaçar a sua existência. Esta socialização de conhecimentos, por meio dos centros de recursos locais e regionais, mostram a importância da formação crítica das pessoas sobre suas realidades (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). A fala de um dos atores (GF3) traz a importância dos centros de recursos locais:

[...] nós temos um exemplo que já foi citado o Capim Dourado...ne Carlinho? Eu lembro do projeto, começou assim, pra fortalecer, o crescimento começou em 2005 né? Que iniciou, de lá pra cá eu acompanhei algumas coisas. Hoje o Capim Dourado aqui, hoje eles participam de feira aí, desde 2010, 2011, em Belo Horizonte, São Paulo... então assim, mostrou que tudo é possível. [...] tem, tem entidade tem apoio ne EMATER, SEBRAE, a prefeitura, várias entidades envolvidas. Então é assim, eu acredito que é um exemplo pra nos trazer pra própria água também né. Ah eles conseguiram trazer pra associação lá, conseguiram levantar o artesanato gente, coisa que ninguém imaginava. Nós também somos capaz de produzir água, podemos ser produtor de água, tem que levar essa conscientização à população.

Estas socializações de conhecimentos entre meios científicos e saberes locais para os atores é fundamental, pois estas trocas de saberes orientam os atores sobre os impactos de suas atividades sobre o território e ao mesmo tempo, são espaços de debates e de construção de possibilidades por meio das técnicas adaptadas ao meio ambiente (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para os atores, os métodos de socialização de conhecimentos podem contribuir, também, para melhorar as intervenções no solo urbano e rural.

Para os atores locais, além da socialização, outras iniciativas, isoladas, mas que tem potencial para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, são as Associações Comunitárias e Sindicatos de Classes. Onde, como exemplo, eles colocam a importância de uma iniciativa em Congonhas do Norte, onde os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em parceria com a ONG Contraponto, do Rio de Janeiro, estão buscando viabilizar Saneamento Básico para as comunidades rurais do município.

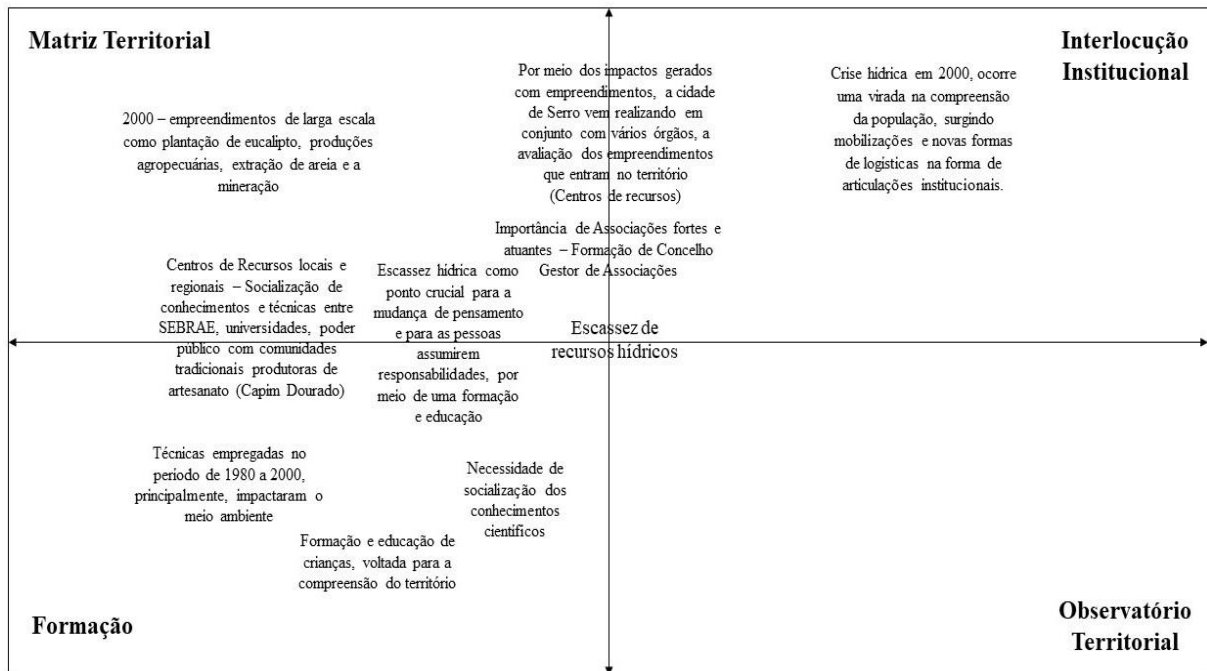
Neste sentido, os atores evidenciam a importância de associações fortes, atuantes e representativa das comunidades, como alternativa na busca por melhores condições de vida. E colocam que dessa forma, poderia existir um conselho regional de associações para busca de soluções conjuntas, devido as demandas serem de interesse comum. Porém, de acordo com os relatos, os atores colocam que devido à falta de conhecimento das próprias lideranças locais das associações, sobre suas responsabilidades, sobre as formas de atuação das associações e de compreensão dos temas trabalhados, estas entidades ainda tem pouca efetividade nos territórios.

Depreende-se destas novas compreensões dos atores locais, que a interlocução institucional, ou seja, os espaços de construção de propostas entre os diversos atores de um território, perpassa pela necessidade de cidadãos conscientes. Neste sentido, de acordo com os atores, os conhecimentos científicos necessitam ser compartilhados, porém, sendo permeado pelos saberes locais, qualificando os participantes, e sendo a comunicação entre os diversos,

base para a governança local (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

O quadro 2, mostram os avanços, por meio da visão do capital humano local orientado para Gestão Cultural Integrada do Território.

Quadro 2. 5 - Formação e Interlocação Institucional: compreensões dos atores territoriais



Fonte: Quadro elaborado pelos autores

A primeira metade da década de 2000, de acordo com os atores, foi um momento de virada no entendimento da relação homem, natureza e atividades econômicas, pois a partir da escassez hídrica que se intensificou na época, os modelos econômicos vigentes nos territórios passaram a ser questionados. E por meio desses questionamentos, algumas logísticas começam a ser formadas, isoladamente, mas que mostram a mudança de pensamento na região. Neste sentido, os atores apontam a necessidade de construção de soluções logísticas para a escassez hídrica e o uso dos centros de recursos da região (órgãos governamentais, universidades, parcerias com ONGs) para a construção destes cenários de gestão da água da região (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

4.3 Plantando o Futuro com Gestão Cultural Integrada de Território: Possibilidades de médio e longo prazo para o Entendimento Global a partir de Ações Locais

Partindo das reflexões realizadas no diagnóstico da microrregião de Presidente Kubistchek, um novo evento foi realizado pelo Instituto Espinhaço e pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, com objetivo de compreender quais as possibilidades de médio e longo prazo a serem trabalhadas na região, por meio da literatura de Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT).

Por meio da compreensão construída pelos atores, materializada pelo diagnóstico do primeiro evento, foi proposto um segundo evento de forma que as pessoas, por meio de suas compreensões da realidade e de como vem ocorrendo a gestão hídrica na região, poderiam idealizar possibilidades no curto, médio e longo prazo.

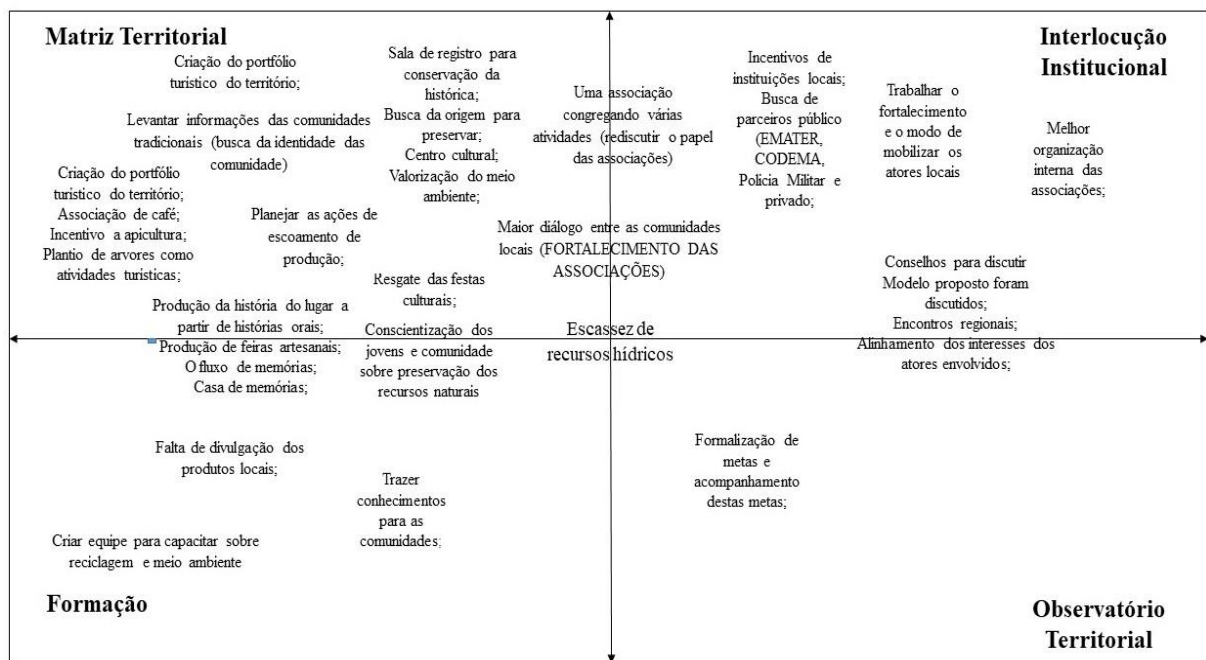
Fazendo uso do método de Observação Participante, os autores do estudo, por meio da visão dos atores, delinearão as principais possibilidades para o médio e longo prazo, tanto nos grupos focais, como pela confirmação de uma plenária. Neste sentido, os atores apontaram a necessidade de trabalhar a matriz territorial local, por meio de um levantamento histórico/cultural, materializando em registros e promover estas demonstrações culturais por meio de centros de memórias. Construção de um portfólio turístico/cultural, de modo a demonstrar os potenciais turísticos, tanto em aspectos ambientais como culturais (comunidades e modos de produção tradicionais). Para os atores, trabalhar esses aspectos, por meio de um maior diálogo e inserção das comunidades (principalmente associações), seriam os aspectos principais para potencializar o turismo ecológico e artesanal da região. Neste sentido, os atores demonstraram as possibilidades de novas soluções logísticas para a região e, indiretamente, cenários de novas relações como o meio onde vivem, principalmente com a água, garantidos por meio de uma formação da própria comunidade e uma interlocução entre os atores no território (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Para os atores, este cenário de novas possibilidades somente pode ocorrer se existir uma formação no sentido de trocas de saberes, ou seja, que os conhecimentos científicos cheguem às comunidades. Porém, de acordo com a literatura de GCIT, estes conhecimentos devem ser mais sensíveis, no sentido de ser parte de uma construção, plasmada na comunicação dos diversos e no reconhecimento dos vários conhecimentos, validados pelos atores (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI,

2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para tanto, segundo os atores, para que estes conhecimentos cheguem às comunidades e promovam transformações, as parcerias entre instituições, órgãos governamentais, entidades sociais, conselhos locais, são fundamentais para a mobilização e fortalecimento dos atores e suas representações (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

E para compreender as possíveis transformações, os atores colocam que existe a necessidade de traçar metas e monitorar e avaliar estas metas de forma a evidenciar se o que foi planejamento está sendo materializado, e se realmente está gerando as transformações que a comunidade espera para a gestão de águas local (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Quadro 2. 6 - Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica



Fonte: Quadro elaborado pelos autores

O quadro 3 mostra as novas compreensões sobre a gestão hídrica local e como a partir compreensões locais, novas potencialidades puderam ser traçadas, plasmadas em uma possível ideia de governança local (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

5 Conclusão

Depreende-se do processo de formação histórica da microrregião de Gouveia que os primeiros povoados da região tinham uma relação de subsistência com o espaço onde viviam, não causando impactos significativos na região. Neste sentido, as falas dos atores mostram uma identidade local que se forma na região. Porém, com o aumento das demandas populacionais ao longo do tempo, assim como a complexidade com que as sociedades passam a ter quando vivem em comunidade, os modos de produção passaram de subsistência para um formato de produção em grande escala. Diante deste novo cenário, a região foi fortemente impactada, inicialmente pela extração de ouro e pastagens, posteriormente pela extração vegetal de carvoarias, mineração, monocultura de eucalipto e na área urbana os assentamentos humanos irregulares. E mesmo os vínculos criados nos territórios, principalmente com a questão hídrica local, como os atores relatam, não foram impeditivos para que os vários empreendimentos, sejam eles rurais ou urbanos, impactassem diretamente a disponibilidade de água na região. Neste sentido, os atores relatam que por mais que o clima ao longo dos anos venha sofrendo mudanças naturais, as relações do homem com o meio ambiente, principalmente por meio das intervenções econômicas, acabaram por intensificar os problemas de escassez hídrica da região.

Neste sentido, depreende-se das observações realizadas, que o delineamento do estudo por meio dos quatro conceitos de GCIT (Matriz Territorial, Interlocação Institucional, Formação e Observatórios) foram de grande relevância, pois contribuíram para uma compreensão da região em uma perspectiva de espaço, tempo e causalidade. E as abordagens construídas subsidiaram uma reflexão dos atores sobre o território e a produção de informações fundamentais para compreender a gestão hídrica da região.

Por meio das observações dos relatos, do delinear das intervenções através do fluxo processual de GCIT e das reflexões dos atores sobre o território, observa-se um momento de formação dos atores na medida que eles passaram a refletir sobre o espaço (território) e tempo (dinâmicas), possibilitando construir visões transdisciplinares do território (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011). Como resultado, os atores conseguiram subsídios para novas compressões sobre possibilidades de se construir uma gestão hídrica na microrregião. Neste sentido, os relatos mostram a percepção da comunidade sobre sua realidade, como as dinâmicas no tempo levaram a escassez hídrica e a necessidade de trabalhar uma matriz territorial que não gere impactos sobre as águas da região, valorizando as identidades das pessoas com o território e conseqüentemente com a questão hídrica local

(OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para tanto, eles colocam a necessidade de um resgate histórico/cultural, como meio de formação e apropriação simbólica das identidades e da relação homem e natureza. Conjuntamente, eles colocaram a importância das parcerias entre entidades, órgãos públicos, associações e demais parceiros, para um reposicionamento da economia local, voltada para o turismo ecológico e para a valorização da cultura artesã.

Por fim eles trazem novas compreensões sobre a necessidade de se traçar, monitorar e avaliar metas, de forma que o que for previsto seja efetivamente realizado (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013). Neste sentido, fica claro que a literatura de GCIT contribuiu para a compressão da gestão hídrica da região e ao mesmo tempo subsidiou uma reflexão dos atores locais sobre suas realidades, conectadas a compressões globais.

Como limitações do estudo, existe a necessidade de acompanhar o desenrolar das novas compreensões dos atores sobre o território e observar quais os limites e reais possibilidades destes novos entendimentos diante do cenário social, econômico, ambiental, político e cultural da microrregião.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. INSTITUTO ESPINHAÇO. (Org.). **INSTITUTO ESPINHAÇO**. 2016. Disponível em: <<http://www.institutoespinhaco.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- CHAVES, M. L. de S. C. **Geologia e Mineralogia do Diamante da Serra do Espinhaço em Minas Gerais**. 1997. 289 p. Tese (Doutorado em Mineralogia e Petrologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44135/tde-18112015-110030/en.php>>. Acesso em: 02 de março de 2017.
- DALLABRIDA, V. R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. **São Paulo: LiberArs**, 2016.
- Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- Godecke, Marcos Vinicius; Maurício, Giovanni Nachtigall (Organizadores). **Guia para planos ambientais municipais** - Pelotas : Ed. Santa Cruz, 2015. p.195. ISBN: 978-85-61629-55-7
- IMAGINOSFERA. **A Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/>>. Acesso em: 02 março de 2017.
- MEADOWS, D. H. et al. **Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future**. Vermont: Chelsea Green Publishing Company, 1992.
- MÓNICO, Lisete et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017.
- OOSTERBEEK, Luiz. **Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de Gestão Integrada do Território**. 2011

- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; BASTOS, R. L. Pensar Local... Agir Global. **O museu de arte pré-histórica de Mação: memória, intuição e expectativa. Encontro Arqueologia e Autarquias, Cascais, Câmara Municipal**, p. 471-483, 2011.
- OOSTERBEEK, Luiz. Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia. **Arkeos: perspectivas em diálogo**, n. 32, p. 29-34, 2012.
- OOSTERBEEK, L. **Our common future... 25 years later: 10 questions and answers moving from anxiety into the praxis of landscape management**. In: SCHEUNEMANN, I. e OOSTERBEEK, I. (Coord.). *A New Paradigm of Sustainability, Theory and Praxis of Integrated Landscape Management*. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica. 2012.
- OOSTERBEEK, Luiz; SCHEUNEMANN, Ingelore; SANTOS, Luís. Water resources and human behaviour: an integrated landscape management perspective. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, 2013.
- OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sociocultural matrices: transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management**. Mação: Arkeos, 2017. pp.45-64.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Report of the World Commission on Environment and Development**. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)**. 1992. Brasil. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). Resolution adopted by the General Assembly: Programme for the Further Implementation of Agenda 21. 1997. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/774/73/PDF/N9777473.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- PEREIRA, E. O.; GONTIJO, B. M.; ABREU, L. G. Á. C. As ecorregiões da reserva da biosfera da serra do espinhaço: elementos para o fortalecimento da conservação da biodiversidade. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 43, p. 2015, 2015.
- PLATANDO O FUTURO**, 2016: Acessado em PLATANDO O FUTURO, 2016: Acessa do em: <http://www.platandoofuturo.mg.gov.br/index.php/projeto>
- PORTUGAL, José; MARQUES, Susana. Gestão cultural do território. Porto: **Setepés**. ISBN, p. 978-972, 2007.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Milton; MARQUES, Maria Cristina. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.
- SHIKI, S. F. N. de; SHIKI, S. **Gestão Integrada no espaço relativo do desenvolvimento**, 2014. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 20 março 2017.
- UNESCO (Org.). **Programa Homem e Biosfera**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/mab-programme-in-brazil/>>. Acesso em: 15 abril. 2016.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DE TERRITÓRIO

Resumo

O trabalho parte de um esforço conjunto de outros trabalhos, onde no primeiro foi construído os fundamentos da literatura de Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT) e como esta literatura faz uma releitura do tema desenvolvimento sustentável. O segundo trabalho parte de um esforço de afirmar as novas compreensões de como se efetivar propostas de desenvolvimento sustentável a partir do nível local, por meio da literatura de GCIT. Para tanto, foi estruturada uma iniciativa de diagnóstico da microrregião de Presidente Kubistchek, na Serra do Espinhaço, por meio de uma parceria com a UFLA, onde foram gerados dados para os pesquisadores (UFLA) e para os autores compreenderem como vem ocorrendo a gestão hídrica na região. Este trabalho, em decorrência desses trabalhos anteriores, busca analisar quais os limites e possibilidades para uma GCIT na microrregião de Presidente Kubistchek? E propor alternativas metodológicas para novas intervenções de GCIT. Como referência de análise, foi usada a base conceitual de GCIT construída no trabalho 1. Metodologicamente, foram analisados o diagnóstico da equipe UFLA que geraram os dados, principalmente os resultados do trabalho 2, e posteriormente, por meio do uso de Observação Participante, foram analisados os grupos focais que construíram uma Agenda de Desenvolvimento. Os resultados mostram que o método usado para coleta de dados do pré-diagnóstico (Observatórios Territoriais) necessita de uma maior participação dos grupos, objetivando um empoderamento dos atores e uma visão transdisciplinar sobre os dados. O pré-diagnóstico, neste momento, passa a ter valor de formação, pois contribui para uma reflexão individualizada dos grupos de interesse sobre os dados. Posteriormente, em um momento de diagnósticos, com todos os grupos debatendo os dados gerados, o estudo aponta as possibilidades de um reflexão e compreensão do território em uma perspectiva de espaço, tempo e causalidade. E como forma de potencializar ações de médio e longo prazo, o estudo delinea a necessidade de Centros de Recursos que abram espaço para o debate entre gerações, visando uma apropriação simbólica do espaço, com o objetivo de assentar propostas plasmadas em negociações sociotécnicas tendo como elo o patrimônio cultural.

Palavras-chave: Gestão Cultural Integrada de Território. Formação. Patrimônio Cultural. Transdisciplinaridade.

1 Introdução

A região da Serra do Espinhaço recentemente foi palco de várias iniciativas voltadas para a equalização da relação homem e natureza e de visões globais e locais, por meio do projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço. Este projeto tem por objetivo plantar três milhões de mudas nativas de Mata Atlântica e Cerrado, e ao mesmo tempo, potencializar propostas de desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2017).

Por ser reconhecida como uma Reserva da Biosfera, a Serra do Espinhaço passa a ser entendida como um espaço de possibilidades para estudos e projetos prospectivos que alinhem desenvolvimento social, a proteção ambiental e novas oportunidades econômicas (UNESCO, 2018). Neste sentido, no período de 2015 e 2016, o Instituto Espinhaço, entidade representativa da região, firmou um Termo de Colaboração com a CODEMG visando executar o Programa Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço. E conjuntamente a iniciativa, por meio de uma parceria com a Universidade Federal de Lavras foi proposto uma iniciativa, paralela ao Projeto Plantando Futuro no Espinhaço, com o objetivo de diagnosticar as potencialidades da região e propor futuras intervenções demonstrativas.

Para tanto, o projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço, dividiu a macrorregião do Espinhaço, em Minas Gerais, em cinco núcleos em um total de cinquenta e três municípios. Esta divisão teve como critérios a proximidade dos municípios e suas relações sociais, ambientais e econômicas (PLANTANDO O FUTURO, 2018).

Conjuntamente aos trabalhos de produção e plantio das mudas, o Instituto Espinhaço conjuntamente a CODEMIG e a UFLA, organizaram um processo de Gestão Cultural Integrada de Território (GCIT) no núcleo correspondente a microrregião de Presidente Kubistchek/MG. As atividades foram pautadas por meio, principalmente, de dois eventos no núcleo central (núcleo Gouveia), onde foram delineados os objetivos do Projeto Plantando Futuro na Serra do Espinhaço e como seria a participação da comunidade em todo o processo, paralelo a isso, diagnósticos foram realizados, coordenados por uma equipe da UFLA. Para tanto, além dos diagnósticos de campo, foi delineado uma bibliografia para contribuir na análise dos dados coletados. Como resultado, esse trabalho de GCIT na região deu origem a dois trabalhos, um de cunho mais teórico e outro empírico.

Neste sentido, o presente trabalho parte de um esforço conjunto desses trabalhos, onde o primeiro delimita a literatura base de todo o estudo, Gestão Cultural Integrada de Território, de forma a situá-la dentro de um marco teórico e de debates sobre Desenvolvimento Sustentável. O segundo trabalho, por meio da referência de GCIT e sustentabilidade, foi proposto a partir das análises empíricas realizadas na microrregião de Presidente Kubistchek/MG. O resultado desse trabalho mostra que a escassez hídrica é o principal tema debatido na região, mas é possível articular ações locais visando transformações globais por meio dos eixos centrais propostos na literatura de GCIT.

Os eixos centrais de CCIT usados no segundo trabalho: Matriz Territorial, Interlocação Institucional, Formação e Observatórios Territoriais, levaram às informações de como foi a

construção histórica da região, as transformações físicas do meio onde viviam, das interações dos atores locais e como estes fatores levaram aos percursos escolhidos e a escassez hídrica da região. E por meio de diagnósticos, os atores puderam refletir sobre as possibilidades de curto, médio e longo prazo para a microrregião de Presidente Kubistchek/MG.

Desse modo, partindo dessas análises anteriores, por meio de uma proposição de cunho tecnológico, este trabalho busca analisar quais os limites e possibilidades para uma GCIT na microrregião de Presidente Kubistchek? E propor alternativas metodológicas para novas intervenções de GCIT.

Para isso, o trabalho foi dividido em uma introdução geral, mostrando as atividades de GCIT realizadas na microrregião; posteriormente foi delineada uma correlação dos debates internacionais sobre Desenvolvimento Sustentável e as novas possibilidades por meio da literatura de GCIT, derivado dos resultados do primeiro trabalho; na sequência foi estruturada uma metodologia de coleta e análise de dados, subsidiando as atividades que resultaram numa Agenda Comum de Desenvolvimento para a microrregião de Presidente Kubistchek, tendo por base a GCIT desenvolvida no segundo trabalho; na sequência foram analisados os resultados desses trabalhos; e para finalizar, foi proposto alguns encaminhamentos para futuras intervenções tendo por base a literatura de GCIT.

2 Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre Desenvolvimento Sustentável ganhou complexidade nos últimos anos, derivada dos debates que aconteceram desde o período de 1960 (MEADOWS, 1992; SACHS, 2007; VEIGA, 2008). Neste sentido, a compreensão deste termo se configurou e reconfigurou durante uma trajetória de mais de meio século, por meio das interações entre os atores internacionais, nacionais e, mais recentemente, em nível local (SACHS, 2007; VEIGA, 2008).

Como consequência, em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, os debates derivados das experiências pregressas reafirmaram algumas constatações importantes como: a erradicação da pobreza como elemento transversal já que continua sendo centro dos esforços das agendas internacionais; a necessidade de Políticas Públicas *button-up*, construídas a partir dos territórios, pois são estes espaços onde as pessoas constroem, historicamente e culturalmente, suas perspectivas, seus interesses, suas narrativas, por meio do conjunto de relações e práticas; a necessidade de abordagens que

contribuam, transdisciplinarmente, para novas compreensões dos territórios, onde os conhecimentos científicos e saberes locais sejam permeados entre global e local e; por meio destas constatações, os atores debaterem as possibilidades de médio e longo prazo para seus territórios locais (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Esses debates são importantes para que a sociedade não caminhe para novas rupturas sociais, ambientais e econômicas, derivadas das consequências de pensamentos alienantes e de curto prazo (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Diante deste cenário, no ano de 2015, foi lançada a Agenda “Transformando Nosso Futuro Comum: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, derivada dos debates ocorridos no passado, e conseqüentemente, das experiências e novas compreensões adquiridas. Nela, os objetivos e metas a serem atingidas deveriam ser pensadas de forma integrada, indivisíveis e interconectadas (OOSTERBEEK, 2012; ONU, 2015). Neste sentido, a agenda colocou alguns elementos fundamentais, tais como: educação que leve em consideração a importância da diversidade cultural e de gênero, os saberes locais sendo subsidiados pelos científicos, e conseqüentemente, levando a produção de tecnologias apropriadas (ONU, 2015). Conjuntamente a estes elementos, a agenda traz a importância da participação de grupos vulneráveis na construção de políticas inclusivas e que proporcionem uma governança local (ONU, 2015).

Neste contexto, depreende-se uma busca de aproximação entre global e local, derivada das constatações de 2012 e dos novos elementos colocados pela Agenda 2030 (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Diante deste cenário, a UNESCO, por meio do Conselho Internacional de Ciências (ICSU), do Conselho Internacional das Ciências Sociais (ISSC) e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), instituiu o ano de 2016 como Ano Internacional para o Entendimento Global com o slogan de “construir pontes entre os pensamentos globais e ações locais”, onde um amplo grupo de pesquisadores vinculados a instituições mundiais, vem debatendo uma nova concepção de desenvolvimento global a partir de ações locais, por meio do que tem sido conhecido como Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT) (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

2.1 Construindo pontes entre a visão global e local de Desenvolvimento Sustentável por meio da GCIT

A discussão de Gestão Cultural Integrada do Território vem ganhando relevância, principalmente por meio dos debates que aconteceram na Cúpula da Terra Rio + 20 e a necessidade de se construir pontes entre a visão global e as ações locais.

As principais constatações derivadas dos debates da Rio + 20 residem em: as ações traçadas a nível internacional acabam criando lógicas injustas a nível local, pois estas ações chocam com as liberdades individuais dos indivíduos sem lhes garantir meios de atuação. Uma segunda constatação reside no desenho das políticas públicas para promover equidade social e sustentabilidade ambiental, tendo suas bases de sustentação em visões equivocadas de crescimento econômico e distribuição de renda, o que acabou gerando novos problemas ambientais, principalmente a nível local. E uma terceira constatação que trata da problemática que por mais que se tenha avançado nas construções estratégicas dos planos de ações, as concepções teóricas usadas para materializar essas ações têm suas bases assentadas em entidades vazias de contradições (culturais, sociais ou econômicas) e, conseqüentemente, gerando dilemas e não vislumbrando possibilidades de médio e longo prazo (OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Com base nestas constatações, a literatura de Gestão Cultural Integrada de Território parte de três compreensões: primeiro que entender a inter-relação, a interconexão e integração dos conceitos ambiental, social e econômico, perpassa por um elemento central que os une, a cultura (OOSTERBEEK, 2011). Segundo, que as intervenções a nível nacional e local não conseguiram projetar ações de médio e longo prazo, devido a se basearem em premissas interdisciplinares equivocadas e políticas públicas *top-down*. Como resultado, as políticas públicas se concentraram nos níveis estratégicos dos governos, sem compreender a diversidade cultural existentes nos territórios e suas implicações na efetivação das ações (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Terceiro, as mudanças somente poderiam ser efetivadas a partir dos territórios, por meio de abordagens transdisciplinares que projetem o médio e longo prazo, conjuntamente a construção de políticas públicas a nível territorial (*button-up*) (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Neste sentido, o território na literatura de GCIT passa a ter grande relevância para a compreensão da realidade, por ser a partir destes espaços que as pessoas se inter-relacionam, criam vínculos, tem suas referências construídas ao longo do tempo, e por meio desses fatores, definem os percursos a seguirem (DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN;

CARON, 2017). Consequentemente, o território passa a ser espaço tanto de relações de poder, como sociais, econômicas, ambientais e culturais (PORTUGAL; MARQUES, 2007).

Nesta perspectiva, os territórios passam a ser entendidos como espaços físicos onde as pessoas se estabelecem, e por meio de intercâmbios, satisfazem suas demandas. Nesse sentido, a compreensão dos sistemas locais de comunicação, mediação e representações, entendidos como cultura, passam a ter grande relevância (OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013, OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBBEK 2013).

A cultura indenitária, na perspectiva dos territórios, passa a ter importância estratégica, pois é por meio deste elemento que se percebe as diversidades existentes nos territórios, derivadas das interpretações, narrativas e percepções dos atores. Esta compreensão das relações por meio da cultura, segunda a literatura, contribui para entender os interesses dos indivíduos, muitas vezes contraditórios, designados aqui como dilemas (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBBEK, 2012). Neste sentido, a literatura de GCIT coloca que um dos principais desafios da humanidade, principalmente a nível local, mais que resolução de problemas, é fazer uma Didática dos Dilemas (OOSTERBEEK, 2011; OOSTERBEEK, 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013).

Para tanto, a literatura de GCIT discute quatro conceitos: Matriz Territorial, Interlocação Institucional, Formação e Observatórios Territoriais, que objetivam identificar e suavizar esses dilemas.

A discussão destes quatro conceitos tem o intuito de contribuir para compreensão dos territórios, a diversidade cultural identitária e consequentemente dos Dilemas existentes a nível local e quais as possibilidades de médio e longo prazo para um Didática destes Dilemas.

Para compreender a diversidades cultural dos territórios e, consequentemente dos dilemas que possam vir a existir, o conceito de Matriz Territorial passa a ter relevância. Este conceito parte do entendimento que as pessoas nos territórios necessitam atender demandas primárias como acesso a água, alimentação, moradia e acabam por intervir nestes espaços físicos (SANTOS, 2000; SHIKI; SHIKI, 2014; WERLEN; CARON, 2017). Estas intervenções ocorrem por meio de conhecimentos e técnicas transmitidas entre as gerações, derivadas de um conjunto de relações, espaços de referência, conjunto de práticas, sinônimo de pertencimento, relações de poder, relações sociais, econômicas e, consequentemente ambientais, entendidas aqui como logísticas (SANTOS, 2000; DALLABRIDA, 2016). O que conecta a um segundo conceito, que são as formas de Interlocação Institucional, ou seja, como estas pessoas se

articulam nos espaços institucionais de comunicação, mediação e representação (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013; WERLEN; CARON, 2017). A comunicação nestes espaços institucionais ganha grande relevância, pois é por meio do diálogo que as pessoas se posicionam no mundo e definem os percursos a serem seguidos nos territórios (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Porém, para Oosterbeek, Cura e Lopes Bastos (2011), é neste ponto que ocorre uma diversidade de posicionamentos, derivados da diversidade cultural existentes nos territórios, e conseqüentemente, gerando dilemas. Estes dilemas partem da pluralidade de lentes derivadas de saberes locais e científicos, e como estes saberes se relacionam na realidade. Neste sentido, a transdisciplinaridade passa a ser base para compreender os territórios suavizar conflitos, transdisciplinaridade esta entendida como saber do mundo, onde tanto ciência como saberes locais estão contribuindo para um novo entendimento da realidade (permeando uns aos outros) e o resultado não é um conhecimento científico, mas derivado de um diálogo (político), gerando uma compreensão mais complexa dos territórios (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011).

A discussão de transdisciplinaridade conecta-se ao conceito de formação, pois a literatura de GCIT parte da constatação que os conhecimentos científicos e saberes locais devem ser permeados uns aos outros para a construção de novos conceitos transdisciplinares (OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Neste sentido, a formação tem papel importante neste debate, pois uma formação transdisciplinar contribui para uma nova visão local, plasmada em novos conceitos e dando domínio técnico aos atores para negociações sociotécnicas (SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Para tanto, segundo a literatura de GCIT, a tecnologia nesse cenário passa a ter papel fundamental, pois é por meio de cidadãos conscientes e preparados, reflexivamente, que se torna possível construir cenários de governança de médio e longo prazo (OOSTERBEEK, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

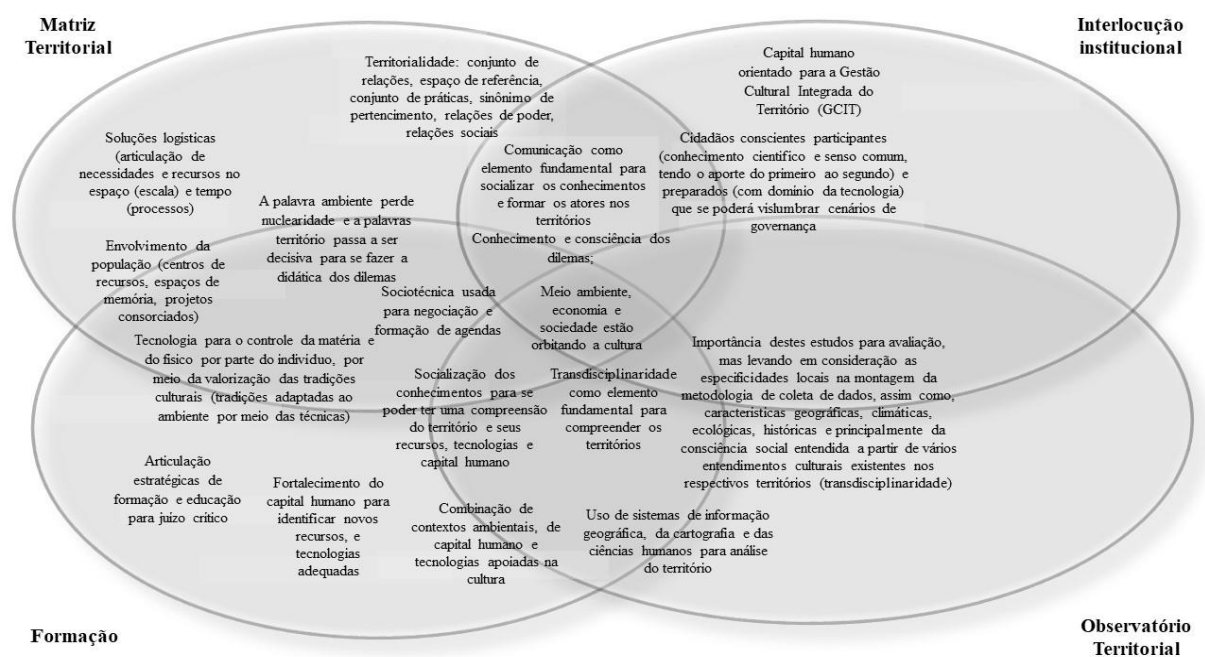
Mas como proporcionar esses espaços de reflexão e unir perspectivas diferentes e muitas vezes conflitantes em torno de projetos futuros? É por meio desta questão complexa que a literatura de GCIT traz o debate em torno dos Centros de Recursos, entendidos como espaços de reflexão transdisciplinares e prospectivos (construção de ações), tendo como diretriz central a formação do capital humano em uma perspectiva cultural identitária (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012). Neste cenário, o Patrimônio Cultural tem papel fundamental para suavizar as barreiras de visões de mundo, dos vários grupos existentes nos territórios, pois o patrimônio de um território representa as apropriações simbólicas no espaço e no tempo de uma

sociedade e lhes confere convergências e bases sobre interesses comuns (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012). Nesta perspectiva, a reflexão sobre os territórios através de uma visão cultural identitária, objetivando valorizar o Patrimônio Cultural por meio da compreensão do espaço (territórios), tempo (dinâmicas) e causalidade (ocorrência das dinâmicas nos territórios), partindo de um debate entre gerações. Este debate passa a ter relevância pelo fato da troca de saberes territoriais, contribuindo para problematização das questões em profundidade e complexidade, e para a construção de novas possibilidades logísticas de médio e longo prazo (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012).

Como subsídio à construção destes cenários, um quarto conceito passa a ter conexão com os demais, que são os Observatórios Territoriais. Estas tecnologias e ferramentas tecnológicas tem grande importância para a formação de bases de dados sobre os territórios. E estas bases de dados são subsídios para construção de informações reflexivas sobre os territórios. Porém, de acordo com a literatura de GCIT, estes dados devem ser permeados pelos conhecimentos territoriais, principalmente os saberes locais, como forma de valorar as informações a serem produzidas (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, SANTOS, 2013; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

O quadro 1 reflete a discussão sobre GCIT, sem a finalidade de delimitar um conceito geral, mas de mostrar a importância da transdisciplinaridade da literatura, objetivando discutir os territórios em toda a sua complexidade cultural, social, econômica e ambiental.

Quadro 3. 1 – Quadro: Gestão Cultural Integrada de Território



Fonte: Elaborado pelos autores

A matriz mostra as novas compreensões que a literatura de GCIT, tendo por base as experiências pregressas de debates sobre desenvolvimento sustentável a nível internacional, nacional e local. Conjuntamente a estas experiências, a literatura traz a importância dos territórios, da diversidade cultural, e como consequência, dos percursos escolhidos pela sociedade (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Neste sentido, a literatura de GCIT deriva dessas novas compreensões e que vem sendo construída a partir dos conceitos Matriz Territorial, Interlocação Institucional, Formação e Observatórios Territoriais, que coloca em debate as complexidades existentes nos territórios (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

3 Procedimentos metodológicos

Para compreender a questão: quais limites e possibilidades para uma Gestão Cultural Integrada de Território na microrregião de Presidente Kubistchek, inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental, tendo por base o método de diagnóstico usado pela equipe UFLA, e os resultados do segundo trabalho, de forma a descrever a microrregião de Presidente Kubistchek. Este método contribuiu para compreender os fenômenos que vem ocorrendo na região e correlaciona-los com as categorias de análise de GCIT (GIL, 2002). O processo metodológico ocorreu em três etapas.

1ª Etapa: foi lançado mão do método de construção do diagnóstico da equipe UFLA, e os principais resultados do segundo trabalho, que contribuíram para compreender o fenômeno em debate na região (Crise Hídrica).

Subsidiada pela pesquisa anterior, foi realizada uma Observação Participante (MÓNICO et al, 2017) do último evento realizado na Microrregião de Presidente Kubistchek, onde foi estruturada uma Agenda Comum de Desenvolvimento e delineados os primeiros encaminhamentos para a microrregião. Posteriormente foi estruturada uma fase explicativa, com o intuito de identificar os principais fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno na região (crise hídrica) e como os atores materializaram os encaminhamentos (GIL, 2002). Esta fase ocorreu em duas outras etapas:

2ª Etapa: foram formados grupos focais para debater as possibilidades de uma GCIT na microrregião de Gouveia construídas no segundo trabalho, derivadas do fenômeno crise hídrica, e que estão inseridas na matriz “Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica”. Esta matriz posteriormente foi validada por uma plenária geral.

3ª Etapa: por meio dessa ponte entre visões locais e globais foi construída uma explicação, derivada das compressões locais identificadas na observação participante, com o intuito de identificar os limites e possibilidades da GCIT. Por meio dos limites e possibilidades de médio e longo prazo, foram delineadas algumas proposições a serem trabalhadas na região para a construção de uma Gestão Cultural Integrada de Território na microrregião de Presidente Kubistchek.

4 Projeto Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço

A região da Serra do Espinhaço tem uma extensão de mais ou menos três milhões de hectares, abrangendo 53 municípios (PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015). Devido a extensão territorial, a região concentra uma importante área de divisão de águas, abarcando o Rio Doce, Jequitinhonha e Rio São Francisco, além de possuir uma diversidade de fauna e flora relevantes para a biodiversidade do país (PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015).

Com o objetivo de preservar as riquezas naturais e paisagísticas da região, em 2005, a Serra do Espinhaço foi reconhecida como um Patrimônio da Biosfera. As regiões da biosfera, de acordo com o Programa Homem e Biosfera (MaB–*Man and the Biosphere*), são regiões com grande biodiversidade e são importantes para construir cenários que integrem meio ambiente e sociedade (UNESCO, 2018). Neste sentido, este local tem grande relevância para realização de estudos e iniciativas que alinhem valorização dos patrimônios naturais e culturais a formas de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2018).

Para tanto, no ano de 2016, o Instituto Espinhaço, ONG representativa da região da Serra do Espinhaço, por meio de um Termo de Colaboração com a CODEMIG, iniciaram o Projeto Plantando o Futuro Semeado Florestas Colhendo Águas na Serra do Espinhaço (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2017). O objetivo do projeto é plantar 3 milhões de mudas características de Mata Atlântica e Cerrado, por meio da implantação de viveiros em 5 regiões da Serra.

Dentro deste quadro geral, o Instituto Espinhaço, na tentativa de potencializar as ações do programa, atender aos propósitos das Reservas da Biosfera e avançar na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, realizaram uma parceria com a Universidade Federal de Lavras para a realização de um amplo diagnóstico. O propósito deste diagnóstico foi levantar a potencialidade das regiões e construir uma Agenda Comum de Desenvolvimento,

paralelamente ao Projeto Plantando o Futuro, visando potencializar as ações para além do plantio e construir projetos demonstrativos.

4.1 Diagnóstico da Microrregião de Presidente Kubitschek e suas potencialidades de médio e longo prazo

O diagnóstico realizado por pesquisadores da UFLA partiu, inicialmente, de um pré-diagnóstico com a contribuição do Instituto Espinhaço, onde foram levantados dados cartográficos, principalmente das bacias hídricas da região e dos atores locais para uma contextualização dos debates nos eventos. Quanto aos atores, os principais grupos de interesses e pessoas foram prefeitos, secretários municipais, vereadores, representantes de sindicatos de produtores rurais, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, quilombolas, representantes de associações comunitárias, ONGs, CODEMIG e universidades.

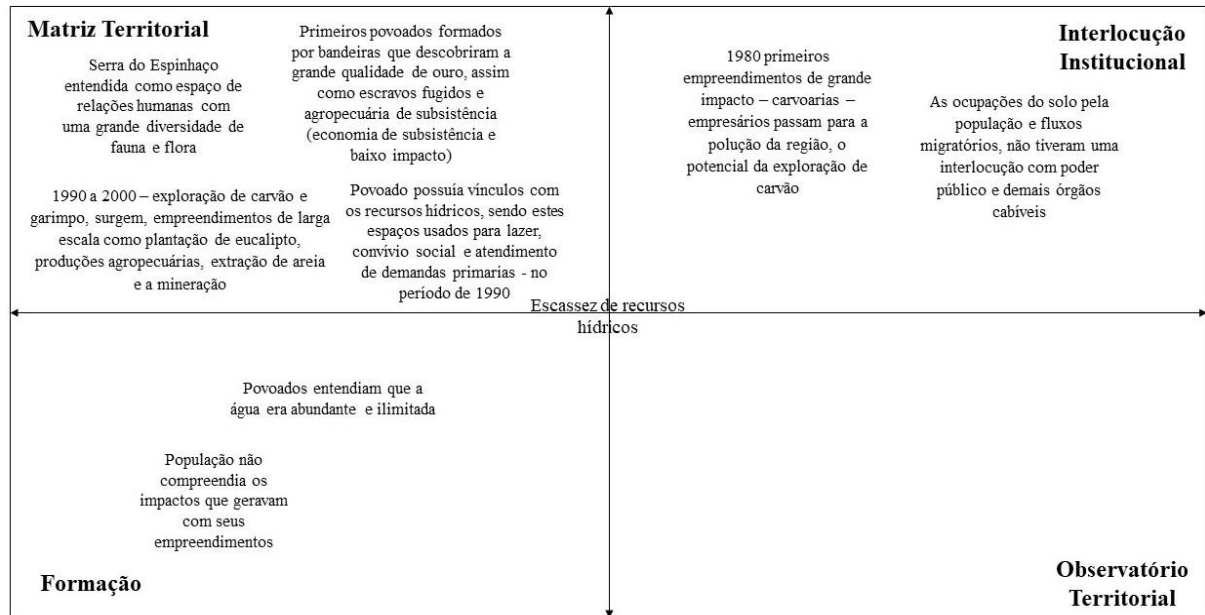
Para tanto, no primeiro evento realizado na região, estes atores foram convidados a participar e contribuir, por meio de suas perspectivas, para a compreensão da formação da região. Estas representações derivam das cidades de Gouveia, Datas e Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, Serro e Congonhas do Norte.

Partindo destas informações, foram estruturados roteiros tendo por base a literatura de Gestão Cultural Integrada de Território de forma a subsidiar uma contextualização da intervenção a ser proposta.

Posteriormente ao levantamento preliminar do pré-diagnóstico, foi construído um evento, denominado Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: Propostas para o Entendimento Global a partir de Ações Locais visando os ODS, com o propósito de compreender a microrregião de Presidente Kubitschek, por meio das perspectivas dos atores locais. Com a identificação dos atores no pré-diagnóstico, o evento foi construído de forma a subsidiar uma diversidade de percepções sobre a realidade. Para tanto, após uma apresentação do projeto Plantando Futuro na Serra do Espinhaço, foram formados grupos focais, dividindo os atores de forma heterogênea para compreender a formação da região e os dilemas que possivelmente poderiam existir no microterritório. Conjuntamente ao diagnóstico, o grupo de pesquisadores fazendo uso do método observação participante, fizeram uma coleta de dados gerando alguns resultados.

O quadro 2 foi gerado, por meio do método Observação Participante, considerando as compreensões locais para entender os conhecimentos e logísticas dos territórios (SILVA; VALADÃO, 2018):

Quadro 3. 2 - Matriz Territorial: Fluxo de espaço, tempo e causalidade dos primeiros povoados e de 1980 a 2000



Fonte: Quadro elaborado por Silva e Valadão (2018)

Por meio da observação, os atores apontaram como elemento central do debate a Escassez de Água na região e que os dilemas existentes nos territórios partem dessa problemática.

Por meio das percepções dos atores, foram colocados que a formação dos primeiros povoados da região começou com escravos fugidos de fazendas da região e por alguns agricultores. Estes grupos vieram para a região devido a disponibilidade de ouro, mas acabaram por exercer outras atividades como a produção de alimentos de subsistência e culturas artesanais (SILVA; VALADÃO, 2018). Neste sentido, depreende-se que os conhecimentos e logísticas de subsistência não impactavam a água da região nesta época (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012).

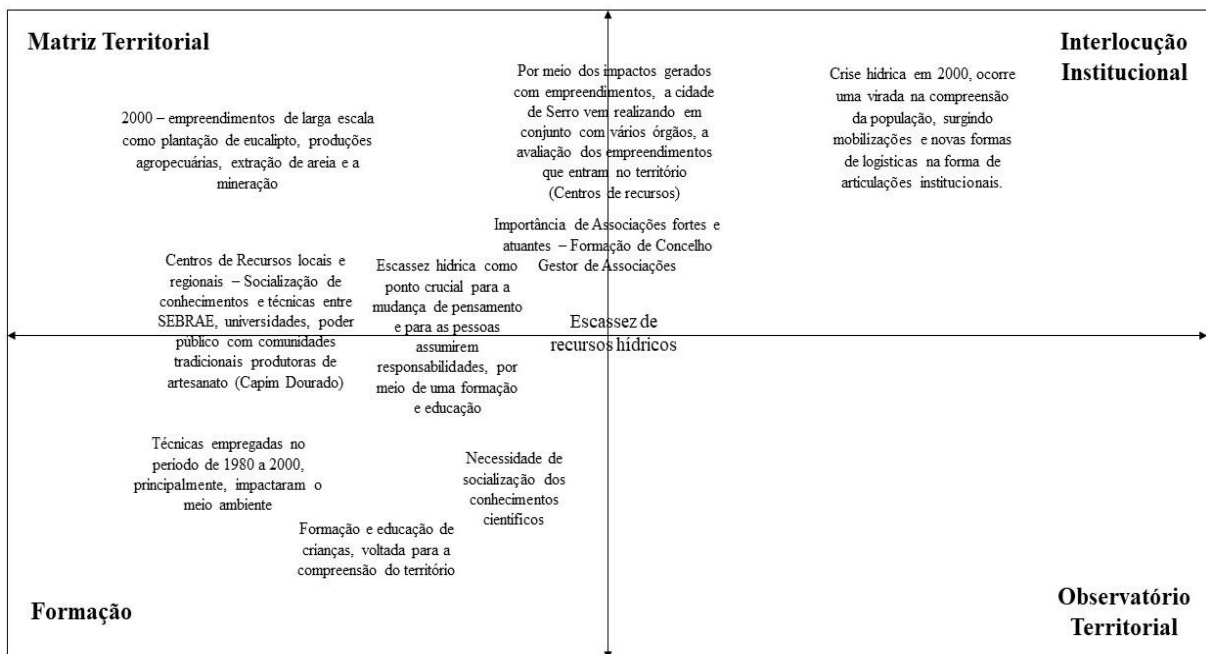
Posteriormente, principalmente a partir do período da década 1980, devido ao crescimento da siderurgia nacional, e pelo fato das populações crescerem, diversificarem e demandarem mais acesso a recursos primários, algumas intervenções em larga escala

começaram a ser desenvolvidas. Neste sentido, as atividades de garimpo e de produção de carvão acabaram por intensificar o desmatamento e consequentemente impactaram as águas da região. Neste ponto, alguns dilemas aparecem devido a uma assimetria de informações entre empresários e povoado local, no sentido de produção em larga escala como forma de retorno econômico, sem considerar as possíveis causas negativas sobre o meio ambiente (SILVA; VALADÃO, 2018).

No período da década de 1990 a 2000, a economia se diversificou devido ao crescimento da população, e consequentemente das demandas locais. Neste sentido, a produção de carvão intensificou, conjuntamente ao surgimento de formas econômicas de monocultura de eucalipto plantados de forma irregular, agropecuária em larga escala e formação de pastagens, além de outras formas de extração mineral (SILVA; VALADÃO, 2018). Estas novas demandas na região levaram também a um desordenamento territorial, com ocupações de solo irregulares. Como consequência, estas demandas e novas complexidades demográficas e produtivas, acabaram por impactar as matas da região e diretamente a água (SILVA; VALADÃO, 2018).

Partindo desta reflexão, os atores colocaram algumas iniciativas isoladas que vem sendo realizadas nos territórios e que poderiam ser pontos de partida para as mudanças almejadas (SILVA; VALADÃO, 2018).

Quadro 3. 3 – Conhecimentos e logísticas - Formação e Interlocação Institucional: Compreensões dos atores territoriais

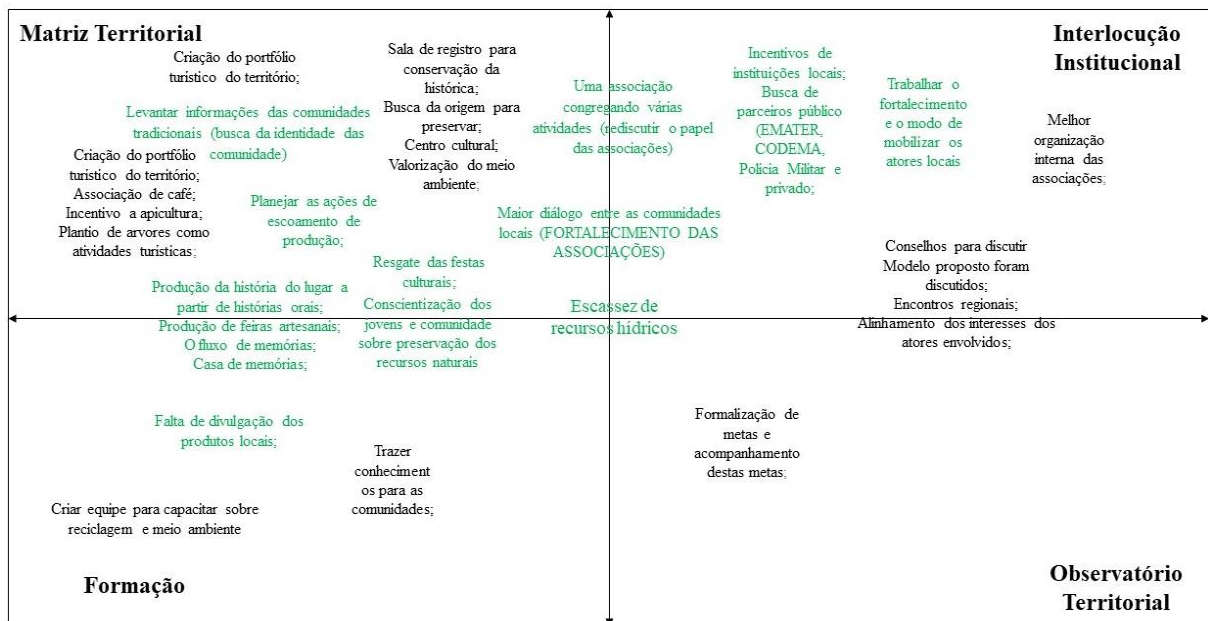


Fonte: Quadro elaborado por Silva e Valadão (2018)

Por meio de suas visões, estas iniciativas poderiam ser pensadas para a gestão de águas da microrregião, pois elas mostram a importância das parcerias entre os diversos atores nos territórios para a socialização de conhecimentos e a construção de tecnologias apropriadas.

O diagnóstico realizado neste evento na microrregião de Presidente Kubistchek, sobre a perspectiva dos atores locais, mostraram que a formação da região, derivada da diversidade cultural existente na época, levaram as comunidades aos percursos escolhidos e a crise hídrica nos territórios (SANTOS; MARQUES, 2002; PORTUGAL; MARQUES, 2007; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012; DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). No evento, os atores tiveram chance de refletir, por meio desta contextualização da formação da comunidade, sobre os dilemas que foram surgindo nos territórios devido à complexidade com que as comunidades foram tomando ao longo do tempo, e como estas relações formaram as dinâmicas locais (DALLABRIDA, 2016; SHIKI; SHIKI, 2014). Neste sentido, estas relações dos atores ao longo do tempo, nos espaços de referências, levaram as práticas nestes períodos, aos sinônimos de pertencimento, as relações de poder, as relações sociais (patrimônio cultural) e possibilitaram as percepções dos dilemas e a necessidade de repensar as relações com meio ambiente (SANTOS; MARQUES, 2002; PORTUGAL; MARQUES, 2007; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012; DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Por meio destes novos cenários, os principais encaminhamentos logísticos e prospectivos, na visão dos atores, deveriam ser como mostra o quadro 4 (SILVA; VALADÃO, 2018):

Quadro 3. 4 - Novas compreensões locais (soluções logísticas/prospectivas) sobre a Gestão Hídrica



Fonte: Quadro adaptado pelos autores

Diante desse cenário, foi proposto pelos atores no evento a necessidade de construção de um plano de desenvolvimento que contribuísse para se avançar nestes dilemas, principalmente quanto as ações que visam as expressões culturais identitárias (em verde no quadro 4). Neste sentido, a construção da agenda deveria caminhar para uma didática dos dilemas existentes nos territórios, mas de forma transdisciplinar, socializando conhecimento e contribuindo para uma interlocução institucional na microrregião (OOSTERBEEK 2012; OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN; SANTOS, 2013; SHIKI; SHIKI, 2014; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

4.2 A construção da Agenda Comum de Desenvolvimento

Para materializar os encaminhamentos produzidos pelos atores da microrregião de Presidente Kubistchek e construir, a partir das novas compreensões dos atores sobre o território, uma proposta de Agenda Comum que refletisse a ótica dos atores da região. Os técnicos da UFLA nortearam a construção de uma agenda, fazendo uso dos quatro eixos de Gestão Cultural Integrada de Território. Os aspectos trabalhados a partir dos eixos de GCIT foram: Potencialidades do nosso território; Oportunidades estratégicas produtivas; As Necessidades de gestão ambiental e sustentabilidade; e Nossas ações de governança do território. Estes aspectos

se desdobraram em 13 temáticas e para compreender as 13 temáticas foram definidos os seguintes aspectos: Nossos saberes, conhecimentos e formação; Nossas memórias, documentos e registros; Nossos diálogos, debates e redes; Outras potencialidades nossas; Nossas atividades turísticas, produtivas e industriais; Nossas atividades educacionais e culturais; Nossas ações organizacionais, de planejamentos e projetos; Outras oportunidades estratégicas nossas; Como estamos com relação a conservação ambiental do nosso território; Outras necessidades ambientais e de sustentabilidade; Sobre nosso modelo institucional; Sobre nosso formato organizacional. Este roteiro ainda teve o acréscimo de um debate sobre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de forma a englobar este debate aos temas tratados pelos atores e como a agenda poderia avançar nos objetivos e nas propostas da Reserva da Biosfera.

Por meio do quadro “Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica”, os atores presentes neste evento definiram a necessidade de trabalhar alguns aspectos iniciais que seriam base para se avançar nos demais temas da agenda (temas em verde). Neste sentido, os atores definiram como ponto de partida, trabalhar o aspecto “Potencialidades do nosso território”, que se desdobram nas temáticas:

- Nossos saberes, conhecimentos e formação
- Nossas memórias, documentos e registros
- Nossos diálogos, debates e redes
- Outras potencialidades nossas

Por meio dos trabalhos destas temáticas, os atores colocaram que o resgate histórico da região, como forma de valorização da identidade territorial, seria fundamental para os próximos passos da agenda.

Diante da construção do diagnóstico realizado na microrregião e posteriormente da agenda, por meio da percepção dos atores no território e de suas inter-relações, algumas constatações surgiram derivadas das ações traçadas:

- Primeiro que as ações traçadas, levantamento histórico/culturais por meio de registros com vista a se construir um centro de memórias e construção de um portfólio turístico/cultural, tiveram alguns papéis a serem desempenhados, porém, os atores responsáveis não conseguiram avançar nas proposições. O que se observa do processo é que os atores esperavam respostas rápidas para situações pontuais, características da formação universalizada no Brasil com métodos de ensino utilitários, não proporcionando aos atores

as possibilidades de médio e longo prazo dos temas a serem trabalhados (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Ainda dentro deste ponto, os saberes locais por si só não proporcionaram uma visão da complexidade social dos territórios aos atores, necessitando de uma compreensão transdisciplinar dos territórios para uma nova abordagem conceitual (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

- A segunda constatação, por meio da percepção de alguns atores, foram que devido ao ano eleitoral, o início dos trabalhos ficou comprometido, devido a uma dependência dos poderes executivos municipais. Para os atores, as pessoas devem se empoderar do plano para que este não fique na dependência da participação de órgãos ou entidades. Neste sentido, para os atores, existe a necessidade de uma abordagem clara de empoderamento das pessoas sobre os planos e ações a serem traçadas, de forma a não concentrar os encaminhamentos.
- E uma terceira constatação, resultante das duas primeiras constatações, mostra que diante deste cenário, o plano acabou por prover os surgimentos de dilemas entre os atores, sem uma didática adequada destes dilemas, prejudicando a construção de políticas territoriais e o avanço das potencialidades de médio e longo prazo, a que a Agenda 2030 da ONU propôs e a Reserva da Biosfera tem potencial para avançar (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017).

Diante das constatações, algumas alternativas necessitam ser delineadas para avançar em uma Gestão Cultural Integrada de Território nos territórios.

4.3 Alternativas para o empoderamento dos atores por meio de abordagens transdisciplinares de GCIT

Revisando o método de diagnóstico dos eventos, os estudos produzidos, a construção da Agenda de Desenvolvimento da microrregião de Presidente Kubistchek e as constatações do não avanço das ações, algumas considerações foram sugeridas derivadas das experiências dos trabalhos e do debate de GCIT.

A primeira consideração, parte do pré-diagnóstico, por meio dos relatos dos atores, os trabalhos com observatórios territoriais poderiam partir de um formato transdisciplinar, onde os dados de caracterização dos territórios fossem confrontados com a percepção das comunidades (SANTOS; MARQUES, 2002; PORTUGAL; MARQUES, 2007; DALLABRIDA, 2016; OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Esta proposição seria construída a partir de trabalhos individualizados com os grupos de interesse, e na construção

do diagnóstico, seria debatido a percepção dos grupos e atores. Esta iniciativa visa empoderar os grupos de interesse e garantir o envolvimento dos atores na construção de possibilidades.

A estratégia do pré-diagnóstico, por meio da visão dos atores pode contribuir para que o diagnóstico seja, além de um espaço de reflexão, um momento construção de novos conceitos e compreensões transdisciplinares (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011).

Como o diagnóstico revela, as comunidades compreendem os percursos escolhidos para o desenvolvimento, porém, elas não percebem as consequências no longo prazo (OOSTERBEEK; WERLEN; CARON, 2017). Este fato ocorre, segundo Oosterbeek, Werlen, Caron (2017), devido a esses momentos chocarem com a própria formação e visões de mundo das pessoas, e por este fato, os momentos de reflexões sobre a realidade dos territórios e de como a cultura molda as relações econômicas, sociais e ambientais, passam a ser fundamentais para proposições de médio e longo prazo. Neste sentido, o empoderamento das pessoas nas fases iniciais de uma proposição de GCIT pode vir a garantir um suporte e subsídio para a comunicação entre os diversos públicos, e como tratado anteriormente, será mais um momento de formação (transdisciplinar) para que as pessoas possam refletir sobre toda a complexidade dos territórios (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011).

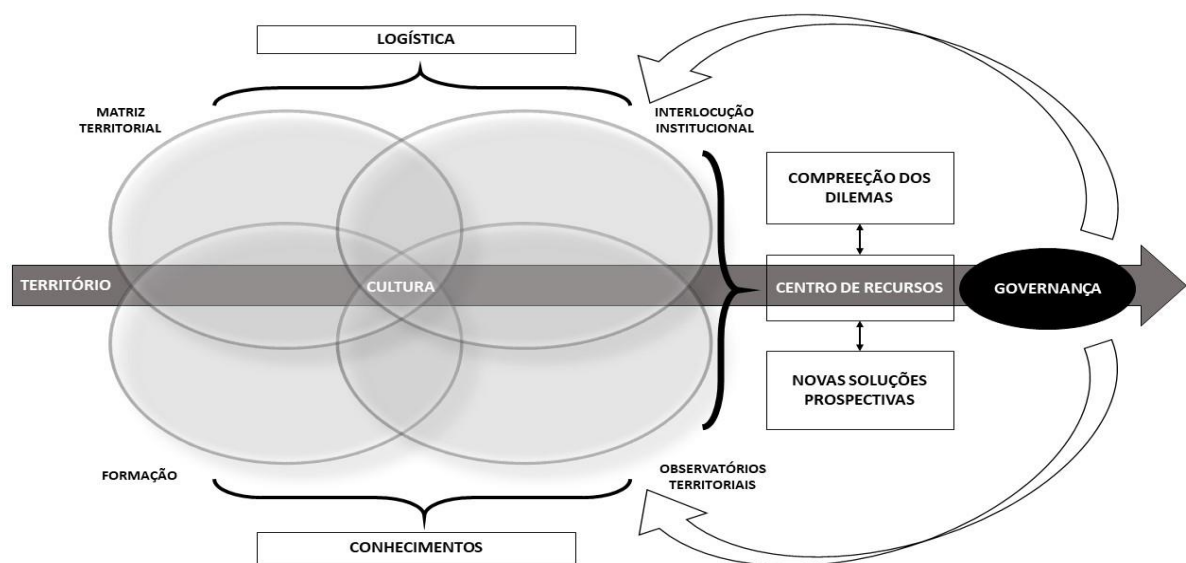
A segunda consideração, parte do pressuposto que o diagnóstico teve grande relevância para a reflexão dos atores sobre o território, principalmente sobre a importância do Patrimônio Cultural. E como a construção da agenda mostra, as primeiras ações traçadas foram no sentido de uma valorização da cultura identitária das comunidades. Porém, os momentos específicos de diagnóstico e de construção da agenda não foram o bastante para as pessoas vislumbrarem no longo prazo os benefícios desta construção. Neste sentido, complementarmente a primeira consideração do pré-diagnóstico e do diagnóstico que traz uma reflexão sobre o espaço, tempo e causalidades, como alternativa, o estudo avança na necessidade de promover espaços de debate e reflexão sobre as informações geradas. Estes espaços de formação mais propositivos, busca por meio da valorização do patrimônio cultural de um território, debater proposições futuras e construir ações prospectivas que atendam as demandas e interesses dos grupos existentes nos territórios (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012).

A literatura de GCIT, traz a importância de reflexões transdisciplinares e prospectivas (construção de ações), tendo como diretriz central, a formação do capital humano em uma perspectiva cultural identitária, por meio dos Centros de Recursos (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012). Porém, o que a literatura de GCIT propõem, seriam cursos de nível

superior com uma formação de alunos sensíveis a estas questões territoriais e o uso da museologia como forma de afirmar identidades culturais. Já o que o estudo mostra como necessário a se avançar, seriam espaços para que academia, sociedade civil organizada e principalmente sociedade civil não organizada, tivessem um espaço de diálogo entre gerações. Pois o que se observa com o estudo é o distanciamento entre as gerações e a consequente perda de identidades culturais/territoriais. Como alternativa, a promoção de espaços de formação (nível superior) que alinhem momentos de reflexão entre gerações, seria fundamento para a compreensão do patrimônio cultural de um território, em toda sua diversidade, promovendo múltiplas apropriações e diluindo conflitos entre vários atores e grupos. Por meio dessas apropriações simbólicas da realidade, e da suavização de conflitos, as chances de se construir proposições (prospectiva) de médio e longo prazos, por meio de novas logísticas e dos grupos operativos (setor público, privado e terceiro setor e organizações sociais) nos territórios, torna-se condições indispensáveis para uma governança local (OOSTERBEEK; SCHEUNEMANN, 2012).

Este cenário contribui para que os vários atores e grupos percepcionem os dilemas que perpassam os territórios, como a formação transdisciplinar pode contribuir para suavizar estes dilemas e proporcionar uma interlocução institucional entre os diversos, por meio de novas dinâmicas territoriais (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011; OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012).

Figura 2 – Fluxo processual para novas possibilidades de GCIT na microrregião de Presidente Kubistchek



Fonte: Quadro adaptado pelos autores

Por meio das alternativas propostas, novas abordagens transdisciplinares com vista a empoderar cada um dos grupos e atores, de acordo com as experiências dos atores, pode contribuir para novos projetos demonstrativos de GCIT na região da Serra do Espinhaço.

5 Conclusão

Para analisar a construção da Agenda Comum de Desenvolvimento proposta e colocada em discussão neste estudo, a partir de um relato de experiência, primeiramente foi colocado os principais resultados de um trabalho que delimitou a literatura de GCIT, como uma releitura do tripé do Desenvolvimento Sustentável, de forma a situar esta nova abordagem a efetivação da nova proposta de desenvolvimento sustentável a partir da Agenda 2030 da ONU.

Na sequência, foram demonstrados os principais resultados de um diagnóstico realizado na microrregião de Gouveia/MG, mais precisamente de como vinha ocorrendo a gestão hídrica da região, e a partir dessa reflexão, o que os atores percebiam para o curto, médio e longo prazo para a região. Os principais encaminhamentos foram materializados na matriz “Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica” construída por meio de uma pesquisa acadêmica.

E a partir desta contextualização, o trabalho trouxe um relato de experiência da construção da Agenda Comum da microrregião de Presidente Kubistchek, quais os encaminhamentos construídos derivados das experiências dos atores e como estes encaminhamentos seriam materializados.

Depreende-se do processo que as mesmas constatações, ou limitantes, apontadas pela literatura de GCIT: visão de curto prazo dos atores, derivadas de uma formação utilitarista; abordagens construídas sem um empoderamento dos atores, ou seja, sem uma abordagem transdisciplinar; e uma dependência de entes federados que trabalham as políticas públicas de forma *top-down*; foram os principais aspectos que levaram a não efetivação do início dos trabalhos.

Neste sentido, como alternativa para novas abordagens de GCIT, existe a necessidade de um trabalho ainda no pré-diagnóstico de aproximação dos atores territoriais e dos dilemas que os rodeiam, por meio de um debate de diversidades. Esta iniciativa visa trazer as percepções dos atores em um primeiro momento e depois serem debatidas em um segundo momento, por meio de um evento de diagnóstico. Esse processo visa um empoderamento transdisciplinar dos atores, no pré e durante os diagnósticos (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011).

Porém, o delinear do estudo mostra que estes momentos, por mais participativos, ainda chocam com as formações utilitaristas das pessoas, construídas a partir de uma formação simplista universalizada no Brasil. Como alternativa, partindo da visão dos atores sobre os primeiros encaminhamentos da agenda, voltado para uma valorização do Patrimônio Cultural, existe a necessidade de um momento de reflexão sobre o espaço (território), tempo (dinâmicas) e as ações futuras traçadas. Este momento de reflexão parte da estruturação de Centros de Recurso, entendidos como espaços de formação acadêmica, mas que alinhem momentos de debates entre gerações, valorizando as identidades culturais dos atores e grupos e suavizando dilemas existentes nos territórios. Esta proposição busca suavizar as opiniões conflituosas derivadas da diversidade e complexidade que os territórios abarcam no espaço e por meio desta formação transdisciplinar dos atores, construir proposições de médio e longo prazo que garantam pontes entre visões globais, por meio de entendimentos locais (SANTOS, 2000; HISSA, 2011; OOSTERBEEK; CURA; LOPES, 2011; OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. INSTITUTO ESPINHAÇO. (Org.). **INSTITUTO ESPINHAÇO**. 2017. Disponível em: <<http://www.institutoespinhaco.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- DALLABRIDA, V. R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. **São Paulo: LiberArs**, 2016.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. TRANSDISCIPLINARIDADE: BREVES NOTAS ACERCA DE LIMITES E FRONTEIRAS DA CIÊNCIA MODERNA. **Terceiro Incluído**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.90-105, 17 maio 2011. Universidade Federal de Goiás.
<http://dx.doi.org/10.5216/teri.v1i1.14391>
- INSTITUTO ESPINHAÇO (Brasil) (Org.). **Plantando o Futuro na Serra do Espinhaço**. 2018. Disponível em: <<http://www.institutoespinhaco.org.br/o-que-fazemos/plantando-o-futuro/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- MEADOWS, D. H. et al. **Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future**. Vermont: Chelsea Green Publishing Company, 1992.
- MÓNICO, Lisete et al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. CIAIQ 2017, v. 3, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- OOSTERBEEK, Luiz. **Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de Gestão Integrada do Território**. 2011

- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; BASTOS, R. L. Pensar Local... Agir Global. **O museu de arte pré-histórica de Mação: memória, intuição e expectativa. Encontro Arqueologia e Autarquias, Cascais, Câmara Municipal**, p. 471-483, 2011.
- OOSTERBEEK, Luiz. Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia. **Arkeos: perspectivas em diálogo**, n. 32, p. 29-34, 2012.
- OOSTERBEEK, L. **Our common future... 25 years later: 10 questions and answers moving from anxiety into the praxis of landscape management**. In: SCHEUNEMANN, I. e OOSTERBEEK, I. (Coord.). *A New Paradigm of Sustainability, Theory and Praxis of Integrated Landscape Management*. Rio de Janeiro, Instituto BioAtlântica. 2012.
- SCHEUNEMANN, Ingelore; OOSTERBEEK, L. *Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura*. **Rio de Janeiro: IBIO**, 2012.
- OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I.; SANTOS, L. Water resources and human behaviour: an integrated landscape management perspective. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, 2013. pp. 227-244.
- OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sociocultural matrices: transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management**. Mação: Arkeos, 2017. pp.45-64.
- PEREIRA, E. O.; GONTIJO, B. M.; ABREU, L. G. Á. C. As ecorregiões da reserva da biosfera da serra do espinhaço: elementos para o fortalecimento da conservação da biodiversidade. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 43, p. 2015, 2015.
- PLATANDO O FUTURO**, 2018: Acessado em PLATANDO O FUTURO, 2018: Acessa do em: <http://www.platandoofuturo.mg.gov.br/index.php/projeto>
- PORTUGAL, José; MARQUES, Susana. *Gestão cultural do território*. Porto: **Setepés**. ISBN, p. 978-972, 2007.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Milton; MARQUES, Maria Cristina. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.
- SILVA, Paulo Henrique; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. **GESTÃO CULTURAL INTEGRADA DO TERRITÓRIO: O CASO DA GESTÃO DE ÁGUAS NA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHER/MG**. 2018. 29 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Administração Pública, Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. Cap. 2.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SHIKI, S. F. N. de; SHIKI, S. **Gestão Integrada no espaço relativo do desenvolvimento**, 2014. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 20 março 2017.
- UNESCO (Org.). **Programa Homem e Biosfera**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/mab-programme-in-brazil/>>. Acesso em: 15 abril. 2018.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo buscou compreender até que ponto a Gestão Cultural Integrada do Território pode subsidiar uma leitura da realidade para contribuir com o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Para responder essa questão foram produzidos três trabalhos, sendo o primeiro uma discussão teórica, o segundo buscou correlacionar a discussão teórica do primeiro com a compreensão de uma realidade empírica e o terceiro buscou, por meio dos limites e possibilidade produzidos no segundo trabalho, novas alternativas metodológicas para a GCIT.

Neste sentido, os resultados do primeiro trabalho ajudaram a situar a nova literatura de Gestão Cultural Integrada de Território dentro dos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável e como esta nova literatura incorpora as novas compreensões derivada dos últimos debates e que deram origem a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O que se observa é que a literatura de GCIT contribui para uma interpretação do tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), por meio da cultura e toda a complexidade que envolve esse termo. Porém, esta interpretação passa a ter relevância a partir da compreensão dos territórios, pois são nestes locais que as pessoas culturalmente definem seus percursos de vida e por meio de suas relações econômicas e sociais, realizam intervenções no meio onde vivem.

Para compreender como a ótica de GCIT poderia contribuir para compreensões nos territórios, foi estruturado um trabalho empírico, tendo o elemento água como tema central, onde se buscou compreender como vem ocorrendo a problemática hídrica na microrregião de Presidente Kubistchek. Os resultados ajudaram a compreender como foi o desenvolvimento da região, os grupos sociais que foram surgindo ao longo do tempo, e como, por meio de suas relações e da complexidade com que as comunidades foram tomando, levaram aos percursos escolhidos e a escassez hídrica na região. Este momento reflexivo, para os atores, foi fundamental para uma nova ótica sobre o território, principalmente a partir das perspectivas dos diversos atores, onde foram delineadas possíveis soluções de curto, médio e longo prazo. As possíveis soluções construídas pelos atores, de acordo com a matriz “Novas compreensões locais sobre a Gestão Hídrica” mostram como as pessoas, por meio de suas visões locais, podem desenhar propostas que criam pontes para visões globais e abrem caminhos para efetivar a Agenda 2030 a nível dos territórios.

E por meio do terceiro trabalho, de cunho tecnológico, foi possível propor como poderiam ser materializadas as ações propostas nos dois trabalhos anteriores. Porém, o que se observa é que as principais constatações que a literatura de GCIT busca superar: visões de curto prazo derivados da formação utilitária universalizada no Brasil e; dependência dos grupos sociais em relação aos órgãos públicos locais e de suas visões *top-down*, os cenários construídos acabam por gerar mais dilemas nos territórios, e conseqüentemente, cisões entre o local e global. Para tanto, o estudo trouxe algumas alternativas metodológicas para futuras intervenções de GCIT, visando superar as constatações anteriores. O primeiro ponto, seria o uso de observatórios territoriais para levantamento de dados e caracterização dos objetos de pesquisa, porém, com a contribuição dos grupos que vivem nos territórios, de forma a inserir estes grupos em momentos de reflexão e gerar dados fidedignos da realidade. Este momento seria importante para empoderar os grupos de interesse, e ao mesmo tempo, produzir dados transdisciplinares sobre os territórios, sendo estes dados debatidos em momentos posteriores visando construções conjuntas entre os diversos grupos envolvidos. O segundo ponto, seria um segundo momento derivado do primeiro, onde os atores iriam refletir sobre as informações produzidas, trazendo todo um panorama territorial, e assim, poderem debater os temas de forma consciente e com domínio próprio dos dilemas locais. Este debate reflexivo, tendo por base atores com domínio técnico, podem contribuir para proposições de médio e longo prazo e de propostas que construam pontes entre visões globais e locais. Um terceiro ponto, partindo das possíveis limitações das duas primeiras alternativas, seria a construção de Centros de Recursos. Estes Centros de Recursos seriam espaços reflexivos e ao mesmo tempo propositivos com vista a um diálogo entre gerações, promovendo uma apropriação cultural identitária entre os atores e uma valorização da Patrimônio Cultural. Nestes espaços, o objetivo seria suavizar os dilemas entre grupos e atores, por meio de uma didática dos dilemas que proporcione apropriações do patrimônio cultural local.

Para avançar quanto aos estudos de GCIT, os trabalhos mostram novos caminhos para estudos, a necessidade de traçar um campo teórico para nova literatura de GCIT, não com o intuito de delimitar o conceito, mas de assentar suas bases em visões de mundo que reflitam os quatro conceitos trabalhos no estudo, Matriz Territorial, Formação, Interlocação Institucional e Observatórios Territoriais, e conseqüentemente, a complexidade cultural, ambiental, social e política dos territórios.